



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO-PPG  
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO- CPG  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL  
E REGIONAL – PPDSR/UEMA

**MARIA DOS REIS ARAÚJO SOUZA**

**MULHERES NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COMUNIDADE DE  
ITAMATATIUA – ALCÂNTARA MA: lutas e resistências**

São Luís  
2020

**MARIA DOS REIS ARAÚJO SOUZA**

**MULHERES NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COMUNIDADE DE  
ITAMATATIUA – ALCÂNTARA MA: lutas e resistências**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Neuzeli Maria de Almeida Pinto

São Luís

2020

**MARIA DOS REIS ARAÚJO SOUZA**

**MULHERES NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COMUNIDADE DE  
ITAMATATIUA – ALCÂNTARA MA: lutas e resistências**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neuzeli Maria de Almeida Pinto (Orientadora)**

Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Zulene Muniz Barbosa**

Doutora em Ciências Política  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Mary Ferreira**

Doutora em Sociologia  
Universidade Federal do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e entendimento que me sustentou durante essa longa jornada;

À minha orientadora, sem ela não teria conseguido começar e concluir este trabalho, os debates e discussões durante as reuniões do grupo de pesquisa NEGESF foram importantes para o enriquecimento do conteúdo e para ultrapassar as minhas aparências.

Aos professores do PPDSR, em especial a prof<sup>a</sup> Zulene por todas as contribuições e também pelo valioso material cedido que muito contribuíram para um amadurecimento e soma de conhecimentos.

À profa. Mary Ferreira por suas ricas contribuições, sugestões e o precioso material encaminhado, que me guiaram para além daquilo que minhas lentes conseguiam enxergar;

Ao núcleo de Pós-graduação: especialmente às secretárias Elizete e Gracimila pela infinita paciência e dedicação dispensadas aos alunos do programa.

À CAPES, da qual pude receber uma bolsa de pesquisa, que me ajudou bastante nessa caminhada.

Aos meus colegas do PPDSR, pela companhia e pelas risadas em sala de aula.

Aos companheiros do grupo NEGESF, pelas viagens ao campo empírico e pelos trabalhos realizados em conjunto na comunidade de Itamatatiua, que ajudaram a me aproximar do meu objeto.

À minha mãe, mulher guerreira, que mesmo distante tem me incentivado a ir adiante;

Agradeço o apoio dos meus irmãos por mais esta jornada, e por terem me dado forças para não desistir mediante as dificuldades.

Ao meu pai, *in memoriam*, mas que sempre me incentivou em meus estudos.

Ao meu marido (Hugo) e minhas filhas (Adrielle e Aline) que me ensinam o significado e a intensidade de amar e de ser paciente a cada dia.

À minha irmã, que ganhei neste mestrado, Tamires Sousa, companheira e amiga de profissão e de sala de aula, com quem tenho dividido também as minhas angústias. As risadas, tristezas e desabafos que temos compartilhado nesse caminho.

Às mulheres de Itamatatiua que colaboraram com esta pesquisa, principalmente as nossas conversas que enriqueceram este trabalho.

À senhora Maria Luísa representante do poder público no comitê gestor do

CRESOL, pela rica entrevista que me proporcionou de forma a contribuir com meu trabalho.

À equipe do CRAS Cidade Olímpica em especial as amigas Luciana, Suzana e Núbia pelo incentivo e o ombro amigo que sempre me ofereceram;

Por fim, agradeço a todos os anjos que foram enviados por Deus para me apoiar nos momentos que mais precisei.

“É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”. Prof.<sup>a</sup> Marilda Vilela Iamamoto.

## RESUMO

O presente trabalho analisa as lutas e resistência das mulheres da Comunidade de Itamatatua -Alcântara MA, a inserção no trabalho associativo no contexto da Economia Solidaria desenvolvida através do artesanato de cerâmica. Ao longo da pesquisa constatou-se que as novas formas de produzir seguindo os princípios da autogestão e do trabalho associado tornou-se a principal fonte de reprodução social dessas mulheres. Discutiu-se o processo histórico da divisão sexual do trabalho, bem como as formas de organização econômica e política na comunidade e o processo de luta que empreendem na perspectiva da geração de renda e do desenvolvimento local sustentável. Na análise desses processos, alguns procedimentos metodológicos foram adotados, como a utilização do diário de campo, aplicação de entrevista semiestruturada, registro fotográfico, observação participante, além do levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa expressou que as mulheres de Itamatatua estão construindo uma nova economia alternativa ao reinventarem novas estratégias para desenvolver suas atividades laborais com a cerâmica. Ademais, os problemas enfrentados com o transporte da matéria-prima, acesso à posse da terra e com o escoamento da produção exigiram novas estratégias de organização para reivindicar direitos como cidadãs e lutar por seus direitos socioeconômicos e territoriais por meio de Políticas Públicas.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Divisão Sexual do Trabalho. Igualdade. Relações de Gênero. Trabalho Feminino.

## ABSTRACT

O present work analyzes the lutas and resistance of the women of the Community of Itamatatiua - Alcântara MA, to insert no associative work in the context of the solidarity economy developed through ceramic crafts. A long year of research it has been confirmed that the new ways of producing following the principles of selfmanagement and associated work have become the main source of social reproduction of women. Discussion of the historical process of the sexual division of work, as well as the forms of economic and political organization in the community and the process of struggle that undertake the perspective of the generation of income and of sustainable local development. Na analysis of the processes, some methodological procedures adopted, such as the use of daily field, application of semi-structured interview, photographic record, participant observation, apart from bibliographic and documentary survey. A research showed that the women of Itamatatiua are building a new economy or reinventing new strategies to develop their work activities with ceramics. In addition, the problems faced such as transportation of raw materials, access to land and production training require new organizational strategies to claim and fight for their socio-economic and territorial directives by means of Public Policies.

**Keywords:** Solidarity economy. Sexual Division of Labor. Equality seeking. Gender relations. Female work.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Dados do primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária realizado de 2005 a 2007.....	60
Gráfico 2	Estratégia de luta e resistência para continuidade do trabalho com a cerâmica.....	103
Gráfico 3	Entidades de apoio que ofereceram capacitação as mulheres do empreendimento.....	113
Gráfico 4	Temas tratados nas capacitações.....	114
Gráfico 5	Noção de solidariedade.....	127
Gráfico 6	Participação das mulheres em eventos da Economia Solidária.....	128
Gráfico 7	Demonstrativo de renda mensal das mulheres do empreendimento.....	133
Gráfico 8	A importância do trabalho na produção de cerâmica na vida das mulheres.....	135

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Exposição de empreendimento econômico solidário.....	69
Figura 2	Localização do Município de Alcântara.....	72
Figura 3	Localização da comunidade de Itamatatiua.....	77
Figura 4	BR 222 entrada do ramal de acesso a Itamatatiua.....	86
Figura 5	Exposição de artefatos de cerâmica no Centro de Produção de Itamatatiua.....	88
Figura 6	Pousada Santa Tereza, Itamatatiua. ....	112
Figura 7	Oficina de pintura em cerâmica no Centro de Produção de Itamatatiua.....	115
Figura 8	Fachada do ponto de venda – centro de produção de cerâmica.....	130
Figura 9	Fachada dos pontos de venda - CRESOL.....	131
Figura 10	Processo de produção da cerâmica.....	134
Figura 11	Artefatos de Cerâmica.....	134

## LISTA DE SIGLAS

ACCMV	- Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida
ACONERUQ	- Associação das Comunidades Negras Quilombolas
ATEQUILA	- Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara
CCN	- Centro de Cultura Negra
CCQs	- Círculos de Controle de Qualidade
CEB's	- Passando pelas Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRESOL	- Centro de Referência Estadual de Economia Solidária
DFDA	- Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário
EAF	- Entidade de Apoio e Fomento
ECOSOL	- Economia Solidária
EES	- Empreendimento Econômico Solidário
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCP	- Fundação Cultural Palmares
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MABE	- Movimentos dos Atingidos por Barragens
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
NEGESF	- Núcleo de Estudo sobre Gênero, Sexualidade e Família.
ONG	- Organização Não Governamental
PAC's,	- Projetos Alternativos Comunitários
RTID	- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETRES	- Secretaria Estadual de Trabalho e Economia Solidária
STTR	- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UNITRABALHO	- Rede Interuniversitária sobre Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	Considerações metodológicas.....	17
<b>2</b>	<b>A ECONOMIA SOLIDARIA NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL.....</b>	<b>23</b>
2.1	As transformações do mundo do trabalho e a economia solidaria na perspectiva do trabalho associado.....	23
2.2	A política de economia solidaria no Brasil e no Maranhão.....	36
<b>3</b>	<b>EMPREENDEMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS NO LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE E O PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS.....</b>	<b>64</b>
3.1	Caracterização sócio espacial do município de Alcântara.....	71
3.2	A comunidade de Itamatatua e seus processos de lutas e resistência.....	77
<b>4</b>	<b>ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE DE ITAMATATIUA.....</b>	<b>90</b>
4.1	A divisão sexual do trabalho na economia solidaria.....	106
4.2	O feminismo e a pauta da igualdade nas relações de gênero e trabalho.....	118
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>140</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>149</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história de luta e resistência das mulheres tem sido tema de muitos estudos, porém, ainda assim, permanece desconhecida grande parte destas lutas. Nesta dissertação apresenta-se o processo de lutas e resistências das mulheres da comunidade de Itamatatua em Alcântara/MA. Expõe-se sua inserção no trabalho associativo por meio da economia solidária, e a nova forma de produzir e comercializar seguindo princípios de autogestão, cooperação e solidariedade desenvolvida através do artesanato de cerâmica. Considerando-se o labor dessas mulheres na perspectiva da divisão sexual do trabalho, a esfera do trabalho produtivo e reprodutivo (reprodução humana, trabalho doméstico e cuidados). Buscou-se compreender e analisar como se deu a inserção das mulheres no exercício do trabalho com a cerâmica, a forma como essa atividade tem se tornado a principal fonte de geração de trabalho e renda da comunidade e como esta atividade vem atravessando gerações no enfrentamento das crises no mundo do trabalho. O trabalho da cerâmica tem ensejado as mulheres a buscarem alternativas de sobrevivência, desafiando o sistema capitalista que tende a mantê-las segregadas no mundo privado.

A desigualdade histórica entre homens e mulheres e a incorporação feminina pelo sistema capitalista em que as mulheres são desvalorizadas e consideradas inferiores em diversas dimensões, motivaram as mulheres a buscarem alternativas através da economia solidária ao mesmo tempo em que foi produzida a emancipação feminina, no sentido de promover a liberdade de desenvolver um trabalho que gere renda. Por outro lado, esse tipo de labor traz à tona a divisão sexual do trabalho e expõe a flexibilidade da mulher em desenvolver, dupla e tripla jornada, à medida que o trabalho na economia solidária geralmente é desenvolvido no próprio âmbito doméstico, na comunidade ou nos arredores, conforme se observa na comunidade de Itamatatua.

É importante destacar que, historicamente, a mulher tem sido vista como “sexo frágil” sendo destinada a cuidar da casa e da educação dos filhos e mantendo total dependência financeira com a figura masculina<sup>1</sup>. O homem se configurava como único provedor e destinado a exercer atividades nos espaços públicos, restando à mulher o espaço privado do lar. Essa dependência favoreceu a situação de submissão e acirrou as relações de poder e gênero ao longo da História. Em reação a essa realidade as mulheres conquistaram espaço por meio da Revolução Industrial, inserindo-se como artesãs nas fábricas de tecido,

---

<sup>1</sup> Não é exagero, infelizmente, o que diz o senso comum, desde os tempos bíblicos: “a mulher é um objeto”

onde inicialmente desenvolveram apenas atividades que não exigiam desgaste físico, reforçando-se a ideia de fragilidade feminina, além dos salários serem bem menores do que os dos homens, prática que se perpetua até os dias atuais na maioria dos setores laborais. (SOUSA et al., 2019).

Conforme se percebe, a divisão sexual do trabalho é fenômeno laboral que sempre esteve presente desde quando a mulher teve acesso ao mercado de trabalho e se refere à forma como o trabalho é dividido entre homens e mulheres, relacionado aos seus papéis sexuais. Isso se reflete na maior participação dos homens no mercado de trabalho, maiores salários, mesmo quando se trata de profissões semelhantes, tendo em vista que eles alcançam mais cedo as especializações os mestrados e doutorados, em virtude de as mulheres assumirem a dupla e até tripla jornada de o que as impedem muitas vezes de conciliar os cuidados da casa e dos filhos com o trabalho externo ao ambiente familiar, restando-lhes pouco tempo para se dedicar aos estudos e qualificação profissional. (THOMÉ; CHWARZ, 2016).

Para mudar esse quadro elas têm travado uma luta constante por igualdade de gênero, que tem exigido delas mudanças de paradigmas, como, por exemplo, adiar o matrimônio, a maternidade, ou optar por diminuir o número de filhos, ou até mesmo, por não os ter, em detrimento de aumento da escolaridade e da qualificação profissional. Além de buscar se capacitar-se para assumir postos de trabalho que historicamente foram ocupados pelos homens. Contudo, sabemos que a luta por igualdade nas relações de trabalho e o direito à iniciativa são insuficientes se não existir paralelamente uma melhor divisão das tarefas domésticas entre mulheres e homens.

Além disso, a divisão sexual do trabalho se expressa no labor desenvolvido pelas mulheres, que na maioria das vezes acontece desde muito cedo, com a atribuição de tarefas domésticas, de manutenção do lar e da família. Esse tipo de trabalho costuma ser levado por toda a vida, quando não se torna a principal fonte de renda de muitas famílias, especialmente para as mulheres negras, que no Brasil correspondem a 61% das empregadas domésticas (PNAD/2011) e ainda acumulam o trabalho doméstico de seus próprios lares. Mesmo as mulheres que trabalham com emprego formal ou como autônomas, não têm resolvido nem a situação do cuidado nem mesmo tarefas do lar. Portanto, a maioria as mulheres tem dupla ou tripla jornada de trabalho, totalmente invisível para a economia.

Então, falar de trabalho feminino na atualidade nos remete aos diversos tipos de trabalho, sem deixar de pensar também suas relações raciais, incluindo aquele trabalho que reproduz a vida e que é tão pouco valorado e valorizado e, quando muito, é considerado trabalho, mas que é essencial para a reprodução do Capitalismo e suas diversas formas de

exploração. Além disso, a economia capitalista se apropria das desigualdades de gênero, raça/etnia para assegurar suas bases de funcionamento. Assegurando-se, assim, o papel econômico da família e a divisão sexual do trabalho como matriz de organização do trabalho nas empresas privadas. (MATTHAEI, 2002, p. 62).

As experiências alternativas de geração de renda surgem para as mulheres como possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva e a remuneração; e principalmente como uma oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo e na gestão democrática.

Portanto, sabemos que as mulheres no Brasil vêm avançando muito na caminhada pela efetivação de seus direitos e pela luta contra a exploração e dominação machista, contudo, é preciso avançar mais, dialogar mais, estimulando e aumentando a sua participação no movimento da economia solidária. Cabe a elas o papel de levantar a bandeira de uma economia feminista, que priorize o diálogo e aponte para a ruptura de padrões sociais dominantes, perpassados pela divisão sexual do trabalho.

A Economia Solidária é definida como um conjunto de práticas alternativas à economia da ordem do Capital, que se demarca, historicamente, com o surgimento dos empreendimentos solidários no Brasil, tendo como pano de fundo, de um lado, a implantação do regime neoliberal e da Globalização da economia no decênio de 90, e, de outro, o aprofundamento das desigualdades sociais e os embates da sociedade civil frente ao desemprego estrutural<sup>2</sup> que atinge uma parcela considerável de trabalhadores e trabalhadoras. Definida assim, a economia solidária traz para si a tarefa de construção de uma outra forma de economia baseada na cooperação, na Democracia, na Justiça social, na autogestão, na participação equitativa, na produção coletiva e nas relações de produção e consumo solidários que apontariam para a uma outra sociabilidade, para uma sociedade do eco desenvolvimento, do respeito a diversidade cultural, sexual e étnica. (GAIGER, 2002).

Como fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras na Economia Solidária, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES – que tem difundido a Economia Solidária como uma Política Pública na esfera dos governos federais, estaduais e municipais, favorecendo a ação pública de estados e municípios.

No Brasil, assim como em outros países, a Economia Solidária tem se expandido visivelmente. De acordo com o primeiro mapeamento Nacional dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (2005-2007), realizado pela Secretaria Nacional de Economia

---

<sup>2</sup> Mormente na atualidade, 2021, sob os efeitos da pandemia.

Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego, 22 mil grupos já foram mapeados nos mais distintos ramos e setores e estima-se ainda a criação de novos empreendimentos. Ainda de acordo com o referido mapeamento existe 1.120 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária no Brasil. (BRASIL, 2009).

Frente a esse movimento expressivo da economia solidária, busca-se nesta pesquisa analisar um Empreendimento Econômico Solidário, que desenvolve suas atividades, utilizando a argila como matéria-prima de trabalho, e produzindo artesanato de cerâmica, com o intuito de verificar a repercussão deste para a vida das associadas.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970 equacionaram as expressões da questão social, materializadas no desemprego em massa e na precarização do trabalho expressos nas novas formas de contratação, baseada nos moldes da produção capitalista. E em reação a essa realidade os trabalhadores e trabalhadoras buscaram unir-se em movimentos sociais, a fim de encontrar alternativas que invertesse esse quadro. A Economia Solidária emergiu no cenário brasileiro principalmente como forma de geração de trabalho e renda, apesar de conter também, princípios e utopias de transformação social.

O movimento da Economia Solidária, que apesar de não ser um fenômeno recente, nos últimos anos tem-se constituído como foco de debate nacional e internacional. E no âmbito desse movimento historicamente têm coexistido os Empreendimentos Econômicos Solidários, que buscam uma alternativa ao desemprego através dessa nova forma de fazer economia.

Nessa construção de uma outra economia, inúmeros são os desafios cotidianos a serem enfrentados: a criação e estabelecimento de um mercado solidário que englobe a dimensão presencial e desenvolva o e-comércio, a apropriação conceitual e operacional das tecnologias livres que tem caráter colaborativo e aproveitam melhor os recursos, a criação e efetivação de rede sociais e cadeias produtivas, o desenvolvimento local focado na territorialização, a criação de um marco legal, a relação com o Estado, na institucionalização da Política Pública, a manutenção permanente de um diálogo com os movimentos sociais e populares, e com o movimento feminista e as demandas por ele engendradas, como a exigência de uma economia feminista. Por isso, faz-se necessário o entendimento das demandas originadas pelas mulheres no que se refere à produção e reprodução das relações de dominação e exploração de gênero que acontecem na sociedade e no mundo do trabalho e como a economia solidária dialoga com essas demandas na perspectiva de ruptura desse padrão de dominação imposta às mulheres. (CATTANI, 2003).

A partir desse contexto podemos discutir o papel que a economia solidária tem na vida de diversas mulheres e porque essa forma de trabalhar promove não só sustento econômico, mas também emancipação e dignidade, com práticas baseadas na autogestão, democracia e cooperação.

O estudo realizado na comunidade de Itamatatiua teve uma grande relevância, tendo em vista que a história desta comunidade, localizada em Alcântara - MA, está diretamente ligada ao histórico de conflitos agrários no referido Estado que se iniciaram em meados dos anos 1950, com a expansão do capital nos anos seguintes, que resultando no processo de “modernização do campo maranhense”, enfatiza. (ARCANGELI, 1987). Esse processo desencadeou uma série de conflitos por terras, nos quais, em meio a esta problemática, estava inserida a frente monopolista que se constituía de grandes grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros que obtiveram seu desenvolvimento no campo maranhense através da expropriação e exploração da mão de obra camponesa.

Assim, com o surgimento dos novos movimentos sociais, em meados da década de 1970 e 1980, emergiram novos sujeitos políticos e novas forças políticas que passaram a lutar pelos seus ideais, constituindo-se como categorias em busca de direitos por cidadania. (GOHN, 1997).

Essa nova força política ficou conhecida na História como “novos movimentos sociais” “[...] iniciou-se o interesse, por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos sociais, tais como o das mulheres, os ecológicos, os dos negros, índios etc. Foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos 70”. (GOHN, 1997).

Uma novidade apontada pela autora supracitada é que os novos movimentos sociais não reivindicavam somente itens básicos de sobrevivência como o acesso a alimentos, a moradia, transporte, mas referiam também a uma nova ordem de demandas relativas aos direitos sociais modernos, orientados pela teologia da libertação, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo percebido com maior incidência nos movimentos ecológicos, mulheres, negros, indígena, ruralistas e outros.

O interesse pela temática surgiu através da oportunidade de participar, como pesquisadora da segunda fase, do projeto intitulado mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e Políticas Públicas nos Estados do MA, PI CE e RN, coordenado pelas professoras Cândida da Costa e Aurora Amélia Brito de Miranda no período de 2010-2011. Tal trabalho despertou imenso desejo de pesquisar a forma de como o crescimento político e social das mulheres e como sua organização tem repercutido

no ambiente familiar e em suas próprias vidas, assim como as mudanças e as conquistas obtidas através das lutas por espaços políticos, administrativos e alternativos ao desemprego por meio da economia solidária. Tenha-se em vista que as mulheres, ao longo da História, foram excluídas do exercício da cidadania e privadas dos direitos humanos políticos e de proteção social.

Nessa perspectiva, destaca-se na análise deste trabalho a comunidade de Itamatatiua, que é liderada por mulheres, com lutas e resistência no contexto da Economia Solidária no Maranhão, localizada na Baixada Ocidental Maranhense, comunidade tradicional quilombola que tem como principais reivindicações: a luta pelo título da terra, como território quilombola, a reforma agrária, a preservação do meio ambiente, assim como o desenvolvimento social, político e econômico do território que compõe a comunidade.

### **1.1 Considerações metodológicas**

Participaram desta pesquisa 17 (dezessete) mulheres que produzem cerâmica, atendendo aos princípios da economia solidária e que são associadas na associação de mulheres da comunidade de Itamatatiua, localizada no município de Alcântara - MA. Dentre as participantes, 07 (sete) são idosas, com idade entre 66 e 73 anos, destas, 04 (quatro) residem sozinhas, 02 (duas) residem com filhos e netos e 01(uma) com companheiro (união estável), filhos e netos; 03 (três) delas com faixa etária entre 40 e 58 anos possuem companheiro (união estável); 05 (cinco) mulheres com idade entre 25 a 36 anos, 04 destas são solteiras com filhos, sendo uma deficiente auditiva e 01(uma) solteira sem filho; não foi possível realizar entrevista com a deficiente auditiva, em razão de não ser alfabetizada na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), limitando-se a se comunicar apenas por gestos informais e ruídos. O grupo possui também 02 adolescentes de 13 e 14 anos; 01 reside com a avó e a outra pertence a uma família numerosa, reside com os pais e mais 04 irmãos. As identidades das mulheres foram mantidas nos registros contidos neste trabalho.

Destaque-se que a pesquisa em questão foi estruturada por dois momentos complementares: o da pesquisa teórica e o da pesquisa empírica, uma vez que teoria e prática não representam, portanto, dois momentos estanques do conhecimento científico, pelo contrário: elas são complementares e se retroalimentam. (MARQUES NETO, 2001).

Para compreender a particularidade do objeto utilizou-se o Materialismo histórico dialético, uma vez que a realidade social exige para sua apreensão pelo pensamento um método de investigação capaz de dar conta da dialeticidade da realidade, ou seja: parte do

concreto para o concreto pensado. O Racionalismo dialético, pois, enquanto uma perspectiva ampla do conhecimento científico enseja ao pesquisador ir além da aparência dos fenômenos, problematizando-a e procurando conhecê-la para a construção do objeto científico, em termos eminentemente epistemológicos. Os instrumentos metodológicos utilizados e que deram respaldo à pesquisa qualitativa foram diário de campo (DC), o inventário sociodemográfico (ISD) e a entrevista semiestruturada (ESE).

O Diário de Campo (DC), principal instrumento metodológico desta pesquisa, foi utilizado com o propósito de obter e registrar aspectos culturais pertinentes às análises, registrando-se os dados obtidos que posteriormente foram interpretados. Constitui-se uma ferramenta de planejamento permitindo sistematizar as experiências vividas em campo e proporcionando a análise dos resultados. O referido instrumental permitiu, ainda, o registro por escrito daquilo que o pesquisador ouviu, observou, experimentou e pensou durante a coleta. Descreveu, desta forma, as pessoas, os objetos, lugares, acontecimentos, atividades, diálogos e manifestações culturais, bem como suas ideias, estratégias, reflexões e palpites. Assim, o diário de campo é uma ferramenta que permite sistematizar as experiências para posteriormente analisar os resultados. (RUBIO; DEVILLARD, 2001).

Conforme afirmam Bogdan e Biklen (1994) o DC é um importante recurso que nomearam de notas de campo. Os chamados diários de campo apresentam o relato escrito daquilo que o investigador ouviu, viu, experimentou e pensou no decorrer de uma coleta. Tal instrumento permite que o pesquisador descreva o que observou, a saber: as pessoas, os objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas, assim como suas ideias, estratégias, reflexões e palpites.

O segredo para o alcance de uma investigação qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994), sustenta-se em notas de campo detalhadas, precisas e extensivas. Contudo, Bogdan e Biklen (1994) consideram também que as notas de campo são constituídas por dois tipos distintos de material, descritivo e reflexivo. O descritivo permite captar uma imagem por palavras, do local, perceber e descrever pessoas, ações e conversas observadas. Enquanto que o reflexivo enseja que o pesquisador assume o papel do observador, e reflita a partir daquilo que viu e ouviu.

O material descritivo das notas de campo envolve os seguintes aspectos: descrição cuidadosa dos sujeitos, reconstrução minuciosa dos diálogos, descrição detalhada do espaço físico, relatos de acontecimentos particulares e rica descrição das atividades. A parte reflexiva dos diários de campo é a parte mais subjetiva das notas. Expõe riqueza de detalhes, centrada em especulação, sentimentos, problemas, ideias, palpites, impressões e preconceitos do

pesquisador e seus planos para investigações futuras. Neste particular, o pesquisador pode relatar suas angústias, seus preconceitos, seus gostos e aversões. Pode especular acerca daquilo que está a aprender e qual o resultado do estudo a empreender. Essas especulações estão relacionadas aos padrões que podem estar presentes, ao tema, às conexões entre pedaços de dados, à adição de ideias e de pensamentos que lhe ocorram, às reflexões sobre o método; sobre problemas encontrados no estudo, aos comentários sobre sua relação com sujeitos particulares, às reflexões sobre conflitos e dilemas éticos, etc.

Quanto ao Inventário Sociodemográfico (ISD), sua constituição abrangeu itens, cujos aspectos serviram para pontuar não somente as características da comunidade nos contextos recortados, mas também particularidades das famílias permitindo identificar os elementos que serviram de critérios para a seleção de famílias, tais como características estruturais e organizacionais. O ISD incluiu questões relativas aos seguintes aspectos: a) Identificação pessoal dos membros familiares (nome, estado civil, idade, ocupação, parentesco etc.); b) Características familiares (número de pessoas residindo no mesmo domicílio); c) Características econômicas (renda mensal, contribuintes da renda familiar, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; aposentados, pensionistas, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC; d) Caracterização da comunidade, bens que possui tais como igreja católica, escola de educação infantil e ensino fundamental, pousada, quadra de esportes, centro de produção de cerâmica/sede da associação de mulheres, telecentro (escola de Informática), dentre outros.

Outra técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada (ESE) Bogdan e Biklen, (1994), definem uma entrevista como uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, dirigida por uma destas, com o objetivo de obter informações sobre a outra. As entrevistas surgem com uma forma própria, utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo<sup>3</sup> e da forma de trabalho a qual estão inseridos e oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas consideráveis, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecer ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo. (BURGESS, 1984).

As entrevistas semiestruturadas ocorreram durante toda a coleta dos dados. Outrossim, as questões norteadoras destas entrevistas tiveram como objetivo aprofundar temas que podem já ter sido abordados, por exemplo, durante a aplicação do ISD, nas

---

<sup>3</sup> O conhecido *Weltanschauung*.

observações, ou podem estar sendo abordados pela primeira vez. De fato, a ideia é poder ter acesso a um número maior de informações que se julgavam relevantes para a pesquisa. As principais questões se referem às relações no trabalho das mulheres com a cerâmica; economia solidária; trabalho associativo; conciliação do trabalho rural e doméstico com o da cerâmica; atuação na associação comunitária; expectativas em relação ao processo de titulação da terra; a autonomia das mulheres; atuação política na comunidade e acesso a projetos por meio da associação, dentre outros. Os dados coletados nas entrevistas semiestruturadas se juntaram às informações colhidas por meio de outros instrumentos, além da escuta sensível e a observação que permitiu uma visão mais ampliada do trabalho das mulheres artesãs investigadas.

Para que houvesse melhor compreensão na análise dos dados, foram elaborados três modelos de instrumental: o primeiro para ser aplicado com as mulheres participantes do empreendimento; o segundo para a presidenta da Associação de Mulheres de Itamatatua e o terceiro para as demais lideranças residentes na comunidade.

Assim, esta pesquisa teve como principais procedimentos metodológicos: levantamento e revisão de pesquisa bibliográfica; Realização de uma pequena amostra de entrevistas para identificar as possíveis falhas dos instrumentais; Aplicação de questionários com a representante do empreendimento, (presidenta) demais participantes e lideranças da comunidade; Levantamento, organização e sistematização das informações; Levantamento e sistematização de dados; Análise e sistematização dos questionários e entrevistas aplicadas, para evolução do estudo sobre o tema.

Importante ressaltar que os dados produzidos por esta dissertação são frutos das entrevistas semiabertas realizadas *in loco* nos anos de 2018 e 2019, as quais contemplaram 17 artesãs, a presidenta da Associação de Mulheres de Itamatatua, agente de saúde, vereador e professora.

A busca pelas respostas dos questionamentos que foram surgindo ao longo do constructo dissertativo iniciou-se a partir do levantamento bibliográfico, o qual possibilitou uma compreensão científica da realidade da comunidade Itamatatua e, em seguida, foram buscadas fontes secundárias no sentido de ampliar-se o entendimento sobre o objeto pesquisado.

A pesquisa bibliográfica se constituiu no levantamento de material bibliográfico referente à temática abordada; seleção e estudo de trabalhos acadêmicos e documentos oficiais referentes à comunidade de Itamatatua; contato com a Secretaria Estadual de Trabalho e Economia Solidária (SETRES) e também do Centro de Referência Estadual de

Economia Solidária (CRESOL), para obtenção de informações e acesso a documentos relacionados à pesquisa que se constituiu como fonte secundária; elaboração dos instrumentais de coleta de dados empíricos, para a realização de entrevistas semiestruturadas.

Além das fontes secundárias, a pesquisa considerou também como fontes primárias aquelas que se originaram a partir da observação *in loco*, os quais tiveram grande relevância por contribuir para a reflexão para além da bibliografia existente ou que foi repassada por órgãos oficiais.

O primeiro momento da pesquisa enfeixou a realização de estudo teórico, visitas e observação ao campo empírico, portanto, foi um momento da revisão bibliográfica sobre o tema e de análise de pesquisas existentes sobre o objeto de estudo e o aprofundamento das categorias teóricas relacionadas, uma vez que o referencial teórico apresenta-se como um elemento essencial à apreensão do objeto para desvelar a construção teórica dessas categorias.

No segundo momento, o estudo se direcionou por um processo de pesquisa de campo, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a representante e demais participantes do Empreendimento da Economia Solidária da comunidade Itamatatiua e também de suas lideranças. Assim, durante a construção deste trabalho, cujo tema central foi analisar o processo de lutas e resistências das mulheres da comunidade de Itamatatiua no contexto socioeconômico solidário, verificando as formas de organização política e o poder local construído ao longo de sua história, foram surgindo alguns questionamentos, que nortearam esta pesquisa: quais as formas de organização das mulheres da comunidade de Itamatatiua no contexto do neoliberalismo? De que forma a Economia Solidária contribui para a inserção socioeconômica das mulheres de Itamatatiua no contexto do modelo socioeconômico vigente? Quais os processos de lutas e resistências da comunidade no contexto da Economia Solidária? Quais as formas de organização política e econômica das mulheres da comunidade e seu processo de lutas para a construção do poder local? Quais as implicações da Economia Solidária para o desenvolvimento local?

A partir desse tema central desmembraram-se três específicos: identificar as formas de lutas e resistências da comunidade de Itamatatiua no contexto da Economia Solidária. O segundo, caracterizar a hegemonia do atual modelo socioeconômico e a inserção das mulheres da comunidade no mundo do trabalho via Economia Solidária. E o terceiro, analisar as formas de organização política das mulheres da comunidade de Itamatatiua e sua contribuição para o desenvolvimento local.

O presente trabalho dissertativo está estruturado em três capítulos, além da Introdução e da Conclusão.

No primeiro capítulo, intitulado: **Economia Solidária no Contexto das Transformações no Mundo do Trabalho**, aborda-se esta nova forma de fazer economia, focando a reestruturação produtiva e como as experiências atualmente desenvolvidas com base na solidariedade se desenvolveram no mundo, no Brasil e no Maranhão, tornando-se uma alternativa de geração de trabalho e renda para homens e mulheres por meio do trabalho associativo.

No segundo capítulo, intitulado **Empreendimento Econômicos Solidários no Litoral Ocidental Maranhense, e os Princípios que Norteiam suas Práticas**, analisam-se os empreendimentos existentes no litoral ocidental maranhense, suas formas de organização, bem como as atividades desenvolvidas por eles e os princípios que norteiam suas práticas, levando-se em conta a caracterização do município de Alcântara, suas particularidades e especificidades. Nessa perspectiva discute-se também sobre a comunidade de Itamatatua, seus processos de lutas e resistência no contexto da economia solidária e a organização política e produtiva dessas mulheres.

Por fim, **A Organização Política e Produtiva das Mulheres, Divisão Sexual do Trabalho e Relações de Gênero na Comunidade de Itamatatua: lutas e resistências**<sup>4</sup>. Nesse capítulo abordam-se as formas de organização das mulheres rurais, como se configura a luta das mulheres negras e sua organização política nas comunidades quilombolas, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero na comunidade, levando-se em conta as lutas e resistências no contexto da economia solidária.

---

<sup>4</sup> Na semana de 15 – 19/2/21 o presidente Jair Bolsonaro e equipe estiveram em Alcântara. Distribuíram títulos de posse de terra.

## **2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL**

Neste capítulo analisa-se a Economia Solidária e sua inserção no processo de reestruturação produtiva. Nele o mundo do trabalho sofreu grandes impactos pelo sistema capitalista vigente, em que as estratégias capitalistas buscando exercer do domínio em qualquer forma de trabalho. Nessa perspectiva, a mulher participa desse processo pela facilidade de conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, e sua flexibilidade para assumir dupla ou até tripla jornada, além de ser desvalorizada e seu trabalho ter pouca visibilidade.

A expansão do sistema capitalista no contexto nacional e internacional tem repercutido de forma negativa sobre os trabalhadores e trabalhadoras, os quais tiveram que encontrar diversas formas de sobrevivência, entre estas a sua inserção no sistema produtivo de Economia Solidária que se configurou como uma das principais formas de sobrevivência encontrada pelos trabalhadores (as). Contudo, os trabalhadores inseridos nos empreendimentos econômicos solidários enfrentam grandes desafios pela falta de políticas públicas de apoio a esse seguimento.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que se tornou uma alternativa ao desemprego, os obreiros sofrem com diversos problemas como, por exemplo, acesso ao crédito, precariedade na estrutura das estradas, falta de transporte para o escoamento da produção, falta de creches para as mulheres deixarem seus filhos pequenos enquanto trabalham, dentre outros. Destarte, a Economia Solidária é atualmente considerada uma nova forma de organização de trabalho pautada em um modelo autogestionário e solidário. A chamada Economia Solidária, que em sua configuração tem sido considerada como um “novo cooperativismo” ou “cooperativismo popular”, trouxe o ressurgimento do verdadeiro cooperativismo, pois em suas atividades são desenvolvidas por meio do trabalho associativo e autogestionário com respeito ao meio ambiente e ao ser humano.

### **2.1 As transformações do mundo do trabalho e a economia solidária na perspectiva do trabalho associado**

Para se entender o conceito de Economia Solidária é necessário que se faça previamente um esboço conceitual da categoria Economia. Reportando-se à definição etimológica, apreende-se que o termo economia vem do grego oikos (casa) e nomos (costume

ou lei) ou também gerir, administrar: daí "regras da casa" (lar) e "administração da casa". (SINGER, 2005).

Historicamente entende-se por Economia, ou atividade econômica, aquela que consiste na produção, distribuição e consumo de bens e serviços. De acordo com as análises de Singer (2005, p. 7), o termo Economia pode ser apreendido em vários significados, dentre os quais se destacaram três, a saber:

*O primeiro é a qualidade de ser estrito ou austero no uso de recursos ou valores. [...] o segundo significado é a característica comum de uma ampla gama de atividade que compõe a "economia" de um país, de uma cidade etc. [...] uma atividade é "econômica" quando visa ganho pecuniário, ou seja, quando proporciona a quem a exerce um rendimento em dinheiro. E o terceiro significado se refere à ciência que tem por objeto a atividade que dá o segundo significado. A economia (ciência) é a sistematização do conhecimento sobre a economia (atividade).*

Singer (2005, p. 9) afirma ainda que a economia é praticada mediante uma divisão social do trabalho, onde há uma especialização na execução de tarefas distintas, que contribuem para a produção e circulação de determinadas quantidades de produtos, podendo ser bens materiais ou serviços.

Nessa perspectiva a atividade econômica é aquela que se realiza no quadro da divisão social do trabalho, fazendo parte dela o trabalho do operário na fábrica, do artesão, do agricultor no campo, do comerciante na loja, do bancário atrás do guichê etc.

Há, porém, outras atividades que chamamos de especialização do trabalho, que é a mão de obra mais qualificada. A título de exemplo temos: cargos de direção de empresa, do financista, do advogado, do policial, do diplomata, do fiscal entre outros. Atividades estas que, segundo Singer (2005), não contribuem nem para produção nem para circulação de mercadoria. Contudo, fazem parte da divisão social do trabalho, sendo indispensáveis à ordem institucional, servindo ainda para assegurar os privilégios da classe dominante. Além disso, tais atividades integram a economia assim como as demais. Percebe-se, então, que a Economia está, portanto, presente nas sociedades e começa a sentir-se a necessidade de entender outras maneiras de fazer economia. Assim, destaca-se a Economia Solidária como uma nova forma de fazer economia que nasce dentro do processo do sistema capitalista como uma alternativa aos trabalhadores mediante a crise do mundo do trabalho e que também está inserida na divisão sócio técnica do trabalho.

Com a crise do Capitalismo e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir de 1970<sup>5</sup>, houve um redimensionamento na economia, forjada a partir do desemprego

---

<sup>5</sup> Relembre-se a Globalização.

estrutural e por outro lado, da exploração cada vez mais intensa dos trabalhadores e trabalhadoras, garantida através da mais-valia, propiciando assim, o enriquecimento da classe dominante em detrimento da pobreza dos trabalhadores.

Esse movimento possibilitou, então, a emergência de lutas, em que homens e mulheres desempregados tiveram de buscar alternativas ao desemprego como forma de resistência ao modo de produção movido pela apropriação das suas forças de trabalho. Consoante com esta ideia Costa (2007, p. 8) salienta que

Em um cenário de globalização da economia, o papel do trabalho no mundo tem sofrido várias mudanças. A centralidade do trabalho, como categoria explicativa da realidade tem sido questionada e várias formas de precarização do trabalho tem sido introduzidas, expressas principalmente nas novas formas de contratação. Uma sanha selvagem se abate sobre o trabalho: em tempos de competitividade, a palavra de ordem passa a ser a redução de custos e, na maioria das vezes, os capitalistas tem associado redução de custos à redução de custo trabalho, via retirada de direitos trabalhistas e precarização das relações de trabalho.

Foi nesse contexto que a Economia Solidária ressurgiu dentro no bojo de produção capitalista, resistindo às imposições sócio-políticas, cultural e ambiental. Neste sentido, infere-se que a Economia Solidária surgiu no ambiente da sociedade capitalista como uma forma de enfrentamento e resistência ao processo de exploração dos trabalhadores e (as), através da proposta de estratégia de inclusão socioeconômica desses sujeitos.

A Economia Solidária emergiu, então, como um novo modelo de organização da classe trabalhadora, a fim de conquistar autonomia e emancipação, através de novas práticas econômicas e da propriedade coletiva dos meios de produção.

Na perspectiva de análise da Economia Solidária, que proliferou em um movimento expressivo de experiências, recorre-se às várias formulações conceituais elaboradas por vários cientistas políticos como Singer (2004); Gaiger (2004); Xavier (2008), dentre outros, assim como o conceito elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Os autores acima citados têm buscado estudar essa nova economia através de práticas solidárias, contribuindo com pesquisas, que visam à definição da mesma compreendendo como ela se configura neste tipo de sociedade; que limites e desafios lhe são impostos, bem como as propostas de desenvolvimento que lhe são atribuídas.

Nesse sentido, torna-se necessário conceituar a Economia Solidária, sobre o prisma da perspectiva dos autores supracitados, pois a Economia Solidária não possui ainda um conceito acabado e homogêneo. Ele está sendo construído. Destaca-se o conceito utilizado por Singer e Sousa (2003, p. 123):

[...] constitui-se pelo conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizados por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas e diversas organizações populares urbanas e rurais.

Verifica-se que, esse novo modelo de fazer economia se contrapõe àquela proposta pelo Capitalismo, na medida em que as suas atribuições são regidas por princípios e práticas fundadas na solidariedade, situando o ser humano num espaço de valor superior à acumulação da atividade econômica, além disso, desenvolve-se na perspectiva da autogestão e da cooperação, tendo em vista o desenvolvimento comum e não o lucro desenfreado.

Conforme Gaiger (2004, p. 7), a Economia Solidária é entendida como: “[...] uma economia que subverte a lógica de produção de mercadoria e converte a economia de imperativo absoluto, em um meio de realização de necessidades de fruição e de bem-estar”.

Nesta perspectiva, a Economia Solidária, fundamenta-se numa lógica de valorização do trabalhador pautada no desenvolvimento econômico, sustentável e inclusivos dos trabalhadores e trabalhadoras associados, estimulando ainda o consumo consciente e solidário. Xavier (2008, p. 7), concebe a Economia Solidária, como:

Uma forma antagônica à lógica capitalista de produção. Ao invés do individualismo e da competição, a solidariedade e a cooperação; ao invés do despotismo e da subordinação, a democracia e a igualdade; ao invés da exploração e da alienação, a divisão justa dos resultados, a democratização a informação e a autogestão.

A Economia Solidária construiu-se como uma alternativa ao modo de produção capitalista, que detém os meios de produção ficando sobre seu domínio o poder e a distribuição injusta e excludente da riqueza materializada pela alienação da força de trabalho e da expropriação de seus resultados.

Então, a Economia Solidária, emergiu e consolidou-se como resultado de uma ampla luta dos trabalhadores e trabalhadoras organizados visando emancipar a classe obreira, tornando-a proprietária dos seus meios de produção, como forma de enfrentamento às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a falta de emprego formal.

Embora a Economia Solidária seja fundamentada na valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, destacando-os como centro da atividade econômica, existem concepções teóricas críticas contrária, dentre as quais destacamos Barbosa (2007, p. 29). Este, ao referir-se à Economia Solidária, afirma:

Ainda que a narrativa central da economia solidária preconize cooperativização e valores anticapitalistas, trata-se de uma vertente pouca crítica e esclarecedora, o que pode redundar, por meio do discurso anticapitalista, no desvio do conflito social ou mesmo na definição de estratégias pouco claras de enfrentamento e ganhos de

posição na luta das cooperativas por acesso e apoio do Estado para fazer frente às grandes empresas.

A autora expressa a falta de apoio e compromisso do Estado para promover o desenvolvimento das iniciativas de economia solidária, que tentam avançar na contramão das empresas capitalistas para o alcance de mercados consumidores de seus produtos e serviços.

Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, a Economia Solidária consiste: “Em um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”. (BRASIL, 2009, p. 17).

Embora seja mais recente a elaboração teórica acerca da Economia Solidária, o movimento foi fundamentado nas primeiras organizações dos trabalhadores (as) em forma de cooperativas no século XIX. De acordo com Singer (2002, p. 10), o seu nascimento ocorreu em função da reação de trabalhadores (as) artesãos: “Contra o empobrecimento logo após o capitalismo industrial, o qual permitiu a difusão das máquinas e a nova forma de “organização fabril da produção”, que expulsou os camponeses e os transformou em “proletariado moderno”.

O movimento foi marcado pela passagem do modelo simples de produção dentro da unidade familiar para o modelo complexo, a partir das fábricas e do assalariamento, mudando-se totalmente o contexto da produção, valorizando-se aqueles trabalhadores que dominavam o processo produtivo nas máquinas, nos moldes do Capitalismo Industrial. Nesse processo repentino o seguimento mais prejudicado foram as mulheres, pois sempre estiveram presentes no trabalho fabril e por não dominarem o processo produtivo nas máquinas acabaram sendo excluídas. Segundo Saffioti (2009, p. 19), a participação das mulheres no trabalho fabril, é anterior à Revolução Industrial, uma vez que elas estiveram presentes desde a gênese, porém sempre foram marginalizadas do processo de formação da classe trabalhadora inglesa, mas sempre estiveram presente na formação, durante a Revolução Industrial e posteriormente.

Segundo Federici (2019), o sistema capitalista rechaça as mulheres, excluem-nas do sistema produtivo fabril, mas elas resistem, lutam e conseguem retornar ao trabalho nas fábricas, especialmente aquelas falidas e recuperadas pelas próprias mulheres, por meio do trabalho coletivo.

Esse contexto de exploração da mão de obra assalariada durante o início da implantação do Capitalismo no século XIX provocou uma reação em busca de alternativas e

resistência à exploração, quando os trabalhadores (as) uniram-se e organizaram-se em sindicatos, formando também cooperativas e associações. Dessa forma, os sindicatos consubstanciavam-se na principal instância de defesa dos direitos conquistados pela classe trabalhadora associada, e as cooperativas autogestionárias eram vistas como alternativa e resistência à exploração do assalariamento.

É esse contexto que propicia o surgimento da Economia Solidária em meados do século XIX, após o surgimento do Capitalismo Industrial na Inglaterra, como um movimento de resistência ao empobrecimento dos artesãos provocado pela inserção das máquinas e do novo modo de produção<sup>6</sup>, a partir da organização fabril. (SINGER, 2002).

Destarte, segundo Singer (2005), a Economia Solidária nasceu e se consolidou como uma alternativa ao desemprego e conseqüentemente ao Capitalismo, cujos princípios são a defesa do direito da propriedade individual e a obtenção do lucro como produto final, enquanto que a Economia Solidária prima pela propriedade coletiva ou associativa do capital.

Inicialmente, a Economia Solidária foi popularmente conhecida como Economia Social. Essa nomenclatura, segundo Souza (2003), é comum em países da Europa com tradições cooperativistas, podendo ainda, dentro dessa categoria, receber diversas outras nomenclaturas, tais como associações, cooperativas, sociedades laborais, dentre outras, de acordo com o estatuto que as regem.

Outros termos que também são bastante utilizados são Economia Popular, Economia Popular Solidária, Socioeconomia, Humano Economia, Economia Familiar, dentre outros, sem, contudo, perder o significado apresentado nesta análise.

Ainda sobre o surgimento da Economia Solidária, Souza (2003), concordando com Singer (2003), afirma-se que a Economia Solidária foi referenciada nas teorias dos socialistas utópicos tendo como principal exemplo as experiências de associações desenvolvidas na prática pelos trabalhadores a partir dos pioneiros de Rochdale.

Considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, [...], entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autosuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito. (SINGER, 2002, p. 39).

Segundo o autor supracitado, as práticas de Economia Solidária surgiram em 1844 na Inglaterra, mais precisamente na cidade de Rochdale, quando 28 tecelões uniram-se e formaram a primeira cooperativa, buscando superar a situação de pobreza e exploração a qual foram submetidos com a inserção do período industrial, sendo estes os responsáveis por

---

<sup>6</sup> Exacerbado atualmente pela automação fabril, os robôs etc. Relembre-se estarmos na IV Revolução Industrial

inserir princípios básicos ao cooperativismo, os quais foram universalizados e imortalizados, a saber;

1º Direito a voto por associado para as decisões, 2º Princípio da ‘Porta Aberta’, para quem desejasse aderir à cooperativa; 3º Taxa sobre o capital emprestado à cooperativa (juros fixos); 4º Sobras divididas, à proporção às compras; 5º Vendas sempre à vista; 6º Produtos sempre puros; 7º Educação cooperativa; 8º Posição neutra em questões religiosas e políticas. (SINGER, 2002, p. 40).

Foram esses princípios que nortearam o desenvolvimento das práticas econômicas desenvolvidas pelos artesãos da cooperativa de Rochdale, que inspiraram o movimento da economia solidária, fazendo-a emergir e se disseminar mundialmente como alternativa ao desemprego em massa e ao empobrecimento repentino provocado pela revolução industrial ao qual eram submetidos os trabalhadores.

Na contramão da Revolução Industrial, a Economia Solidária tornou-se visível na cena política. Minimizou os problemas do desemprego causado pela inserção das máquinas nas fábricas e o enxugamento dos postos de trabalho ocorrido no período, em razão dos trabalhadores não possuírem a qualificação necessária para operar as máquinas e atender as exigências desse novo processo produtivo que se estabeleceu.

É importante ressaltar que esse novo modelo produtivo trouxe graves consequências para as mulheres, uma vez que elas possuíam menos qualificação, incentivou o trabalho infantil, acirrou o processo de desemprego e o empobrecimento da classe trabalhadora, em especial, os artesãos, além de superexploração nas fábricas em razão da falta de regras legais. As jornadas exaustivas de trabalho conduziam os trabalhadores a um processo de adoecimento e até morte por exaustão, fato que causava diminuição na produtividade.

Tendo em vista essa realidade, surgiram diversos movimentos que buscaram contrapor-se a essa situação de desemprego, exploração e precariedade que assolava a vida desses trabalhadores. Conforme citado já referido, o movimento de maior repercussão nesse período foi o da economia solidária. Segundo Oliveira (2008, p. 328) outro exemplo importante dessas experiências foi o de Robert Owen:

Proprietário de um imenso complexo têxtil que começou a propor leis de proteção aos trabalhadores. Em vez de explorá-los, ele decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir emprego de crianças para as quais construiu escolas. Esse tipo de tratamento dado aos trabalhadores, fez com que sua empresa obtivesse uma maior produtividade e, por consequência, maior lucratividade. Esse empresário tornou-se figura bastante admirada e todos queriam decifrar o segredo de como o dinheiro gasto com o bem estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro.

Diante dos resultados exitosos obtidos pelo empresário Owen fica claro que o trabalhador valorizado passou a produzir mais e melhor. De forma que suas ideias foram divulgadas, a ponto de conquistar discípulos que começaram a pôr em prática seus ideais, dando início à criação de sociedades cooperativas por diversas partes do mundo. A cooperativa de Owen, não menos importante que a pioneira Rochdale e tantas outras que foram criadas no fim de 1820, surgiram a partir de greves ou foram formadas por grupos locais compostos por trabalhadores que tinham salários diminuídos ou que não conseguiam emprego. Dessa forma, pode depreender-se que as cooperativas surgiram da luta dos trabalhadores (as) e, segundo Singer (1998), foram criadas para enfrentar e eliminar a empresa capitalista do mercado.

Destarte, a Economia Solidária foi forjada em razão do desemprego em massa que se alastrou por vários países com a Revolução Industrial e englobou várias modalidades, a saber: associações, cooperativas, ou pequenas empresas pautadas na autogestão, conforme explica Meira; Oliveira; Ruas (2012, p. 1)

A Economia Solidária seria então modalidades de economia popular, fora do assalariamento formal, que reúne grupos associações, cooperativas ou pequenas empresas pautadas na auto-gestão. (BARBOSA, 2006). Além disso, diferentemente do modelo capitalista convencional que se baseia na alienação, esse arranjo é balizado na responsabilidade total dos indivíduos na produção social, o indivíduo adquire papel de participante ativo, com poder e responsabilidades.

No Brasil, o processo de industrialização gerou um mercado de trabalho exigente e excludente, e sua política econômica com uma desigual distribuição de renda, acabou gerando altos índices de desemprego. Entretanto, foi nesse cenário que surgiram as cooperativas populares com a proposta de inclusão social dos trabalhadores (as) que foram excluídos do mercado de trabalho tal fenômeno social, que segundo Meira (2012), configura um tipo de organização estratégica, condizente com as mudanças organizacionais no final do século XX e início do século XXI.

O desenvolvimento das cooperativas de trabalho, de Economia Solidária, ressurgiu como uma nova alternativa ao desemprego a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por (ex) desempregados, excluídos de seus postos de trabalho do campo ou da cidade; podendo ocorrer por meio da “expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseados na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação”. (GAIGER, 1999, p. 29).

Práticas associativas compreendidas a partir da expressão “associativismo” que, segundo Casimiro (2010), designa, por um lado, a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática, também designados órgãos sociais: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a defesa dessa prática de associação enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (sócios) para a obtenção de finalidades de interesses comuns. Pode ser entendido como uma forma de organização em permanente integração, que tem como propósito conseguir benefícios comuns através de ações coletivas. Para muitas pessoas, a associação constitui a única forma de ter acesso a recursos, bens, fundos e também de ação social.

O poder de escolher, de ter autonomia, equaciona a possibilidade ou não de que as mulheres têm de tomada de decisões, enquanto mulheres, com direitos e deveres, na família, na comunidade, ou sociedade. Define, por isso, um caminho próprio, e não imposto, que reconheça e respeite os direitos das mulheres no seu processo de procura de melhores condições de vida para si, para as suas famílias ou comunidades. A capacidade para definir o seu próprio caminho, tomar as suas próprias decisões, reconhecendo e respeitando os direitos dos outros, num processo de procura por melhores condições de vida para as mulheres, para os homens, as famílias e as comunidades [...]. (CASIMIRO, 2010, p. 26).

As iniciativas de cooperativismo no Brasil ganharam força, a partir de 1888, com a “libertação dos escravos” “[...] que resultará novo afluxo de suas iniciativas e capitais para o Brasil”. (PRADO, 2006, p. 113). “O fim da escravidão negra “e a substituição da mão de obra escrava pela imigrante tiveram como foco suprir as necessidades de ampliação do mercado interno, da industrialização e modernização no país”. Então, com a entrada dos imigrantes no Brasil, as ideias e experiências cooperativistas, que já floresciam na Europa, ganham destaque no país.

Assim, o Cooperativismo de trabalho no Brasil se deu em dois momentos: o primeiro no meio rural e o segundo com a classe médica<sup>7</sup>, ligada à burguesia, os quais serviram de modelo para a adesão de outras categorias profissionais como cientistas, intelectuais, jornalistas, professores, dentre outros. Conforme explica Meira; Oliveira; Ruas, (2012, p. 1).

[...] modelo de cooperativa foi instaurado por Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) nos assentamentos de reforma agrária, desenvolvendo projetos comunitários de produção, subsidiado tecnicamente pela Caritas e Incubadoras

---

<sup>7</sup> Relembre-se que foi no governo da ditadura de Getúlio Vargas que se “montou” uma estrutura administrativa, iniciando-se os ministérios, sindicatos, e ações de Previdência Social.

Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs. Atualmente há um novo cooperativismo, ele é “multiforme”, ou seja, adquiriu variadas formas de institucionalização e variações programáticas, ele se caracteriza pelo caráter democrático e operário. Esse novo modelo de cooperativas é visto como potencial solução para os problemas de desemprego de um enorme contingente de trabalhadores de variadas profissões.

Para Furquim (2001), o Cooperativismo no Brasil surgiu no meio rural, enquanto que na Europa surgiu a partir da classe operária, ou seja, do meio urbano. Siqueira (2014 et al., p.89) ressalta que essa diferença vai ser marcante para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil que vai ser controlado e “fundado pela própria classe detentora do poder econômico, reservando a ela a direção e controle das mesmas”.

Sobre o cooperativismo no Brasil, Sá (2019, p. 42) enfatiza:

O que podemos destacar do cooperativismo no Brasil é que, este passa a ter um incentivo maior no período cafeeiro, quando os grandes proprietários das fazendas de café estimularam o trabalho em cooperação dos imigrantes europeus para obterem maiores lucros e ganhos financeiros. Assim, o sistema cooperativista é consolidado no Brasil com a imigração europeia principalmente no sul do país.

Dessa forma, pode-se depreender que as primeiras cooperativas de trabalho e de consumo no Brasil não se desenvolveram como as cooperativas de produção do período cafeeiro, devido à falta de apoio e incentivo do governo, o qual estava voltado para o ramo da produção agropecuária Salanek Filho (2007); Siqueira (2014, p.81) destaca que no século XIX surgiram as primeiras cooperativas de trabalho e de consumo:

Em 1891, na cidade de Limeira – SP, os empregados da Companhia Telefônica fundaram uma ‘associação cooperativa’ para o provimento de bens de consumo. Três anos depois, em Camaragibe, no estado de Pernambuco, Carlos Alberto de Menezes incentiva a fundação de uma cooperativa de consumo entre os operários da fábrica que possuía. Há, contudo, notícias de uma Sociedade Econômica Cooperativa fundada em 1889, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Em 1894, surge no estado do Rio de Janeiro a Cooperativa Militar de Consumo. Em 1897 é fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Campinas, São Paulo.

A implantação do Cooperativismo no Brasil tanto no meio rural como no urbano, enfrentou grandes dificuldades devido ao espírito individualista dos proprietários na época, que perceberam no cooperativismo uma forma de extrair mais lucros por meio do trabalho cooperado. Siqueira (2014) define que essas dificuldades têm relação estrutural com o regime escravocrata agrário e exportador da sociedade do período colonial, que dificultava a abertura para relações de trabalho flexível e a falta de esclarecimento de grande parte dos trabalhadores favorecia esse processo em favor dos proprietários.

Carneiro (1981) aponta que tanto nas classes elitistas quanto também nas intelectuais e classe trabalhadora em geral estão implícitos “a proletarização e o desemprego”.

A exemplo teve, a partir de 1980, as Cooperativas de Trabalho Médico (UNIMEDS), que utilizavam a “Unidade de Serviço” para a retribuição do trabalho prestado, ou seja: os médicos trabalhavam em uma cooperativa de trabalho, onde as suas atividades não sofriam a intermediação, mas eram oferecidas diretamente ao usuário.

De acordo com Sá (2019) o cooperativismo se torna uma fonte alternativa de viabilização econômica e social para os seus cooperados, conforme demanda a Lei Geral do Cooperativismo (5.764/71); e traz em seu âmbito bases e princípios cooperativistas como a união social e existencial, então criados por Robert Owen (Socialismo Utópico). Esses mesmos princípios são colocados em prática na cooperativa de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra (1844), a qual deixou de legado para as demais cooperativas posteriores o seu exemplo de cooperação e ajuda mútua. (CARNEIRO, 1981). Assim, o movimento cooperativista passou a adquirir no seu âmbito de organização “[...] uma economia democrática, ou seja, a remuneração do trabalho sem a intermediação do salário e lucro do capital”. (CARNEIRO, 1981, p. 51).

A sociedade cooperativa se constitui como “[...] uma sociedade de pessoas, com metas comuns, visando auxílio mútuo entre os associados, o afastamento do intermediário negociante, e a melhoria das condições socioeconômicas de seus membros”. (SIQUEIRA et al., 2014, p. 88). O Cooperativismo surgiu na Europa e se espalhou pelo mundo, chegando ao Brasil, onde as primeiras legislações legais referentes às cooperativas no Brasil “[...] aparecem no início do século XX, juntamente com o sindicalismo”. (SIQUEIRA et al., 2014, p. 89). Destarte, o “[...] Cooperativismo e o Sindicalismo nasceram juntos no Brasil em reação ao sistema capitalista”. (PINTO, 1998, p. 122).

O histórico das suas regulações nos mostra que, a partir de 06 de janeiro de 1903, editou-se o primeiro texto legal sobre Sindicalismo e Cooperativismo no Brasil, determinando a função dos sindicatos e de cooperativas de produção e consumo. (PINTO, 1998).

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que é a regulamentação em vigor para as sociedades cooperativas, definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Assim, foi somente com essa Lei que “[...] foi instituído efetivamente o regime jurídico das cooperativas [...]” (FURQUIM, 2001, p. 35), trazendo como definição em seu art. 4º que as “[...] cooperativas são sociedades de pessoas, com formas de natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”. (BRASIL, 1971).

A própria Carta Magna de 1988 passou também a “[...] tratar em diversos dispositivos sobre a cooperativa [...]”. (MARTINS, 2003, p. 33). Dessa forma, prevê o inciso

XVIII do art. 5º a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independentemente de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. (MARTINS, 2003).

As práticas econômicas desenvolvidas pelos artesãos da cooperativa de Rochdale ganhou força, fazendo emergir e se disseminar mundialmente a economia solidária como alternativa ao desemprego em massa e ao empobrecimento repentino provocado pela revolução industrial ao qual eram submetidos os trabalhadores.

No Brasil as cooperativas se organizaram inicialmente no meio rural, apoiadas pelo MST, depois adentraram a zona urbana, alcançando profissionais de diversas categorias que também foram atingidos pelo desemprego provocado pela Industrialização. Esse movimento de formação de cooperativas alcançou vários estados brasileiros, dentre eles, o Maranhão, que contou como o apoio da igreja católica.

O Cooperativismo maranhense teve início com as atividades desenvolvidas no seio da Igreja Católica e teve como protagonista o bispo auxiliar paraibano Dom José Medeiros Delgado, que foi nomeado arcebispo de São Luís em 1951. Os trabalhos tiveram início com a fundação da Ação Social Arquidiocesana (ASA) – 1952, que objetivava orientar jovens e homens do campo. E em 1953 foi criada a Missão Intermunicipal Arquidiocesana (MIRA), presidida pelo padre maranhense Sidiney Castelo Branco Furtado especializado em cooperativismo pela Universidade São Francisco Xavier em Atiogonish – Canadá. (BRASIL, 1999).

Nesse contexto, em setembro de 1952, ocorreu a fundação da primeira cooperativa maranhense voltada para o ramo econômico: “Cooperativa Banco Rural do Maranhão Ltda., que contava com 5.000 sócios” (REIS, 2003, p.165). A partir desse período o Cooperativismo começou a desenvolver-se no Estado. Esse movimento foi impulsionado no governo de José Sarney em 1961, com a criação de dois órgãos específicos: A Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), e da secretaria específica para o Cooperativismo (REIS, 2003).

Com o governo de José Sarney as cooperativas do ramo da produção receberam incentivos e apoio em suas atividades. E foram criadas as Cooperativas de Gado Leiteiro da Ilha de São Luís (COOLEITE), Cooperativa de Leite de Pedreiras (COPELMIRIM), Cooperativa Leiteira de Bacabal (COLEIBA), contudo desativadas, em 1971. (BRASIL, 1999).

Em relação ao cooperativismo de trabalho, uma pesquisa feita pela Fundação Brasileira de Cooperativismo (BRASCOOP) publicou, em 1980, que o “Estado do Maranhão

possuía apenas 03 (três) cooperativas de trabalho<sup>8</sup> com predominância para o ramo das cooperativas agropecuárias e de habitação”. (CARNEIRO, 1981, p. 88).

Com as mudanças no mundo do trabalho e suas formas de execução, ressalte-se que o sistema cooperativista de trabalho tem representado uma alternativa nas relações de trabalho e emprego, que buscam construir uma forma mais justa e equitativa da distribuição de renda entre os cooperados. As cooperativas de trabalho se apresentam como um mecanismo de viabilização eficaz eliminando a figura do terceiro intermediador. Isso quer dizer que elas podem possibilitar a divisão dos resultados do trabalho entre aqueles que realmente executaram efetivamente o trabalho. (DOMINGUES, 2002).

Sobre o conceito das Cooperativas, Sá (2019 apud SIQUEIRA, 2014, p.85) parte do pressuposto de que,

As cooperativas em seu conceito são um tipo de associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, os quais prestam serviços, sem fins lucrativos. Elas têm princípios próprios, os quais consistem em que todos os cooperados têm os mesmos direitos, obrigações e repartição das cotas de forma igual, ou seja, não existe um único dono do negócio, mas sim todos são donos.

Observa-se então uma aproximação entre os objetivos do Cooperativismo e o Trabalho associativo conforme relata a associada do Centro de Produção de Cerâmica da Comunidade Quilombola de Itamatatua, dona Neide de Jesus, (julho, 2019) em seu depoimento: “Trabalhamos juntas, unidas, uma ajudando a outra, não temos patrão e não somos empregadas, somos associadas, todas somos donas do negócio.

Conforme relatou dona Eloísa, a Associação de Mulheres de Itamatatua foi fundada cerca de 16 anos, e em meio às dificuldades enfrentadas, as mulheres têm desenvolvido suas atividades na produção de cerâmica, prática tradicional que, segundo Pereira; Santos; Barreira (2016)), remonta por mais de duzentos anos, provendo-lhes de uma fonte de renda que dona Canuta afirma ser a mais importante da comunidade.

Embora a Associação de Mulheres haja sido fundada há 16 anos, a prática de construção de artefatos de cerâmica é anterior a esse processo de fundação da associação, pois cada mulher construía suas peças no seu próprio domicílio e também vendiam separadamente. Com a criação da Associação e construção da sede, elas puderam compartilhar o espaço para produzir coletivamente, trocar experiências e ainda expor seus produtos à venda no espaço de comercialização, conforme explica dona Maria Raimunda (out. 2019):

---

<sup>8</sup> Cooperativa Mista de Nova Yorque Ltda, Cooperativa dos Produtores de Cerâmica de Cajapió Ltda e a Cooperativa Artesanal de Rosário (COARO).

Antes de nós ter a Associação, cada mulher fazia as peças em casa mesmo e depois ela ou o pai ou o marido saía pra vender nos povoados daqui de perto. Depois que a Neide junto com outras mulheres daqui da comunidade fundaram a associação a gente teve um lugar pra se reunir e fazer nossas peças junto e tem também um lugarzinho lá na associação pra nós botar pra vender, aí vem gente lá comprar.

No depoimento da Sra. Maria Raimunda ficou claro que, antes da fundação da Associação, o trabalho era realizado de forma individualizada, ou seja: a produção e a comercialização era individual. A adesão ao trabalho associado possibilitou a essas mulheres realizar a troca de experiência, bem como o compartilhamento de um espaço para produzir e comercializar seus produtos. Alessiane, atual presidenta da Associação de Mulheres de Itamatatua, reafirmou o processo democrático durante as eleições diretas que ocorrem a cada dois anos para que seja eleita uma nova presidenta. Cruz (2008 apud PEREIRA; SANTOS; BARREIRA, 2016), ressalta que a maior parte das comunidades quilombolas está organizada na forma de Associação e atua no sentido de fortalecer o processo produtivo.

Então, o Cooperativismo e o Trabalho associativo são modalidades que reúnem a autogestão, solidariedade, trabalho coletivo, processo democrático na escolha de um representante, dentre outros, e juntos fortalecem o processo produtivo, englobando a política pública de Economia Solidária expressa em moldes antagônicos ao modelo econômico vigente. E de acordo com Singer (2002), traduz-se em uma nova forma de produzir e comercializar com respeito ao ser humano e ao meio ambiente, cujas experiências como Política Pública de trabalho e renda têm-se desenvolvido em diversos Estados brasileiros.

## **2.2 A política de economia solidária no Brasil e no Maranhão**

No Brasil, o Estado de Bem-Estar Social não chegou a constituir-se, modificando a forma de constituição da Política Pública de trabalho e renda, a qual se tornou distinta dos demais países centrais. Dessa forma, infere-se que a formação do mercado de trabalho brasileiro foi determinante para que as ações estatais se voltassem para a elaboração de Políticas Públicas de trabalho e renda<sup>9</sup>.

Neste sentido, Pochmann (2007) afirma que a consolidação da classe trabalhadora tem como marco o início do processo de industrialização no Brasil, cuja evolução geral do trabalho, consolida-se no período que vai de 1930 a 1980. Entretanto, a crise do Capitalismo, ocorrida em 1929, favoreceu a abertura de uma produção que se voltasse para o mercado interno, a qual veio substituir as importações, e fomentar o mercado nacional. Contudo, essa mudança na produtividade não absorveu a massa de trabalhadores e trabalhadoras excedentes

---

<sup>9</sup> Relembre-se as iniciativas laborais inseridas no Estado Novo da ditadura Vargas.

e em consequência disso, aumentou a informalidade do trabalho.

Ainda sobre o processo de industrialização no Brasil, Pochmann (2007), salienta que este equacionou o rápido crescimento das cidades, em função da migração campo-cidade que veio expandir as periferias e aumentar os índices de favelização e miséria.

Pochmann (2007) destaca outro momento histórico, no qual a derrocada da industrialização abriu espaço para a financeirização da economia, e veio agravar ainda mais a situação dos trabalhadores (as), em função das expressões das políticas neoliberais e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. O referido período vai da década de 1980 e perdura até os dias atuais. É também nesse período, devido à problemática do desemprego, que as Políticas de trabalho e renda passaram a ter centralidade no debate estatal, conforme enfatizam Guilhon e Lima (2007, p. 163):

Os processos de reestruturação industrial, de globalização financeira e de mudança de paradigma tecnológico têm implicado em aumento da concentração de renda e da riqueza com o conseqüente agravamento da exclusão social em âmbito mundial. Nesse contexto, a questão do emprego e desemprego passa a ocupar o centro das preocupações dos governos.

Dessa forma, infere-se que o desemprego historicamente esteve presente na sociedade brasileira. Contudo, a partir de 1986, de acordo com Guilhon e Lima (2007), as Políticas de trabalho e renda no Brasil se concretizaram tardiamente em relação ao crescimento do desemprego e o mercado de trabalho brasileiro, além de adotar medidas compensatórias, provisórias, focalizadas e segmentadas que funcionam de maneira desarticulada.

Dessa forma, a situação atual do mercado de trabalho brasileiro é resultante da organização do modo de produção, em que a formação do mercado de trabalho é marcada por um forte excedente de mão-de-obra, assim como pela produção voltada para o mercado externo. Em resposta a mais uma crise estrutural do capital, surgem em meados dos anos de 1990 a política de trabalho e renda, que, de acordo com Alencar (2007, p. 225), [...] têm pressupostos políticos e ideológicos o neoliberalismo, com seus princípios de economia de mercado livre e regulação estatal mínima (porém máxima para o capital), que põem em jogo a regulação pública do mercado e da relação capital e trabalho.

Observa-se, então, que as ações públicas de Governo, no que se refere às políticas de geração de trabalho e renda, se configuraram ao longo dos anos de 1990 até 2000 e estiveram mais voltadas para a qualificação, requalificação, empregabilidade, incentivos às pequenas unidades produtivas, a auto-organização dos qualificados e microempresas. Conforme enfatiza Alencar, (2007, p. 229): “[...] estas políticas partem do pressuposto de que

o apoio e o incentivo aos pequenos negócios constituem-se em uma importante alternativa ao desemprego, bem como ao combate à pobreza [...]”.

Contudo, essas alternativas governamentais não foram capazes de alcançar todas as categorias de trabalhadores (as) que perderam seus postos de trabalho, e uma alternativa alcançada pelos próprios trabalhadores (as) desempregados (as) foi se inserir-se na Economia Solidária. Prática que no Brasil não se difere muito do contexto mundial, e aparece em decorrência de fatores conjunturais sócio-políticos, econômicos e culturais, advindos do sistema capitalista.

Somou-se a essa conjuntura a influência dos princípios difundidos pela Revolução Francesa, pelo socialismo utópico e pela experiência de Rochdale. Sobre esse contexto histórico enfatizam Arroyo e Schuch (2006, p.32):

No Brasil, as ideias que associavam solidariedade à economia começaram a ser mais fortemente difundidas com a chegada das notícias da Revolução Francesa, propagandeada sob a insígnia Liberdade – Igualdade – Fraternidade, e ganham expressão social e política em escala, sobretudo no final do século XIX, com as ideias dos socialistas utópicos, com a vinda induzida dos imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis, em cujos países de origem anarco-sindicalista era hegemônico, e com as notícias do sucesso da cooperativa de Rochdale. Assim, se formaram e se espalharam sindicatos, cooperativas e ligas camponesas, fortemente ligadas entre si, e que fazem parte indelével de nossa história econômica e política.

Historicamente, a experiência colonial e a escravidão prolongada no Brasil colocaram para os trabalhadores (as) a responsabilidade por sua própria sobrevivência. Assim sendo, até fins do século XIX ganharam visibilidade as obras sociais e filantrópicas, ações de ordens religiosas e redes de solidariedade e familiares que deram lugar a práticas sociais ligadas à sobrevivência sem o recurso ao “mercado”.

Com o “final” da escravidão negra, o Brasil começou a receber imigrantes para trabalhar nas lavouras, em sua maioria italianos, e alguns fazendeiros queriam dispensar maus tratos parecidos com a forma com que tratavam anteriormente os negros africanos escravizados. A esse respeito Prado Júnior (1963, p. 209) refere que:

Diante dos abusos praticados nas fazendas contra trabalhadores italianos, chegou-se a propor no parlamento daquele país a proibição terminante da emigração para o Brasil: e os cônsules aqui acreditados andavam constantemente às voltas com as reclamações de seus compatriotas maltratados nas fazendas.

Após a “libertação” dos africanos escravizados, eles foram substituídos por imigrantes. Expulsos das fazendas, tiveram de buscar meios para custear sua própria sobrevivência, e sem terras, sem propriedades e com suas famílias para sustentar, ficaram dependendo das obras filantrópicas e de caridade, já que as políticas de geração de trabalho e renda não iriam contemplar esse segmento de trabalhadores (as).

Por outro lado, os imigrantes europeus que, estavam aportando em solo brasileiro além das vivências especializadas de trabalho, traziam também em suas bagagens as experiências exitosas e recentes do cooperativismo vivenciado em Rochdale, que posteriormente iriam colocar em prática ensaiando as primeiras experiências de associativismo e cooperativismo no país.

No período anterior a 1930, os movimentos sociais iniciados por trabalhadores (as) eram tratados como “caso de polícia” e com forte repressão. As manifestações ocorridas no período de 1930 a 1964 ficaram conhecidas como populismo cujas reivindicações eram a reforma de base e melhores condições de vida para a classe trabalhadora do campo e da cidade. Antes de 1964, o Estado interveio na relação capital/trabalho de forma fragmentada e seletiva, deixando de fora os trabalhadores e trabalhadoras rurais e os que estavam na informalidade.

Após 1964, no período ditatorial, a atuação das camadas populares no âmbito econômico, político e cultural sofreu restrições, redefinindo-se o Estado e sua relação com a sociedade. Com o golpe de Estado, os governantes eleitos e reconhecidos foram retirados do cenário político pela força militar, rompendo-se antigas regras da política na escolha de seus governantes. Os militares assumiram a cena política e passaram a controlar as decisões econômicas, ocupando postos-chave da administração. (SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE, 1996, p. 32).

Na década de 1960, os movimentos sociais sofreram uma momentânea paralisação, em razão das proibições às manifestações populares e somente a partir de 1968 foi que os movimentos sociais voltaram a se articular, e, embora com objetivos diferentes, possuíam unicidade no propósito que era pôr fim ao sistema ditatorial. Dentre esses movimentos se destacaram: o estudantil, os religiosos, os operários e dos camponeses. Em 1975, surgiram ainda os novos movimentos sociais Gohn (1997) e, dentro da Igreja Católica, o movimento da Teologia da Libertação, que buscava romper com a dominação, a que a população pauperizada e os setores excluídos estavam submetidos. Registre-se ainda a presença de diversas categorias de profissionais como da saúde, da educação, do serviço social dentre outros, que além de se incluir na luta dos trabalhadores (as) também buscavam inserir suas reivindicações específicas na Constituição Federal de 1988.

O avanço das lutas sociais no Brasil ganhou visibilidade no cenário político a partir de 1978 com a irrupção operária na retomada das greves de caráter massivo, tendo o movimento grevista colocado esta classe no primeiro plano dos debates sobre a democratização do país. (CFESS 2009, p. 22).

A década de 1980 representou o auge do movimento grevista que teve sua principal atuação no ABC paulista representada pela categoria dos metalúrgicos liderada por Luís Inácio Lula da Silva. O movimento das massas representado pelos novos e velhos movimentos sociais, retomados em 1978, se aliaram à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como núcleo fundador o chão da fábrica, e contou com a adesão da classe operária e do movimento popular urbano e rural, vinculando-se ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essas alianças resultaram num movimento forte que contou também com o apoio dos sindicatos exercendo forte pressão pelas eleições diretas para eleger um novo presidente da República (diretas já) e também pelas reivindicações dos trabalhadores (as). (CFESS 2009, p. 23).

De outro lado, Bering (2008) ressalta que houve uma resposta contundente do Capital à queda das taxas de lucros da década de 1970, e que os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional na produção, denominada de reestruturação produtiva. A autora refere-se a uma corrida tecnológica em busca de maior produtividade do trabalho e obtenção de superlucros. Esse novo modelo trouxe diversas consequências para a classe trabalhadora conforme Bering (2008, p. 35) expõe a seguir:

Nessa nova forma produtiva, forja-se uma articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico por meio da rede microeletrônica de informações. Contrapondo-se à verticalização fordista, a produção flexível é, em geral, horizontalizada/descentralizada. Trata-se de terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes até com perfil semi-artesanal e familiar.

Nesse novo modelo de produção promovido pelo Neoliberalismo um pequeno grupo de trabalhadores (as) foi obrigado a desenvolver diversas funções e se tornarem polivalentes para operacionalizar máquinas automatizadas que acabaram por excluir a maior parte das vagas de trabalho das diversas categorias de profissionais. Outra consequência para a classe trabalhadora, apontada por Bering (2008), foi a diminuição da hierarquia no chão da fábrica, já que o grupo assumiu o papel de controle e chefia. Acrescente-se a isso a pressão patronal pelo sindicalismo por empresa que a autora denominou de sindicalismo de envolvimento e a pressão do desemprego, o que aponta para a adesão de novas regras expressas no Toyotismo.

O Toyotismo adotado pelo Brasil em seu processo de reestruturação produtiva é conhecido por ser um modo de produção poupador de mão de obra humana, cujos efeitos tem sido devastadores sobre a força de trabalho, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2008; MATTOSO, 1996). Observam-se os fenômenos de aprofundamento do desemprego estrutural e perda

salarial, além do retrocesso da luta sindical, face ao enfraquecimento dos sindicatos. Assim a crise do emprego na realidade brasileira vem equacionar o agravamento da questão social, proporcionando o crescimento da informalidade.

Sobre essa tendência Barbosa (2007), assinala que a informalidade significa um recuo à conquista dos trabalhadores ao trabalho protegido. Dessa forma, a informalidade<sup>10</sup> é vista pela autora como alternativa ao desemprego que vai desaguar na Economia Solidária como uma estratégia de sobrevivência. De acordo com Miranda; Silva; Araújo (2011, p. 4):

A economia solidária ressurgue nesse contexto social, político, econômico e cultural de profundas transformações, em que valores e princípios, como cooperação, autogestão e solidariedade são fundamentais. Em que se busca uma participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito ao direito dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse contexto de crise surgiram as primeiras iniciativas de Economia Solidária (ES), através de Organizações da Sociedade Civil (ONGs, igrejas, movimentos sociais, incubadoras, sindicatos) constituídas por trabalhadores (as) que lutavam contra as expressões do Neoliberalismo. Este culminou no desemprego em massa, e com o fim de milhares de postos de trabalho os trabalhadores se uniram em busca de alternativas para enfrentar o desemprego.

O desenvolvimento de experiências, que atualmente são denominadas de Economia Solidária, existe no Brasil desde os anos 1960 só que com outra denominação, isto é, projetos alternativos, economia popular, alternativa de sobrevivência, que se realizaram a partir das experiências da Caritas Brasileira, através da sua linha de apoio a Projetos Alternativos Comunitários (PAC's), passando pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ganha força na década de 1980 e nos anos 1990 se amplia com a Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (ACCMV), que além de distribuir alimentos, passou também a fomentar a geração de trabalho e renda. Nesse contexto, Singer (2002, p. 122), afirma que:

Ainda nos anos 1980, a Caritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país.

Ainda nesse período, de acordo com Arroyo e Schuch (2006, p. 35):

Se inicia uma nova onda de institucionalização das diversas e complexas expressões da economia solidária popular no Brasil. Surgem entidades de movimentos Sociais,

---

<sup>10</sup> É dito em senso comum “que correm milhões de reais”, subterraneamente.

entre elas a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), por iniciativa da CUT (Central Única dos Trabalhadores) [...] Surge a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) [...]

É possível verificar que essa forma de organização dos trabalhadores (as) materializou-se numa alternativa às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, e configurou-se como uma estratégia de inserção socioeconômica, em que a participação de entidades, sindicatos e movimentos religiosos foram essenciais para que esses trabalhadores obtivessem uma renda para custear sua sobrevivência, por meio da propriedade coletiva dos meios de produção.

Assim, a Economia Solidária apareceu no contexto brasileiro, com esta denominação em 1993 no livro *Economia de Solidariedade e Organização Popular*, organizado por Gadotti. Outrossim, o chileno Luís Razeto (1993, p. 40) a caracteriza como sendo:

Uma formulação teórica de nível científico elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas, que compartilham alguns traços essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Na segunda metade da década de 1990 as iniciativas de Economia Solidária ganharam força e se destacaram por meio da luta e apoio dos movimentos sociais como resposta à crise e ao desemprego estrutural. Nesse contexto, também as universidades contribuíram com a ideia de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) “[...] visando a ajudar grupos comunitários a desenvolver coletivamente atividades econômicas [...]”. (ARROYO; SCHUSH, 2006, p. 35).

A Rede UNITRABALHO-Rede Universitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, agrega 92 universidades em todo o Brasil e possui um programa de Economia Solidária, que desenvolve estudos e pesquisas sobre o trabalho - “[...] uma rede de universidade voltada a discutir, estudar e desenvolver ações relacionadas ao mundo do trabalho”. (XAVIER, 2008, p. 23).

Dessa forma, Singer (2002, p. 123), concordando com Arroyo e Schush (2006, p. 35) e Xavier (2008, p. 23), afirmam que, a partir de 1999, as ITCPS formaram uma rede, e se reúnem periodicamente para compartilhar experiências, e aprimorar a metodologia de incubação, além de se posicionar no âmbito do movimento nacional de Economia Solidária. Ainda em 1999, a referida rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços em diversas áreas, ao movimento operário, além de desenvolver, desde 1997, um programa de estudos e pesquisas voltadas para o

desenvolvimento da Economia Solidária. Assim há um número crescente de núcleos da Unitrabalho em universidades que acompanham e assistem as cooperativas.

Nos anos 1990, com a diminuição de postos no mercado de trabalho formal, houve a expansão da Economia Solidária como estratégia de sobrevivência e, paralelo a esta, o aumento da informalidade. Destarte, enquanto o crescimento das atividades informais aumentava com a influência e articulação direta dos moldes da produção capitalista, a Economia Solidária era vista como instância de produção de novas práticas sociais que expressa a ideia de concepção do trabalho a partir do sentido emancipatório na vida dos trabalhadores (as).

Segundo Barbosa (2007), o número de trabalhadores não inseridos no mercado de trabalho formal tem aumentado gradativamente, principalmente ao longo dos anos de 1980 até os anos de 2000. Tal fenômeno se expressa quando os trabalhadores, que não mais conseguem vender a sua força de trabalho para manter sua sobrevivência (já que a sociedade burguesa conservadora que não encontra ou não quer encontrar soluções para o crescimento do desemprego) lutam para sobreviver.

Então, é nesse contexto de crise que começam a surgir iniciativas de Economia Solidária (ES), através de Organizações da Sociedade Civil tais como ONGs, igrejas, movimentos sociais, incubadoras, sindicatos, dentre outros.

Dessa forma a partir do Regime Democrático, a relação entre Estado e Sociedade Civil tornou favorável a instauração e evolução desse processo. Ademais, ressalte-se que os movimentos sociais organizados têm sido de suma importância na luta para a constituição da Economia Solidária como, por exemplo: a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), ligado à CUT, à ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), às ONGs, Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Incubadoras de Cooperativas apoiadas por Universidades, a Teologia da Libertação.

A expansão da Economia Solidária representou para os trabalhadores (as) mais que uma alternativa ao desemprego, pois essa expansão se consubstanciava como uma forma de resistência da classe trabalhadora às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ombreada com os movimentos sociais, em busca de uma nova cultura para o trabalho, que valorizasse o obreiro (a).

Tendo em vista essa perspectiva, compreende-se que a Economia Solidária foi e continua sendo impulsionada por diversas formas, perpassando por contexto histórico, político e social distintos cujos resultados contribuiriam para a construção de novas relações

sociais, políticas e econômicas.

Assim sendo, a Economia Solidária emergiu no contexto das Políticas Públicas e enquadra-se na agenda do governo como um movimento de luta por inclusão política, econômica, social e cultural dos trabalhadores (as) excluídos do mercado formal de trabalho que necessitam de respostas.

Nesse contexto, foram surgindo fóruns, como o Fórum Social Mundial (FMS), cujo espaço se tornou privilegiado para as discussões sobre a Economia Solidária enquanto uma política pública. De acordo com Xavier (2008, p. 23):

O impulso dado à Economia Solidária pelo FMS, pelas políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas, pela forte atuação de centenas de organizações da sociedade civil, do movimento popular e sindical e as inúmeras iniciativas de produção coletiva protagonizadas por milhares de trabalhadores (as), fez com que a economia solidária deixasse de ser vista apenas como uma utopia distante e passasse a ser reconhecida como uma importante experiência de transformação política, social, econômica e cultural para os trabalhadores (as) que se envolve com ela.

Contudo, foi em 2003 que a Economia Solidária elevou-se à categoria de Política Pública a Lei nº 10.683/2003, através do Decreto nº 4.764/2003, que consolidou efetivamente a Economia Solidária como uma Política Pública na esfera governamental, no primeiro ano de mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. (BRASIL, 2003).

Nesse mesmo ano, houve a realização da III Plenária Nacional de Economia Solidária. Evento no qual, foi instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que, por sua vez, em nome da Economia Solidária, tornou-se o responsável por articular, mobilizar as bases da Economia Solidária em todo país, bem como realizar a interlocução junto ao Governo Federal, a outros movimentos sociais e a organizações internacionais.

Esse movimento de instituição da economia solidária, enquanto Política Pública, tem como ponto de concretização a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES ainda no ano de 2003, sendo nomeado como secretário o economista e professor universitário, Paul Singer, que por sua vez, foi um grande estudioso dessa temática.

Foi através de todos esses elementos que a Economia Solidária adquiriu o seu status de Política Pública de governo, gerando assim a necessidade de criação de programas e projetos que fomentassem essa forma diferenciada de fazer economia.

Segundo Miranda; Silva; Araújo (2011), a referida Secretaria foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego que passou a assumir, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de programar políticas que incluíssem as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionassem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores (as).

Ainda de acordo com Miranda; Silva; Araújo (2011, p. 4), a SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego “fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou cooperação e convênios com outros órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais”.

A SENAES, segundo Singer (2006), também faz articulação “com outros países como Venezuela e Argentina, objetivando trocar experiências com o Brasil, na busca de ações voltadas para a Economia Solidária e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária”; tem, ainda, a função de desenvolver o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”.

Essa Secretaria está organizada em departamentos de fomento, estudos e divulgação, e desenvolve as ações voltadas para a formação em Economia Solidária, comercialização, mapeamento da Economia Solidária, dentre outras.

Ainda no ano de 2003, ocorreu a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), criado para ser um espaço de articulação, circulação e organização das forças e ações vindas dos diversos empreendimentos, entidades de apoio, assessorias e gestores governamentais que praticam, discutem ou trabalham na perspectiva de desenvolvimento da Economia solidária.

Conforme a proposta do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, foram criados também os Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES). E de acordo com a cartilha: Economia Solidária no Estado do Maranhão (UNITRABALHO-UFMA); (BRASIL, 2007), o FÓRUM ESTADUAL, integrada por representantes dos Empreendimentos Econômicos e Solidários, dos Gestores Públicos e das Entidades de Apoio. Funciona como campo de representação, interlocução, articulação discussão, proposição, troca de saberes e fomento ao apoio técnico para o desenvolvimento da Economia Solidária no Maranhão. (BRASIL, 2007).

Dessa forma, de acordo com a cartilha Economia Solidária no Estado do Maranhão (UNITRABALHO-UFMA); SIES/MTE, o FEES/MA tem como objetivo favorecer o fortalecimento das práticas econômicas e solidárias na sociedade maranhense, por meio de estratégias de desenvolvimento, planos, projetos e ações voltadas para a criação e fortalecimento de Empreendimentos de Economia Solidária (EES). (BRASIL, 2009).

Os fóruns estaduais representam o movimento dos Empreendimentos Econômicos e Solidários em todo o território brasileiro. Esses EES são essenciais para a constituição de uma esfera pública no âmbito da Economia Solidária que seja inclusiva e abrangente.

No Estado do Maranhão, o FEES, organiza e promove as feiras de Economia Solidária que são realizados em todo o Estado, com o objetivo de expor para venda a

produção dos EES. Na programação das feiras são oferecidas palestras, oficinas, apresentações culturais de grupos da região, além da troca de experiências entre os EES. O espaço das feiras é um espaço privilegiado para discussões de temáticas referentes aos EES tais como queimadas, preservação do meio ambiente, comércio justo, dentre outras.

O Governo Federal realizou em 2006 a I Conferência Nacional de Economia Solidária, cujo debate foi feito a partir do tema da *Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*, a qual contou com a presença de cerca de 1.300 pessoas de todo o Brasil, dentre elas, trabalhadores, gestores públicos e representantes da sociedade civil (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006). Quatro anos mais tarde após a realização da I Conferência, foi realizada, em 2010, a II Conferência Nacional de Economia Solidária, que teve como tema: *Pelo Direito de produzir e Viver em Cooperação de maneira Sustentável*. (CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010).

De acordo com o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária - SIES da SENAES/MTE (2009), existia no Brasil em 2006 cerca de 15 mil empreendimentos econômicos solidários, em 2007 aproximadamente 20 mil, em 2.274 municípios e no Distrito Federal, cuja maior concentração dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) está localizada na região Nordeste.

No Maranhão, foram mapeados pelo Núcleo UNITRABALHO, até o ano de 2007, 793 empreendimentos econômicos solidários, abrangendo 86 municípios. A maioria desses EES (69%) estão localizados na zona rural, e somente 19% estão situados na área urbana, dos quais apenas 10% têm atuação em ambas as áreas, e desenvolvem diversas atividades em vários ramos de produção: na Agricultura, no Artesanato, na Piscicultura, Confecção, Cultura, dentre outros. (BRASIL, 2009).

Desta forma, observa-se que a Economia Solidária nos últimos anos, tem estado presente nos espaços coletivos de organização e discussão de temas que envolvem os diversos segmentos, e também no que diz respeito ao planejamento, execução, e avaliação das ações no âmbito nacional, estadual e municipal.

Contudo, para muitos, a Economia Solidária ainda é uma incógnita, pois não se tem clareza suficiente do seu significado, assim como o relacionamento desta com os espaços públicos, vinculando-se a outras políticas como assistência, desenvolvimento, Agricultura Educação entre outras, o que vem refletir na heterogeneidade desta política, tanto na participação social, quanto também na sua implementação e desenvolvimento.

Entretanto, a emergência da Economia Solidária diante da crise do mundo do trabalho e do desemprego em massa representou para os trabalhadores mais que uma

alternativa ao desemprego, mas também uma forma de resistência ao modo de produção capitalista, que buscava seu enriquecimento em detrimento da pobreza dos trabalhadores via retirada de direitos por meio da flexibilização e reestruturação da base produtiva, expressas nas novas formas de contratação e relações capitais x trabalho.

A crise do Capitalismo e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970 tem provocado a emergência de reações e movimentos no seio da classe trabalhadora em razão do redimensionamento na economia, forjada a partir do desemprego estrutural e por outro lado, da exploração cada vez mais intensa dos trabalhadores, garantida através da mais-valia, propiciando assim, o enriquecimento da classe dominante em detrimento da miséria e pobreza dos trabalhadores. Dentre esses movimentos destaca-se a Economia Solidária que surgiu e se consolidou como uma Política Pública de geração de trabalho e renda, buscando inserir os trabalhadores excluídos pelo modelo econômico vigente.

Estes movimentos possibilitaram, então, a formação de novas lutas sociais, quando os trabalhadores tiveram que buscar alternativas ao desemprego como forma de resistência ao modo de produção movido pela apropriação das suas forças de trabalho. Consoante com esta ideia Costa (2007, p. 8) salienta que

Em um cenário de globalização da economia, o papel do trabalho no mundo tem sofrido várias mudanças. A centralidade do trabalho, como categoria explicativa da realidade tem sido questionada e várias formas de precarização do trabalho tem sido introduzida, expressas principalmente nas novas formas de contratação. Uma sanha selvagem se abate sobre o trabalho: em tempos de competitividade, a palavra de ordem passa a ser a redução de custos e, na maioria das vezes, os capitalistas tem associado redução de custos à redução de custo trabalho, via retirada de direitos trabalhistas e precarização das relações de trabalho.

O cenário de crise mundial no âmbito do trabalho exigiu do sistema capitalista a criação de mecanismos com vistas à sua reestruturação, o que por sua vez, proporcionou o afloramento de mudanças no mundo do trabalho.

Segundo Antunes (2008), no universo do mundo do trabalho têm acontecido mudanças significativas no que diz respeito ao Capitalismo contemporâneo, haja vista que houve uma desproletarização do trabalho industrial fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do terceiro mundo.

No Brasil, Maria da Graça Druck (1999) identificou três momentos da reestruturação produtiva. O primeiro faz referência ao final dos anos de 1970, e início dos anos de 1980, momento em que as políticas se direcionavam para os chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQs); essas práticas se configuraram como sendo as primeiras práticas japonesas adotadas no país. A autora salienta que essa prática experimentada no

Brasil já havia sido praticada no Japão acerca de 20 anos, com a utilização da Robótica, principalmente nas indústrias automobilísticas Ford e Volkswagen. (DRUCK, 1999, p. 61).

O segundo período apontado pela autora supracitada se refere aos anos de 1984 e 1985. Sua incidência é percebida com a retomada do crescimento econômico, que se estende até 1990, evidenciado através do uso dos equipamentos e práticas japonesas e do Programa de Qualidade Total, o que impulsionou as inovações tecnológicas com o uso da automação industrial e da microeletrônica, fato que evidenciou a reestruturação produtiva em diversos setores, a saber: no “complexo automotivo, nas montadoras, nas autopeças, nos ramos petroquímico e siderúrgico, nas indústrias de bens de capital e nas empresas exportadoras e subsidiárias de multinacionais”. (GOMES, 2011, p. 59).

E, por fim, o terceiro período, apontado pela autora, compreende o início da década de 1990, percebido através das estratégias organizacionais das empresas e inovações tecnológicas, além de serem adotadas novas organizações no trabalho visando “enxugar” cargos e postos de níveis hierárquicos, alterações nas jornadas de trabalho como o trabalho terceirizado, subcontratado e temporário. Período também marcado pelos Programas de Demissão Voluntária, ou sem justa causa. Características marcantes da reestruturação produtiva. (GOMES, 2011).

Segundo Alves (2007), a reestruturação produtiva promoveu a modernização das indústrias frente a um mercado globalizado. Pontua ainda que essa modernização fez emergir consequências drásticas como a “superexploração do trabalho” trazendo à tona as contradições de classes que expressou fragilidade na organização dos trabalhadores.

Alves (2007, p. 203) ressalta que a reestruturação produtiva não se intensificou somente com os ideais toyotistas, mas também com as inovações empresariais, além de promover uma geração de trabalhadores mais flexíveis em relação aos valores recebidos por seu trabalho; então, essa geração irá contribuir para acumulação flexível do capital. O autor denominou a década de 1990 de “a reestruturação produtiva da década neoliberal”, que contribuiu para que muitos profissionais ficassem parados por ter sido vítimas das demissões. Assim, a década de 1990 no Brasil se configurou como a “década da precarização do trabalho e da nova precariedade” que provocou um grande contingente de desempregados no país, em busca de novas alternativas de trabalho. Em relação às novas alternativas de inserção no mercado de trabalho, Antunes (2008) aponta que houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Contudo, por outro lado, o autor defende que aumentou a oferta de trabalho assalariado através da ampliação do setor de serviços. Outra mudança apontada pelo mesmo autor foi a inserção da mão-de-obra feminina no universo operário, além disso,

verifica-se uma intensa subproletarização expressa no trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que, segundo Antunes, marca a sociedade no Capitalismo avançado.

Sobre esse balizamento Neves e Pedrosa (2007, p. 02) salientam que

[...] na América Latina prevalece a formação de cadeias produtivas mais próximas do modelo japonês, caracterizado pela grande assimetria de poder entre as empresas e fragilidade nas relações de trabalho. Neste contexto ocorrem novos processos de segmentação do trabalho e de precarização do trabalho feminino. As hierarquias que se formam nessas cadeias não ocorrem apenas em nível de poder e subordinação empresarial, mas, também, em nível de condições de trabalho. Os trabalhadores diretos da empresa que estão no topo possuem direitos sociais que vão se reduzindo ao longo da cadeia, caracterizando-se sua ponta, na maioria das vezes, pelo trabalho socialmente desprotegido.

Continuando com este balizamento, Antunes (2008) salienta ainda, que em países como a Alemanha, por exemplo, essas categorias de trabalho eram denominadas de *gastarbeiters* e na Itália de *lavoro Nero*. Essas formas de trabalho atraíam enormes contingentes de trabalho imigrante que se dirigiam para o primeiro mundo, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia.

Como resultado dessas transformações destacou-se a expansão do desemprego estrutural que tem atingido o mundo em escala global, expresso num processo contraditório que reduz o operariado industrial e fabril mas, por outro lado, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços, além de incorporar o trabalho feminino e excluir os mais jovens e os mais velhos. Ocorre, portanto, um processo de heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Conforme Antunes (2008, p. 49-50)

Essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização externa da relação salarial.

Nesse sentido, percebe-se que há uma redução quantitativa do operariado industrial tradicional e a alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, em função do processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora, configura-se em um processo onde o trabalho já não transforma objetos materiais diretamente, mas supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas.

Dessa forma, uma maior qualificação ou intelectualização do trabalho transmite a ideia de que o trabalhador manual não mais será capaz de dar conta do novo trabalho operário nas indústrias. Haja vista que este se transformou em vários ramos mais qualificados, a saber:

o operador vigilante, o técnico de manutenção, o programador, o controlador de qualidade, o técnico da divisão de pesquisa, o engenheiro encarregado da coordenação técnica e da gestão da produção; dessa forma as antigas clivagens estariam sendo questionadas pela necessária cooperação entre os trabalhadores.

Entretanto, Antunes (2008, p. 56-57) aponta que houve mutações no universo da classe trabalhadora, com variações de ramo para ramo, e de setor para setor. Há processos de desqualificação em alguns, bem como diminuição de outros postos de trabalho, a exemplo do setor minero - metalúrgico e da construção naval, onde desaparecem, transformando-se em setores inteiramente informatizados. Já em outros casos, como na siderurgia, instalou-se um processo de requalificação, onde se pode observar “a formação de um segmento particular de operários técnicos” de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário. (ANTUNES, 2008).

Outra tendência que se apresenta é a desqualificação de vários setores operários, que foram atingidos pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, que de um lado ensejam a desespecialização do operariado industrial e, de outro, a massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados parcialmente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultra qualificada), aos trabalhadores da “economia informal”. Enfim, a este gigantesco contingente que chega, segundo o autor, à faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, e nele se incluem também os desempregados, que alguns autores chamam de proletariado pós-industrial, porém Antunes (2008) prefere denominar de subproletariado moderno.

Com relação à desespecialização dos operários profissionais, em decorrência da criação dos “trabalhadores multifuncionais” introduzidos pelo Toyotismo, é importante lembrar que, segundo Antunes (2008), esse processo significa um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, com o objetivo de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho. No entanto, os trabalhadores qualificados enfrentam esse movimento de desespecialização como um ataque a sua profissão e qualificação, assim como ao poder de negociação que a qualificação lhes conferia, inclusive realizando greves contra essa tendência.

Todas essas transformações implicam em uma processualidade contraditória, tendo em vista que, de um lado, reduz o “operariado industrial e fabril e de outro aumenta o

subproletariado e o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino, exclui os mais jovens e os mais velhos”. (ANTUNES, 2008, p. 47).

Autores como Abramo (1998); Hirata (2001); Neves (2000); Leite (2004), têm se debruçado em estudos a esse respeito e todos apontam um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, porém quase sempre na ponta da cadeia com precariedade de condições de trabalho, baixa remuneração, sem estabilidade e com ausência de direitos trabalhistas e apresentando uma acentuada divisão sexual do trabalho. Assim o cenário brasileiro registra a crescente participação da mulher no mercado de trabalho por via da reestruturação produtiva em sua maioria por meio de atividades informais e precárias, conforme se observa nos dados abaixo apresentados por Neves e Pedrosa (2007, p. 3):

No Brasil, os dados do IBGE/Pnad demonstram a crescente participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA), com uma relativa redução da participação masculina. Em 1976, a participação feminina na PEA era de 28,2%; em 2002, este número se elevou para 42,5%. Contudo, se a participação feminina na PEA foi substancial, indicando um crescimento de 47,56% entre 1976 e 2002, o mesmo não ocorreu quanto ao crescimento das mulheres no conjunto dos empregados. Em 1976, sua participação era de 30,3% e, em 2002, de 35,8%, indicando um crescimento de apenas 18,15% nesse período. Estes dados são indicativos de que os processos de reestruturação produtiva têm ampliado a participação da mulher no mercado de trabalho, contudo, esta inserção não tem ocorrido na forma do emprego formal, mas em atividades informais e precárias.

Com a inserção das mulheres a reestruturação produtiva trouxe à tona a discriminação sexual, sobretudo no que se refere à remuneração, uma vez que ficou visível o percentual de mulheres que recebem salários menores que os dos homens, mesmo que desenvolvendo as mesmas funções e responsabilidades, por outro lado, em sua maioria a inserção feminina tem ampliado o mercado informal e atuação em atividades precárias.

O fato de a mulher ter sido inserida no mercado de trabalho em maior número não vem significando uma distribuição das tarefas domésticas no seio familiar, entre homens e mulheres, pois elas continuam dedicando maior tempo que os homens no trabalho reprodutivo, (tarefas domésticas e cuidados com os filhos) e ainda arranjam tempo para o trabalho produtivo (fora ou dentro da esfera doméstica). Federici (2019, p. 51) em seu livro *O Ponto Zero da Revolução: a Luta contra o Trabalho Doméstico* refere a discussão de como a realização do trabalho doméstico é invisível do ponto de vista de ser encarado como trabalho não pago e que, por outro lado, é visto como labor que é realizado por amor e sem muito esforço:

Algumas mulheres se perguntam: como os salários pelo trabalho doméstico mudarão a forma como nosso marido se comporta conosco? Eles não continuarão esperando que façamos as mesmas tarefas de antes, e até mais, uma vez que seríamos pagas para isso? Essas mulheres não veem que os homens esperam muito de nós justamente porque não somos pagas pelo nosso trabalho, que eles consideram ser uma “coisa de mulher” que não nos custa muito esforço. Os homens são capazes de aceitar nossos serviços e tirar proveito disso porque eles presumem que o trabalho doméstico é uma tarefa fácil para nós e que gostamos de realizá-lo, pois o fazemos por amor.

Isso porque, historicamente, a mulher tem sido condicionada ao trabalho invisível doméstico e não pago, e esta forma de trabalho acabou contribuindo para a reprodução do Capital na medida em que elas realizam todas as tarefas domésticas como lavar, passar, organizar a comida, limpar a casa, cuidar das crianças e, ao final de tudo isto, ainda estar disponível para distrair e desestressar o homem após um dia cheio, para estar bem no dia seguinte e se dedicar ao desenvolvimento do capital, e o pior de tudo é que além da mulher não ser remunerada por todo esse trabalho, ela também não é reconhecida, conforme afirma Federici (2019, p. 52)

Na verdade, eles esperam que nós sejamos gratas, porque, ao casar e viver conosco, eles nos deram a oportunidade de nos expressarmos enquanto mulheres (isto é, servi-los). “Você é sortuda por ter encontrado um homem como eu”, eles dizem. Apenas quando os homens compreenderem o nosso trabalho como trabalho — nosso amor enquanto trabalho — e, mais importante, nossa determinação em rejeitar ambos, eles mudarão suas atitudes em relação a nós. Somente quando milhares de mulheres saírem às ruas dizendo que é um trabalho duro, odioso e desgastante realizar tarefas intermináveis de limpeza, estar sempre emocionalmente disponível, ser coagida a transar para não perder o emprego, é que eles terão medo e se sentirão enfraquecidos como homens.

Nessa perspectiva, a luta das mulheres vai além do simples reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho reconhecido e não pago, pois é uma luta que se tem difundido em diversos países do mundo, como França, Itália e outros. É um grito de liberdade que ecoa no seio do movimento feminista Saffioti (1976); Federice (2019).

A esse respeito ressalta Saffioti (1976, p.48) que o que se pretende alcançar com essa luta é *“tornar a vida da mulher igual à do homem, do ponto de vista de direitos e obrigações [...] e isso envolverá sempre a necessidade de se repartirem equitativamente os serviços do lar”*.

Saffioti (1976) defende que haja uma mudança de atitude da própria mulher, no sentido de deixar auxiliar pelo marido, permitindo a este obter o treinamento que o acusam de não possuir e possibilitando a destruição da imagem do efeminado que realiza tarefas domésticas. Assim, se houvesse uma divisão justa do serviço doméstico entre os sexos, as mulheres se cansariam menos, principalmente as que trabalham fora do lar, uma vez que, a

mulher sempre acumulou a dupla e até tripla jornada quando ela realiza o trabalho doméstico do lar, trabalha fora e ainda consegue estudar.

Federici (2019, p. 53) afirma que o Capital sempre manteve homens e mulheres divididos e disciplinou as mulheres por meio dos homens, colocando um contra o outro, no entanto, ao defender o trabalho doméstico remunerado, a autora pontua que seria um processo educativo capaz de provar que homens e mulheres são capazes de realizar os mesmos trabalhos, conforme expressa abaixo:

[...] Ao expor a forma pela qual o capital nos manteve divididos (o capital os disciplinou por meio de nós e nos disciplinou por meio deles, um contra o outro), nós — suas muletas, suas escravas, suas correntes — abrimos o processo de sua libertação. Nesse sentido, os salários para o trabalho doméstico serão muito mais educativos do que uma tentativa de provar que nós podemos trabalhar tão bem quanto eles, que podemos realizar os mesmos trabalhos. Deixamos esse valioso esforço para as “mulheres de carreira”, que escapam de sua opressão não por meio do poder da unidade e da luta, mas por meio do poder de comando, do poder de oprimir — geralmente, outras mulheres. [...] descobrimos que o macacão de trabalho não nos dá mais poder do que o avental — muitas vezes, ainda menos, porque agora nós temos que vestir ambos e, por isso, nos sobrou menos tempo e energia para lutar contra eles..

A forma como a autora se expressa demonstra que algumas mulheres se livram do trabalho doméstico não por dividi-lo com os homens, mas, sim, por meio de poder de comando, ou seja: delegando-o a outras mulheres e geralmente oprimindo-as. Outro ponto interessante citado por Federici (2019) é que qualquer outro fardamento de trabalho como um macacão não confere às mulheres mais poder que um avental. Contudo, mulheres que atuam tanto no trabalho produtivo, como no reprodutivo, vestem os dois tipos de fardamento na realização de suas atividades. Dessa forma, elas permanecem por mais tempo ocupadas, restando-lhes pouco tempo e energia para seguir na luta contra os homens e por mais conquistas. Outro elemento identificado pela autora como entrave ao avanço da luta das mulheres contra o trabalho doméstico não remunerado:

É que muitas mulheres — em particular, as solteiras — se assustam com a perspectiva de receber salário para o trabalho doméstico porque elas têm medo de ser identificadas, nem que seja por um segundo, como donas de casas. Elas sabem que essa é a posição mais impotente na sociedade e não querem assumir que também são donas de casa. Essa é precisamente a nossa fraqueza, uma vez que nossa escravidão é mantida e perpetuada por meio dessa falta de auto identificação. (FEDERICI, 2019, p. 54).

Nessa perspectiva, a luta das mulheres será fortalecida quando houver autoidentificação, isto é, quando as elas assumirem que pertencem ao mesmo segmento social, seja dona de casa, seja prostituta, seja lésbica, etc. Segundo a autora, “*enquanto aceitarmos essas divisões e pensarmos que somos melhores ou diferentes de uma dona de casa, nós*

*aceitaremos a lógica do patrão. Todas nós somos donas de casa porque, não importa onde estamos, os homens sempre podem contar com mais trabalho nosso”.*

Assim, não importa a qual classe social a mulher pertença, os homens sempre contarão com mais trabalho delas. Outro elemento que dificulta o avanço da luta das mulheres é quando esta depende financeiramente do homem e tem a sensação do falso cuidado, conforme expressa Federici (2019, p. 54)

[...] nossa mente é direcionada para um outro lugar, para o homem que, no nosso presente ou no nosso futuro, “cuidará de nós”. E nós também nos iludimos ao pensar que podemos escapar do trabalho doméstico. Mas quantas de nós, apesar de trabalhar fora de casa, escapamos disso? E podemos descartar, tão facilmente, a ideia de viver com um homem? E se perdermos nosso emprego? E quando chegar a velhice e a perda da pequena quantidade de poder que a juventude (produtividade) e a atratividade (produtividade feminina) nos proporcionam hoje? E o que fazemos a respeito de ter filhos? Será que nos arrependemos da escolha de não os ter?

De fato, toda essa preocupação das mulheres tinha fundamento, uma vez que toda a reestruturação da base produtiva e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho ou a reorganização do trabalho produtivo, muito menos a Globalização do cuidado associado à tecnologização do trabalho reprodutivo, “libertaram as mulheres” ou eliminaram a exploração inerente ao trabalho reprodutivo em sua forma atual. (FEDERICI, 2019, p. 225).

Isso porque, de modo geral, a exploração da mulher é visível em todos os países do mundo, pois elas continuam realizando a maior parte do trabalho doméstico não remunerado. Além disso, a reestruturação produtiva provocou um corte na oferta de serviços sociais (creches, saúde pública, assistência social) ao mesmo tempo que descentralizou a produção industrial, (confecção de peças do vestuário, panificação, montagem de bijuterias, dentre outras) aumentando, assim, o quantitativo de trabalho doméstico para elas, que, sendo remuneradas ou não, aumentou, mesmo quando<sup>54</sup> trabalham fora do lar. Federici (2019, 226-227) destaca três fatores principais que demarcam o aumento da jornada de trabalho das mulheres, a precarização de sua força de trabalho e o retorno ao trabalho no seio familiar:

Em primeiro lugar, as mulheres foram os amortecedores da globalização econômica, pois tiveram que compensar com seu trabalho a deterioração das condições econômicas produzidas pela liberalização da economia mundial e pelo crescente desinvestimento dos Estados na reprodução da força de trabalho. [...] Fato observado nos países submetidos a programas de ajuste estrutural, onde o Estado cortou completamente os gastos em saúde, educação, infraestrutura e necessidades básicas. O segundo fator que devolveu a centralidade ao trabalho doméstico no lar foi a expansão do “trabalho domiciliar”, em parte devido à desconcentração da produção industrial, [...] O trabalho domiciliar demonstrou ser uma estratégia capitalista de longo prazo, que hoje ocupa milhões de mulheres e crianças em todo o mundo. [...] Por último, o crescimento do emprego feminino e a reestruturação da reprodução não eliminaram as hierarquias de gênero no trabalho.

Com a Globalização da economia e a reestruturação capitalista em diversos países, inclusive no Brasil, houve o enxugamento na oferta de serviços sociais que retirou as responsabilidades do Estado e jogou sobre os ombros das mulheres. Pois na medida em que diminui a oferta de creches para as crianças, saúde e serviços de convivência para a pessoa idosa, no tocante aos cuidados com idosos, as mulheres ficam presas ao ambiente doméstico, sem possibilidades de realizar o trabalho produtivo fora do lar.

Então, sem alternativas, só lhes resta acumular o trabalho produtivo (trabalho doméstico e cuidados com crianças e idosos) com o trabalho reprodutivo que irá desaguar no trabalho domiciliar e informal por meio da terceirização ou setor de serviços. Essa modalidade de trabalho se configura numa estratégia capitalista que expõe a mulher ao trabalho precário e desprotegido, e as crianças ao trabalho infantil, sem direitos trabalhistas, sem equipamentos necessários, e, em casos de acidentes de trabalho, mulheres e crianças serão abandonados à própria sorte, uma vez que não possuem nenhuma vinculação com as empresas que contrataram seus serviços, podendo contar apenas com o sus.

Outro fator que afeta a saúde das mulheres e crianças é a perda do sono, uma vez que, dependendo da quantidade do pedido e o prazo de entrega, levam crianças e mulheres a virarem as noites produzindo, comprometendo assim, o sono e a saúde, podendo prejudicar um dos direitos básicos da criança e do adolescente, que é estar bem para ir à escola no dia seguinte e obter bom rendimento. Esse trabalho realizado por mulheres e crianças geralmente é pago por produção a baixíssimo custo para o capital.

Por outro lado, a diminuição da oferta dos serviços de saúde e o enxugamento dos postos de trabalho para os profissionais dessa área incorreu em mais sobrecarga para as famílias, em especial as mulheres, conforme expressa Federici (2019, p. 26-27)

Grande parte do trabalho que os hospitais e outras agências públicas tradicionalmente faziam foi privatizada e transferida para os lares, ocultando o trabalho não remunerado das mulheres. Atualmente, por exemplo, os pacientes são dispensados quase que imediatamente após a cirurgia, e a casa deve absorver uma variedade de tarefas médicas pós-operatórias e terapêuticas que no passado seriam feitas por médicos e enfermeiros profissionais. A assistência pública aos idosos (com serviços de limpeza, cuidados pessoais) também foi cortada, as visitas domiciliares foram encurtadas e os serviços prestados, reduzidos.

Assim, elas têm recebido toda essa sobrecarga de trabalho não pago e invisível para o Estado e ao Capital (trabalho doméstico, cuidados com crianças, enfermos e idosos) que caracteriza o trabalho reprodutivo e tem conciliado ao trabalho produtivo domiciliar<sup>11</sup>, o

---

<sup>11</sup> Some-se a esse cenário o amplo decréscimo de contrato das empregadas (domesticas) e um leve aumento do serviço de “cuidadores”.

que vem demonstrar uma completa precarização e desvalorização de todo o esforço despendido pela força de trabalho feminina. Isso se tem tornado um atrativo aos capitalistas, à medida que abre precedentes para rebaixar os salários ao mínimo que puderem, ao mesmo tempo que enfraquece os ânimos das trabalhadoras para não se sindicalizarem e não fortalecerem a luta feminina na busca por direitos. Conforme expressa Federici (2019, p.28)

Muitas mulheres escolhem esse trabalho na tentativa de reconciliar a obtenção de uma renda com o cuidado de sua família; mas o resultado é uma escravidão a um trabalho que proporciona salários “muito abaixo do salário médio que seria pago se o trabalho fosse realizado em um ambiente formal, e que reproduz uma divisão sexual do trabalho que fixa as mulheres mais profundamente no trabalho doméstico”.

Entretanto, a desvalorização da força de trabalho feminina vai além do trabalho doméstico, pois, mesmo que as mulheres ocupem os mesmos postos e responsabilidades, no mercado formal, recebem apenas uma fração do salário que é pago aos homens, expressando-se, portanto, uma discriminação de gênero e acentuando ainda mais a divisão sexual do trabalho.

Dessa forma a mulher veio a se adequar à chamada reestruturação produtiva por sua capacidade de flexibilidade em conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo. Esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido, ainda que ocupem os mesmos postos de trabalho que os homens e assumam as mesmas responsabilidades. (NEVES; PEDROSA, 2007, p. 03).

Outro fato visível e não menos importante, já citado, é a contratação da mulher pelo setor de serviços, a conhecida terceirização, que contrata o serviço das mulheres e paga por peça sem nenhuma segurança no trabalho ou direitos trabalhistas, aproveitando-se do discurso de que a mulher que tem filhos pequenos não precisará afastar-se do lar e que, por isto, irá realizar o trabalho produtivo no próprio lar, a título de exemplo podemos citar: a costureira, a confeitadeira, salgadeira, dentre outras.

Como forma de enfrentamento a essas transformações ocorridas no mundo do trabalho, e resistência à sua precarização, as mulheres, também buscaram criar alternativas de organização que lhes proporcionasse o desenvolvimento socioeconômico e político. Nesse contexto, as mulheres adentram ao movimento da Economia Solidária, através do trabalho coletivo e de novas práticas econômicas sociais e ambientais.

Os estudos que abordam a temática da economia solidária têm apontado que as mulheres são maioria em várias iniciativas desse modo de produção tanto em países do Norte quanto do Sul, independentemente do tipo de empreendimento: produção, comercialização, consumo ou troca, conforme explicita Hillenkamp; Guerín; Verschuur, (2016, p. 2):

As mulheres são majoritárias em várias iniciativas de economia solidária, tanto em países do Norte quanto em países do Sul. Tanto em grupos de produção artesanal ou agrícola, de troca local, finanças solidárias, associações comunitárias quanto no trabalho em cooperativas, sociedades mutualistas ou associações, as mulheres são geralmente sobre representadas. Essa observação indica que a economia solidária, que baseia a organização da produção, do financiamento, das trocas e do consumo no princípio de reciprocidade em articulação com outros princípios descritos por Karl Polany (1983[1944], cap. 4), como os de mercado, de redistribuição e de autossuficiência, é atravessada por relações de gênero.

Para a autora, na melhor das hipóteses, os atores, atrizes e pesquisadores (as) desse campo se contentam em afirmar que as diferenças entre sexos devem ser levadas em conta e que a igualdade de gênero é um objetivo da economia solidária. Porém, o que se percebeu durante o projeto de mapeamento realizado pela Universidade Federal do Maranhão já mencionado neste trabalho é que, na maioria das vezes, a representação política dentro e fora da esfera dos empreendimentos é realizada pelos homens. Esse fato foi observado até mesmo nos empreendimentos liderados por mulheres, como é o caso da comunidade de Itamatatua objeto desta pesquisa, uma vez que as mulheres nomearam uma comissão formada por três representantes do sexo masculino para representar a comunidade em reuniões realizadas com o governador do Estado.

Para Hillenkamp Guerín; Verschuur, (2016), paralelamente ao processo produtivo da Economia Solidária coexiste a economia feminista e que esta denúncia há muito tempo o viés masculino das Ciências Econômicas, questionando os seus modelos, métodos e valores subjacentes; revisitando suas categorias de análise, especialmente para incluir o trabalho reprodutivo; ressaltando a multiplicidade de motivações; e considerando que tanto o gênero e a raça, enquanto construções sociais, se inscrevem nas relações econômicas.

No Brasil as Políticas neoliberais advindas do sistema capitalista, que agravaram o desemprego e a exclusão social na década de 1990, obrigaram trabalhadores e trabalhadoras a buscarem formas alternativas de geração de trabalho e renda. Nesse contexto, Bonumá (2015, p.12) expõe que:

Um contingente importante de mulheres responde ao desemprego e a exclusão agravados pelas políticas neoliberais dos anos 1990 e pela ausência de políticas sociais mais estruturadas – gerando trabalho e renda de forma associativa e solidária, quase que como extensão do seu papel “natural” na divisão sexual do trabalho, concentrando-se em segmentos produtivos “femininos”, compatibilizando-o com o

trabalho doméstico e reprodutivo e criando, assim, formas de sustento para si e suas famílias. Portanto, para estas mulheres a economia solidária representa uma estratégia de sobrevivência e inclusão econômica e social.

Nessa perspectiva a Economia Solidária, além de representar uma alternativa ao desemprego, é vista também como uma forma de inclusão social e estratégia de sobrevivência pelas mulheres. Porém, não se pode perder de vista que a flexibilidade que a mulher possui de conciliar o trabalho produtivo (geração de renda) com o reprodutivo (cuidados com o ambiente doméstico e com a família) acaba por reproduzir a sua exploração materializada em sua dupla e até tripla jornada e que também camuflava e tornava invisível o trabalho das mulheres como um todo, uma vez que geralmente o trabalho com a Economia Solidária é desenvolvido no ambiente doméstico ou nos arredores da própria comunidade.

Nobre (2003) ressalta que a questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres. Entretanto, à medida que as mulheres foram-se organizando e fundando seus empreendimentos e associações, com a visibilidade de suas experiências exitosas, foram criadas referências positivas e fortalecendo-as enquanto trabalhadoras, fato que contribui para problematizar as iniciativas do ponto de vista de gênero.

Dessa forma, a participação das mulheres nas experiências, que atualmente são conhecidas como Economia Solidária, segundo Valadão Júnior; Herk; Medeiros (2014), também está relacionada ao terceiro setor, e existe no Brasil desde os anos 1960, com suas origens nos Estados Unidos. Ganham, então visibilidade na cena política na década de 1970 a partir dos movimentos sociais que lutavam pelos direitos das mulheres e dos consumidores, por proteção ambiental, e outros ideais. Assim, seu crescimento foi atribuído às várias pressões advindas da sociedade civil devido à ineficiência do Estado e a falta de credibilidade na sua capacidade em exercer suas funções. (GHON, 2002; ALVES, 2002).

Para autores como Valadão Junior; Herk; Medeiros (2014, p. 326), organizações do terceiro setor utilizam o conceito da economia solidária para gerar emprego e renda conforme a perspectiva europeia:

a perspectiva europeia para o campo explora não só a questão da proibição da distribuição de lucro entre os membros, mas, de forma mais ampla, considera formas organizacionais que estariam incluídas como integrantes do Terceiro Setor e representadas por cooperativas, sindicatos e outras organizações que geram emprego e renda, as quais seriam representadas pelo conceito da economia solidária.

Nessa perspectiva, uma nova realidade foi criada a partir do cenário de crises do sistema capitalista, uma lacuna que evidenciava as necessidades dos movimentos sociais que segundo os autores supracitados nem o mercado e nem o Estado conseguiam responder de

forma satisfatória. Segundo Guerin (2005), essa lacuna teria sido preenchida pelas organizações de Economia Solidária.

Essa perspectiva deixa claro que as mulheres têm participação massiva nas iniciativas oriundas da sociedade civil tanto as de produção de bens, como as de prestação de serviços, potencializando, dessa forma as organizações coletivas e a geração de trabalho e renda em todo o Brasil. Isso porque, com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, já apontadas nesta pesquisa, as mulheres foram as primeiras vítimas do desemprego, subemprego, e da intensa desigualdade social.

Então, os empreendimentos econômicos solidários têm-se constituído uma oportunidade efetiva para minimizar essa realidade. Guerin (2005), ao se referir à participação das mulheres nos empreendimentos solidários, constata que muitas dessas experiências são organizadas pelas próprias mulheres e destinadas para mulheres, para atender a suas necessidades, uma vez que, na maioria das vezes, precisam conciliar o trabalho produtivo (profissional) com o trabalho reprodutivo (familiar).

Outra dificuldade sinalizada por Oliveira (2008, p. 329) tem sido o acesso à propriedade e ao crédito. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas, as mulheres frequentemente são as primeiras a se mobilizarem e a se auto-organizarem.

Os empreendimentos animados por mulheres são frequentes na área da alimentação, costura e da manutenção de roupas e panos, saúde, dos serviços, de tratamento (creches), educação, da formação, artesanatos, entre outros. Essas diferentes iniciativas são, em primeiro lugar, uma resposta às necessidades cotidianas da grande maioria das mulheres.

Assim, elas têm buscado conquistar sua autonomia, mesmo diante de um cenário desfavorável; têm avançado rumo à conquistas que vão desde a casa própria (por meio das Políticas Públicas ou com recursos adquiridos com o trabalho solidário) à independência financeira, indo na contramão da sociedade machista e patriarcal que persiste no país desde o período colonial. Guerin (2005, p. 17-18) destaca três aspectos funcionais das iniciativas de economia solidária, que, segundo a autora, juntos promovem a diminuição das desigualdades de sexo, e que isso se percebe com mais expressividade nas relações trabalhistas:

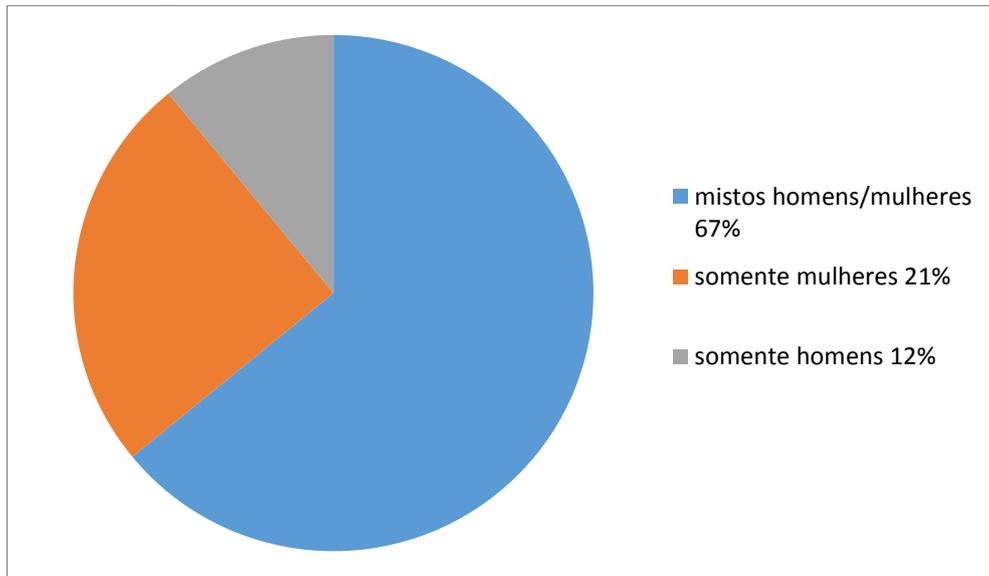
Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a diminuição desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias; ora, essa redefinição e essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades

intrafamiliares ao se permitir que não somente as mulheres, mas também os homens conciliem melhor vida familiar e vida profissional.

O trabalho solidário permite a aproximação das mulheres, constitui cenário de discussão, reflexão e debates coletivos, ou seja: vez e voz a quem outrora não possuía. Além de promover a valorização da mulher a partir do acesso a informação sobre seus direitos produtivos e reprodutivos socializados, geralmente por meio das entidades de apoio à economia solidária. Parte daí o incentivo ao enfrentamento da luta contra as desigualdades intrafamiliares e uma melhor divisão de tarefas para conciliação da vida familiar e profissional.

No Brasil desde o primeiro mapeamento da economia solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), foi percebida a presença marcante das mulheres nos empreendimentos. Conforme demonstra a figura abaixo o percentual de mulheres é maior que o de homens nos empreendimentos. É possível perceber, ainda, que as associações mistas são bem expressivas e que considerando o sexo as mulheres estão na frente em relação aos homens. Oliveira (2008) defende que esse fato possibilita afirmar que os empreendimentos solidários merecem uma atenção especial, sobretudo no âmbito da discussão do desemprego ou subemprego feminino.

**Gráfico 1** – Dados do primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária realizado de 2005 a 2007.



**Fonte:** Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Esse primeiro mapeamento realizado no Brasil de 2005 a 2007 já sinalizava a forte presença e a força da mulher nos empreendimentos que avançam na contra mão do sistema capitalista fugindo do desemprego e da precarização nas relações de trabalho e de gênero, a qual eram submetidas. Em todos os Estados brasileiros as mulheres têm enfrentado diversas dificuldades para construir e organizar seus empreendimentos de Economia Solidária, dentre essas dificuldades estão o acesso à terra e também ao crédito.

Para vencer essas dificuldades elas têm buscado ajuda de entidades que as representem e que também funcionam como entidades de apoio à Economia Solidária, tais como: Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Clube de mães, Associações de bairro, Fórum Estadual de Economia Solidária, dentre outras.

A partir das experiências de participação social e política vivenciadas por meio das entidades de apoio, as mulheres sentem-se motivadas a se organizarem e fundarem suas próprias associações e empreendimentos. No Estado do Maranhão, a criação do Fórum Estadual deu visibilidade e força ao movimento de Economia Solidária, uma vez que, reúne representantes dos Empreendimentos Econômicos e Solidário, Gestores Públicos e Entidades de Apoio.

Dessa forma, a realização do Fórum se constitui espaço privilegiado de representação interlocução, articulação, discussão, proposição, troca de saberes e fomento ao apoio técnico visando o fortalecimento da Economia Solidária no Maranhão.

No Maranhão a Economia Solidária ganhou força com a criação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES). De acordo com a cartilha: Economia Solidária no Estado do Maranhão, o FÓRUM ESTADUAL é integrado por representantes dos Empreendimentos Econômicos e Solidários, dos Gestores Públicos e das Entidades de Apoio. Funciona como campo de representação, interlocução, articulação, discussão, proposição, troca de saberes e fomento ao apoio técnico para o desenvolvimento da Economia Solidária no Maranhão. (UNITRABALHO-UFMA). (BRASIL, 2007).

O FEES/MA tem como objetivo favorecer o fortalecimento das práticas econômicas e solidárias na sociedade maranhense, por meio de estratégias de desenvolvimento, planos, projetos e ações voltadas para a criação e fortalecimento de Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Os fóruns estaduais representam o movimento dos Empreendimentos Econômicos e Solidários em todo o território brasileiro. Esses EES são essenciais para a constituição de uma esfera pública no âmbito da Economia Solidária que seja inclusiva e abrangente.

No Estado do Maranhão, o FEES organiza e promove as feiras de Economia Solidária que são realizadas em todo o estado, com o objetivo de expor para venda a produção dos EES. Na programação das feiras são oferecidas palestras, oficinas, apresentações culturais de grupos da região, além da troca de experiências entre os EES.

Como se pode observar o espaço das feiras é um espaço privilegiado para discussões de temáticas referentes aos EES tais como; queimadas, preservação do meio ambiente, comércio justo, dentre outras.

O Governo Federal realizou, em 2006, a I Conferência Nacional de Economia Solidária, cujo debate foi feito a partir do tema da *Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*, que contou com a presença de cerca de 1.300 pessoas de todo o Brasil, dentre elas; trabalhadores informais, artesãs, gestores públicos e representantes da sociedade civil. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

Quatro anos mais tarde em 2010, foi realizada a II Conferência Nacional de Economia Solidária, que teve como tema: *Pelo Direito de produzir e Viver em Cooperação de maneira Sustentável*. (CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010).

De acordo com o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária - SIES da SENAES/MTE (BRASIL, 2009), existia no Brasil, em 2006, cerca de 15 mil empreendimentos econômicos solidários; em 2007, aproximadamente 20 mil; em 2.274 municípios e no Distrito Federal. A maior concentração dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) está localizada na região Nordeste.

No Maranhão, foram mapeados pelo Núcleo UNITRABALHO, até o ano de 2013, 1.383 empreendimentos econômicos solidários, abrangendo 115 municípios. A maioria desses EES (69%) localiza-se na zona rural, e somente 19% estão localizados na área urbana, dos quais apenas 10% têm atuação em ambas às áreas, e desenvolvem diversas atividades em vários ramos de produção: na Agricultura, no Artesanato, na Piscicultura, Confecção, Cultura, dentre outros. Desse quantitativo, 838 Empreendimentos foram validados pelo comitê gestor da Economia Solidária. Nessa pesquisa, foram mapeadas, também, 107 Entidades de Apoio e 08 Políticas Públicas. Cumpre ressaltar que, dos 838 Empreendimentos validados, 399 deles já constavam na base de dados anterior, cujo primeiro mapeamento foi realizado no período de 2005-2007. E outros 439 novos Empreendimentos foram incluídos nesse novo mapeamento 2010-2013. (BRASIL, 2014).

Ressalte-se ainda que, apesar de terem sido mapeados e validados 567 empreendimentos no primeiro mapeamento (2005 – 2007), no novo mapeamento realizado (2010 – 2013) somente foram encontrados em funcionamento 399. Isso porque muitos desses empreendimentos fecham suas portas por motivos diversos, a saber: falta de acesso ao crédito para investimento, precariedade das estradas para o escoamento da produção, falta de transporte, burocracia no acesso a documentação legal, dentre outros. Os que conseguem transpor os desafios e alcançar sustentabilidade seguem produzindo e comercializando, seguindo aos princípios da economia solidária e permanecendo na base de dados do sistema, para que possa ser atendido pelas entidades de apoio e Políticas Públicas direcionadas a essa categoria de trabalhadores (as).

Desta forma, pode-se depreender que, apesar da taxa de mortalidade dos empreendimentos, a Economia Solidária nos últimos anos se mantém presente nos espaços coletivos de organização e discussão de temas que envolvem os diversos segmentos, e também no que diz respeito ao planejamento, execução, e avaliação das ações no âmbito nacional, estadual e municipal. (BRASIL, 2014).

Contudo, para muitos, a Economia Solidária ainda é uma incógnita, pois não se tem clareza suficiente do seu significado, assim como o relacionamento desta com os espaços públicos, vinculando-se a outras políticas como Assistência, Agricultura, Educação, dentre outras, o que vem refletir-se na heterogeneidade desta política, tanto na participação social, como na sua implementação e desenvolvimento.

Nessa perspectiva, observa-se que o fenômeno da Economia solidária não é recente, e que houve toda uma luta dos movimentos sociais organizados, assim como dos trabalhadores (as) unidos em busca de uma alternativa ao desemprego em massa. Para tanto, o

movimento de expansão da economia solidária, refletido na perspectiva de resistência dos trabalhadores organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários, no desenvolvimento de uma nova forma de fazer economia, tem enfrentado entraves frente às imposições sócio políticas, econômicas e culturais por parte do modelo hegemônico. Tal fato tem exigido da classe trabalhadora diversas estratégias para garantir sua sobrevivência. Nesse contexto a inserção das comunidades rurais na Economia Solidária tem se constituído como uma bandeira de luta alternativa ao modelo socioeconômico vigente. (BRASIL, 2014).

### **3 EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE E O PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS**

Diversas experiências têm-se desenvolvido no litoral ocidental maranhense. Tais organizações possuem regimento e princípios próprios que norteiam suas práticas, originando, dessa forma, várias manifestações que contemporaneamente denominam-se de “Empreendimentos Econômicos e Solidários – EES”. (GAIGER, 2004).

Estes empreendimentos se configuram como grupos informais, associações mistas ou formadas por mulheres, de consumo solidário, cooperativas de produção, de trabalho ou de serviços, clube de trocas solidárias com uso da moeda social<sup>12</sup>, grupos de créditos solidários - como é o caso de bancos comunitários - e fundos rotativos, dentre outros. (SOUSA, 2008, p. 59-60)

Ao definir os EES Gaiger (apud CATTANI, 2003, p. 135), os compreende como “diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores (as), com base, em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade”. Xavier (2008, p. 17), caracteriza os EES como sendo:

Coletivos informais, associações cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; (cooperativas sociais empreendimentos solidários voltados para pessoas com deficiência; cooperativas e/ou associações geridas por mulheres, organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários, fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de troca solidária e mercados de trocas solidárias com ou sem uso da moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores (as) em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo; organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas); grupos culturais; agroindustriais familiares.

Já para o Ministério do Trabalho e Emprego as organizações que podem ser consideradas como um EES são:

- a) Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e/ou rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados;

---

<sup>12</sup> Moeda específica da economia solidária que possui um valor de uso complementar a nacional que pode ser usada na própria comunidade ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade e gerando trabalho e renda localmente. (SINGER; SOUSA, 2004, p. 123).

- b) Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- c) Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização.
- d) Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- e) São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (BRASIL, 2009, p. 18).

É fundamental para compreensão de um EES o entendimento de que o que o difere das organizações capitalistas é que estes são fundamentados em princípios como a coletividade, a solidariedade e a cooperação. Nesta perspectiva, uma empresa solidária só poderá funcionar a partir de iniciativas de associações de moradores, cooperativas ou até mesmo de grupos informais e outros, desde que sejam regidos pelos princípios econômicos solidários.

Sobre estes princípios há várias concepções teóricas, dentre as quais destacamos quatro, elencados pelo ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. (BRASIL, 2009, p. 17):

- a) **Cooperação:** existência de interesse e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades;
- b) **Autogestão:** exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesse;
- c) **Atividade Econômica:** agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços beneficiamento, crédito, comercialização e consumo;

- d) **Solidariedade:** preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores.

No entanto, autores como Gaiger (2004, p. 11), ao analisar os EES, relata que os princípios que os caracterizam não se esgotam nos acima citados:

As propriedades de um empreendimento econômico e solidário giram em torno de 8 princípios, que se espera ver internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Cumprido ressaltar que no sistema de cooperativas os trabalhadores são sócios, que não recebem salários, como na empresa capitalista, pois fazem a retirada do lucro obtido pela empresa solidária. A distribuição dos lucros é decidida em assembleia geral de forma coletiva, onde se decide se a retirada será de igual valor para todos ou se deve variar de acordo com a função exercida. Caso a retirada não seja igual, o trabalhador receberá apenas uma gratificação a mais pelo exercício do cargo ou função, que não é tão desigual como na empresa capitalista.

Dessa forma, essa nova cultura do trabalho envolve um processo em desenvolvimento que acontece de diferentes formas nos coletivos de Economia Solidária, e que se tem colocado historicamente como alternativa à falta de emprego formal, e reação da classe trabalhadora às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

O campo empírico, onde essa pesquisa foi realizada, compreende parte da microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, mais especificamente a parte litorânea do município de Alcântara no qual se localiza o território de Santa Tereza, mais conhecido como comunidade de Itamatatua. Essa região compõe uma das microrregiões do Estado brasileiro do Maranhão pertencente à mesorregião Norte Maranhense. Sua população foi estimada em 2006 pelo BGE em 183.340 habitantes e está dividida em treze municípios. Possui uma área total de 9.557,592 km<sup>2</sup>. A microrregião do Litoral Ocidental Maranhense é composta por 13 municípios, a saber: Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão; Cajapió, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão.

Com o intuito de facilitar o diálogo entre os municípios que compõem as microrregiões do Estado do Maranhão e oportunizar um melhor acompanhamento e controle das Políticas Públicas destinadas ao meio rural, foi criada a política territorial, que por sua

vez, se constitui uma inovação na forma de trabalhar as Políticas Públicas no rural uma vez que as suas instâncias colegiadas, como novas institucionalidades representam possibilidades de concretizar o dialogo propositivo entre os municípios. (NASCIMENTO, 2017). Nessa perspectiva, a política territorial tem suas ações voltadas ao acompanhamento, monitoramento e controle das Políticas Públicas nos territórios.

De acordo com Nascimento (2017), os Conselhos Municipais de Desenvolvimento dão lugar aos Colegiados Territoriais. Conselhos com a composição do Poder público dos municípios e sociedade civil por meio das suas representações. Dessa forma, os colegiados territoriais foram criados para promover a interlocução entre os municípios que compõe o território com vistas a atender aos diversos segmentos de trabalhadores que atuam no meio rural, conforme aponta a autora supracitada:

Mas apesar do enfoque na agricultura familiar, os colegiados territoriais deverão se voltar para as políticas públicas nos territórios e para os diversos segmentos que os constroem na perspectiva dos diálogos e consensos com vistas à unidade dos interesses focados no desenvolvimento rural a partir dos territórios. (NASCIMENTO, 2017, p.5).

Nessa perspectiva, a política territorial buscou, por meio dos colegiados, organizar eventos como feira territorial com o objetivo de favorecer a interlocução entre os municípios e fortalecer suas atividades de geração de trabalho e renda, além de promover acesso a capacitação voltada ao empreendedorismo, microcrédito e formas de escoamento de sua produção. Consta em registros oficiais da categoria que a 1ª Feira Territorial de Economia Solidária e Agricultura Familiar do Litoral Ocidental Maranhense, foi realizada no município de Presidente Sarney. Essa feira foi uma promoção da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES), em parceria com o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEESMA) e a Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário (DFDA), conforme se expressou José Antônio Heluy secretário de Trabalho e Economia Solidária no período de realização desta feira.

A ação conjunta dos parceiros é que possibilita, aos produtores, o acesso à qualificação para empreendedorismo, ao microcrédito, ao escoamento da produção e à articulação entre os grupos, garantiu o secretário de Trabalho e Economia Solidária, José Antônio Heluy. (MARANHÃO, 2011).

Observamos a realização de uma feira que contempla trabalhadores da agricultura familiar e da economia solidária que requer um amplo processo de organização e articulação entre os municípios participantes, segundo explicou a senhora Mariana Nascimento, coordenadora de Economia Solidária da Setres em 2011.

A Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar é o resultado de um trabalho muito grande feito através de uma rede de apoiadores, que passa pela articulação entre os produtores, entre os municípios, entre os organizadores e que acaba chegando ao público como essa festa toda”, Mariana Nascimento, coordenadora de Economia Solidária da Setres. (MARANHÃO, 2011).

As Feiras de Economia Solidária e Agricultura Familiar funcionam como um importante espaço de comercialização direta, que acontecem nos territórios, cujo objetivo maior é dar visibilidade à produção dos empreendimentos solidários e estabelecer relações saudáveis entre produtores e consumidores, procurando fortalecer a ideia de um consumo consciente e responsável dos produtos e serviços de origem solidária. Reune num mesmo espaço produtores, consumidores e apoiadores, oportunizando um diálogo saudável com vistas a preservação do meio ambiente e o consumo sustentável das matérias primas extraídas da natureza pelos empreendimentos.

Por se tratar de uma ação pública, para realização das feiras, é necessário mobilizar e formar uma grande cadeia de parceiros, envolvendo órgãos estaduais e federais, além de entidades da sociedade civil organizada, movimentos sociais e bancos públicos, pois se constituem em entidades de apoio a economia solidária e aos empreendimentos.

As feiras não contemplam somente exposições para comercialização dos produtos que são produzidos nos empreendimentos, mas também se constituem em um espaço para troca de experiências, participação em oficinas, palestras dentre outras capacitações, conforme explicitado abaixo:

A agenda de qualificação para produtores obedece a uma programação diurna – ao longo do dia – antes da exposição em si, que acontece durante três noites. Dentre as capacitações oferecidas, estão a oficina “Comercialização e Consumo Solidário”, além de palestras mais práticas, como a ministrada pela Agerp, sobre os efeitos das queimadas. (MARANHÃO, 2011).

Além das palestras, a feira oferece o espaço para oficinas, e a troca de experiências entre os (as) participantes. No Litoral Ocidental maranhense participaram os grupos de mulheres que confeccionam peças de artesanato da fibra do buriti (Associação de mulheres de Santa Maria-Alcântara) e as Mulheres de Itamatatiua, que produzem o artesanato de cerâmica, além das que produzem outros tipos de peças como de tricô, crochê e outros.

As feiras se constituem um importante espaço para tornar os produtos e empreendimentos/produtores conhecidos, além de promover o fortalecimento da comercialização, que segundo Maranhão (2011, p. 2):

Um dos estandes mais visitados foi o do município de Alcântara, representado pela Associação de Mulheres do Itamatatiua, comunidade remanescente de quilombo. Segundo a artesã Ângela de Jesus, o sucesso da comercialização foi tão grande, que

quase toda a produção do grupo acabou na primeira noite de exposição. A gente não esperava comercializar quase tudo no primeiro dia.

A fala da artesã de Itamatatuiua deixou clara a importância da continuidade de realização das feiras para fomentar as vendas e tornar os empreendimentos e seus produtos conhecidos entre a clientela. Outro sucesso de vendas apontado pelos organizadores da feira, Maranhão (2011), foram os produtores da cachaça artesanal “Azulzinha”, do município de Central do Maranhão, em que os participantes do empreendimento se declararam encantados com a integração proporcionada pela feira.

Sem dúvida nenhuma que esse é um espaço legítimo de divulgação e escoamento da nossa produção, destacou. Fazer o consumidor conhecer nosso produto é fundamental para a continuidade de nosso empreendimento e a feira faz isso muito bem, garantiu. (MARANHÃO, 2011 p. 03).

Segundo Maranhão (2011), a feira contou com a participação de produtores de 13 municípios da região, 135 expositores e 59 grupos produtores diferentes, que fizeram uma verdadeira festa em comercialização, integração entre os grupos e geração de renda para os expositores e para o município-sede do evento. Dentre os produtos expostos estavam o artesanato em cerâmica de Alcântara, conforme exposto acima, o mel de tábua cinza- abelha sem ferrão - de São Bento, a cachaça artesanal Azulzinha, de Central do Maranhão, dentre muitos outros. Conforme se observa na figura a seguir:

**Figura 1** - Exposição de empreendimento econômico solidário



**Fonte:** 1ª feira territorial de economia solidária realizada no Litoral Ocidental Maranhense 29/08/2011.

Atualmente algumas feiras continuam acontecendo nos territórios, e estão ligadas ao Projeto Maranhão mais justo e solidário que visa equipar e fortalecer as feiras já existentes conforme explica Maria Luísa Mendes (abr. 2019 São Luís) representante do Poder público no comitê gestor do Centro de Referência de Economia Solidária - CRESOL:

Foram realizadas quatro chamadas públicas em que as entidades acessaram, elas estão acontecendo em sete edições, cujo objetivo é equipar e fortalecer as feiras já existentes, já que o projeto garante a compra de barracas e equipamentos para que os empreendimentos se organizem de forma a garantir a sustentabilidade e continuidade das feiras já que ao final do projeto serão proprietárias dos equipamentos.

De acordo com a fala de Maria Luísa Mendes, além desse projeto, existem as feiras itinerantes, e do centro de referência em que o CRESOL itinerante sai do seu espaço localizado no centro histórico de São Luís, levam-se os produtos dos diversos territórios para as feiras nos bairros de São Luís e também exposições em órgãos públicos e Instituições de ensino como UFMA, UEMA, IFMA e outras, em todo o estado do Maranhão, contemplando os territórios que possuem universidades ou Instituto Federal, incluindo-se o Litoral Ocidental Maranhense.

Segundo Maranhão (2011), a Economia Solidária no Litoral Ocidental Maranhense desenvolve suas atividades na agricultura familiar, no artesanato de fibra de buriti e cerâmica, dentre outros, atendendo aos princípios da Economia Solidária. Os Empreendimentos Econômicos Solidários produzem feijão, mandioca, milho, banana, bacuri, azeite, carvão; artesanato, costura, marcenaria, atividades pesqueiras, criação de animais, horticultura, mel de abelha, cachaça artesanal dentre outras peculiar do território.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES (BRASIL, 2007) define a Economia Solidária como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Conforme explicado a seguir:

Nessa economia não existem mais exploradores e explorados, pois ninguém pretende levar vantagem sobre os outros e muito menos gerar riquezas através da destruição da natureza. A base da Economia Solidária é formada pelas relações de cooperação, pelo fortalecimento do grupo e das comunidades sem patrão nem empregado, e todos pensando no bem de todos e no seu próprio bem. (BRASIL, 2007).

Dentre os princípios que regem a Economia Solidária, o FBES (2007), considera a autogestão como a característica mais importante dos empreendimentos, isso significa que:

Não há mais patrões nem empregados e que os meios de produção (terra, equipamentos e instalações) pertencem a todos os que trabalham no empreendimento. A administração é feita coletivamente, de forma democrática, e os resultados são compartilhados entre todos. Para tomar decisões, cada cabeça é um voto. (BRASIL, 2007).

Além da autogestão, outros valores ou princípios, que regem os empreendimentos de Economia Solidária apontados pelo FBES (BRASIL, 2007) são: cooperação, democracia, solidariedade, respeito à natureza, valorização e promoção da dignidade e do trabalho

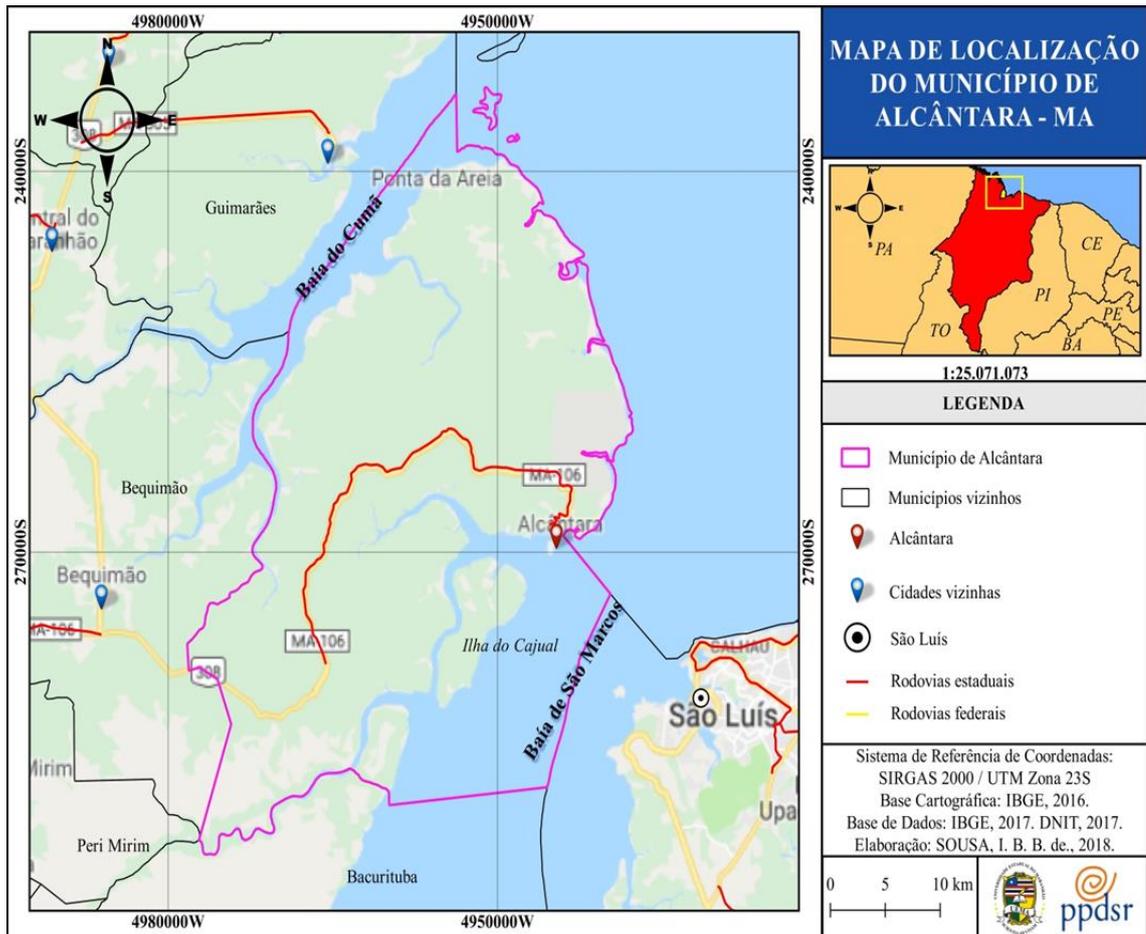
humano, portanto, o inverso do modo de produção capitalista. Em razão da crise do mundo do trabalho, já mencionada, uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores (as) foi desenvolver suas atividades de forma cooperada nos moldes da Economia solidária.

Durante o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários ocorrido de 2010 a 2011, realizado pelo núcleo UNITRABALHO/ UFMA, foram localizadas no município de Alcântara diversas experiências que, ao serem avaliadas pelo comitê gestor da Economia Solidária, passaram a compor a base de dados do Sistema de Economia Solidária – SIES, por terem sido considerados como autênticos Empreendimentos Econômicos Solidários, e dentre eles, o Centro de Produção de Cerâmica da comunidade Quilombola de Itamatatua que havia sido mapeado em 2007 e já constava na base do SIES. Cumpre ressaltar que foram inseridos nesse novo mapeamento os EES revisitados e também os novos empreendimentos encontrados.

### **3.1 Caracterização sócio espacial do município de Alcântara**

Diversas experiências atualmente conhecidas como Economia Solidária tem-se desenvolvido no município de Alcântara/MA situado na mesorregião norte do Maranhão e na microrregião Litoral Ocidental Maranhense, a 2° 24' de latitude e 44°25' de longitude, a 5m de altitude em relação ao nível do mar. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; a oeste com os municípios de Peri-Mirim, Guimarães e Bequimão, separando-se destes dois últimos pela baía de Cumã; ao sul com o município de Cajapió; e a Leste com Cajapió e São Luís. Separado de São Luís somente por 22 km através da baía de São Marcos e a 425 km por via terrestre IBGE (2008). Conforme se observa no mapa a seguir:

Figura 2 - Localização do Município de Alcântara



Fonte: Sousa ( 2018).

Essa localização se tornou privilegiada para a Força Aérea Brasileira - FAB e acabou apontando o município de Alcântara/MA, como favorito a ser implantado o mais novo Centro de Lançamento de Foguetes, por estar distante apenas 22 km da capital maranhense, conforme mencionado acima. Considerado e apresentado pelo governo João Batista Figueiredo como “o mais ambicioso projeto científico para um país em desenvolvimento e se desenvolveu como reflexo do Estado desenvolvimentista hegemônico das décadas de 1970 e 1980”. (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2006).

As atividades aeroespaciais tiveram início no Brasil na década de 1960 com a construção do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), localizado no município de Parnamirim - RN. Este foi o primeiro centro de Lançamento de Foguetes da América do Sul construído para produzir foguetes de sondagem para experimentos e pesquisas. Porém, o desenvolvimento e crescimento urbano e populacional em Natal/RN impossibilitaram a expansão do CLBI, favorecendo, dessa forma, estudos e pesquisas em todo o território nacional em busca de um novo local que atendesse às exigências de seus idealizadores para a

construção de outro espaço porto. (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2006).

De acordo com Choary (2000), a escolha do território de Alcântara foi baseada em quatro principais aspectos oficiais favoráveis, a saber:

a localização geográfica privilegiada do município (pela proximidade à linha do equador) favorecendo lançamentos de foguetes com maior precisão e segurança, além de possibilitar maior velocidade ao veículo lançado, redução dos custos com combustível e gerando por sua vez uma economia de até 30% no lançamento; o clima pouco variável que garante lançamentos em condições favoráveis de segurança, e por último, a baixa densidade demográfica que garantiria um baixo custo no processo de desapropriação.(CHOARY, 2000, p. 68).

Conforme observamos, o que representa vantagem, economia de combustível e clima favorável para os idealizadores do projeto do Centro de Lançamento de Foguetes, atinge diretamente os antigos habitantes do local onde se pretendia instalar a base e posteriormente ampliá-la. A localização do município na região administrativa do Litoral Ocidental Maranhense e nos limites da Amazônia Legal. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), o município encontra-se na área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, rico em biodiversidades e recursos naturais que sempre se constituiu na maior fonte de subsistência dos povos e comunidades tradicionais que sempre habitaram esse território.

Conforme o último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, à população total do município de Alcântara estava estimada em 21.851 habitantes, sendo que a taxa de urbanização da sede correspondia a 26% da população total do município e a zona rural com 74% da população.

É importante ressaltar que boa parte dos habitantes de Alcântara é descendente de negros africanos escravizados e indígenas, que a princípio foram os primeiros ocupantes do território e se organizavam em comunidades. Destarte Marx (1983, p. 281) explica que em pequenas comunidades a produção se baseia:

Na posse comum das terras, na união direta entre agricultura e artesanato e numa divisão fixa do trabalho. Constituem organismos de produção que bastam a si mesmas, [...]. A maior parte dos produtos é destinada ao autoconsumo direto da comunidade não como mercadoria.

Atualmente a maior parte da população de Alcântara se concentra no meio rural<sup>13</sup>, são descendentes de povos indígenas e africanos escravizados que sempre habitaram aquelas terras e retiram da natureza os meios necessários para sua sobrevivência, a saber: o pescado, produtos agrícolas por meio do roçado, matéria prima para a confecção de artesanatos como a

---

<sup>13</sup> Nos dias de 19 e 20/2/21 o presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva entregaram alguns títulos de posse de terra em Alcântara.

argila, fibra do buriti e da bananeira, criação de pequenos animais, dentre outros. Parte dessas comunidades tradicionais ainda não possui o título da terra em que habitam, o que as deixam vulneráveis frente à proposta do CLA de desapropriação e remanejamento. Alguns desses títulos de propriedade tramitam nos espaços do INCRA e do ITERMA, desde 2010, porém até o momento não foram entregues às comunidades.

A falta do documento de titulação da terra tem gerado insegurança para os quilombolas, uma vez que o CLA possui novo projeto de ampliação da área de lançamento para novos foguetes, dessa vez pretende avançar rumo ao litoral alcançando várias comunidades, dentre elas, Itamatatiua, que tem sua maior fonte de renda, proveniente do artesanato de cerâmica, cuja fonte de matéria prima é a argila que é encontrada nos arredores da comunidade.

As comunidades têm-se organizado em comissão e buscado apoio de entidades como o CCN e a ACONERUQ, visando a conquista do título da terra; em 2019 marcaram audiência pública com o governador Flávio Dino, mas nada foi resolvido. Contudo, a luta e a resistência continuam, pois, retirar essas comunidades de seus antigos locais de moradia significa, a exemplo das demais que já foram remanejadas, reduzi-las a uma condição de maior vulnerabilidade social e pobreza extrema. Parte das terras que hoje são ocupadas pelos quilombolas se encontram na mira do remanejamento pelo CLA. Segundo Ferreira et al. (2012, p. 74) “Inicialmente foram habitadas por povos indígenas, que falavam uma variedade de línguas e dialetos diferentes. Tínhamos cinco milhões de indígenas e nenhum branco espalhados em diversas partes do Brasil” [...].

Com a colonização brasileira pelos europeus, os povos indígenas foram expulsos de suas antigas moradas e até dizimados, por não se sujeitar ao trabalho escravo implantado nas lavouras implementadas em suas próprias terras. E segundo o Conselho Indigenista Nacional - CIMI, atualmente existem no Brasil apenas 227 povos indígenas, cerca de 600 mil pessoas, que correspondem apenas a 0,2% da população brasileira.

Este pequeno quantitativo se encontra localizado em 422 áreas das quatro Regiões do Brasil. Contudo, o maior número de indígenas se localiza na Amazônia Legal, ocupando os seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amapá, Acre, Rondônia e Roraima, onde estão situadas 98,61% das terras indígenas protegidas. (FERREIRA, 2012).

Nessa perspectiva, a colonização do Maranhão, como de todo o território nacional, ocorreu envolta numa relação de poder em que os colonizadores franceses, portugueses, espanhóis, holandeses e outros, julgavam-se ser superiores aos povos indígenas e

posteriormente também aos negros africanos que aportaram em solo brasileiro para serem escravizados, dando-se início ao etnocentrismo, sentimento até então desconhecido entre as tribos indígenas e manifestações de racismo inicialmente contra os povos mencionados, e que perdura até os dias atuais na sociedade brasileira<sup>14</sup>. Rocha (1984 apud FERREIRA 2012, p.7) concordam que o Etnocentrismo:

é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.

Enquanto o etnocentrismo representa um sentimento de superioridade de um povo em relação a outro, o racismo tem tomado uma dimensão muito maior em termos de preconceitos que, segundo Ferreira (2012), englobam categorias como classe, gênero, raça e etnia. E a partir dessas categorias, pode-se compreender e explicar os processos de exclusão, de dominação, de subordinação e de discriminação.

Assim, após um longo processo de dominação, a cidade de Alcântara foi fundada em 1648, após a expulsão dos franceses do território maranhense e como reflexo da manutenção do poder português sobre as terras do norte do Brasil-colônia. Antes de sua fundação, segundo afirma Ferreira e Grijó (2009), viveram em Alcântara os índios Tupinambás. Os franceses e os portugueses que se instalaram estabeleceram uma relação de poder baseada na escravidão indígena e africana.

Como os povos indígenas não se adaptaram facilmente ao trabalho escravo nas lavouras e não renderam os lucros esperados por seus exploradores, esses foram duramente massacrados e expulsos de suas terras e em seu lugar foram implantadas as fazendas monocultoras.

No tocante à situação dos negros no Brasil e no Maranhão esses eram conduzidos de seus países de origem, em condições desumanas e amontoados em navios denominados negreiros. E ao aportarem em terras brasileiras eram vendidos como mercadorias nos mercados de escravos e direcionados às fazendas monocultoras para trabalharem como escravos. Sobre as consequências sofridas pelos negros africanos escravizados em terras brasileiras, Ferreira (2012, p.76) relata que

Quando se trata de analisar as sequelas deixadas para a humanidade, são em certa dimensão marcas semelhantes as deixadas pelos nazistas nas populações judias, são

---

<sup>14</sup> Diz-se que Joseph Mengele, oficial do exército nazista, refugiado no Brasil (São Paulo/ Rio de Janeiro), odiava nossa pátria, por ser e ter “uma cultura múltipla”.

marcas que não se curam tão rapidamente e não se esquece facilmente, pois a escravidão reflete outras formas de exploração, dominação e exclusão que precisam ser revistas, pensadas, trabalhadas, questionadas, compreendidas e combatidas.

A autora traça um paralelo entre a escravidão negra no Brasil e a Alemanha Nazista em que ambas deixaram chagas profundas nos povos africanos e judeus. E embora em 04 de setembro de 1850 tenha sido promulgada a lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos no Brasil, Ferreira (2012) afirma que esse fato, entretanto, não aboliu completamente essa situação de miséria e degradação vivida pelos negros.

Mesmo com a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz, o Brasil ao longo de todo o século XIX seguiu o mau exemplo de grande parte dos países europeus, que criaram mecanismos para proteger o tráfico clandestino dos navios negreiros. (FERREIRA, 2012).

O tráfico, por sua vez, fomentava a economia e a expansão do Capitalismo, e por esta razão, os princípios éticos aprovados nas constituições, eram esquecidos pelos dirigentes políticos daquela época.

Essa relação forte do Maranhão com a escravatura tem reflexos até hoje, com um número significativo de comunidades negras e quilombolas. De acordo com o Centro de Cultura Negra do Maranhão-CCN, existe um quantitativo de 443 comunidades negras rurais, quilombolas, denominadas também de terra de preto, e em todo o Estado, dessas, 143 já foram identificadas pelo Projeto Vida de Negro e estão registradas em 55 municípios maranhenses; a maioria delas vive em Alcântara. (PROJETO DE VIDA NEGRA, 2003, p. 16).

Alcântara foi elevada à condição de vila em 1682, pela Companhia de Comércio do Maranhão; as fazendas existentes na região começaram a prosperar e atingiram o auge com a produção de arroz, açúcar, algodão e criação de gado. O início da decadência data entre os anos de 1865 e 1870, cujas causas foram a produção açucareira de outras regiões, o que motivou o deslocamento da economia para outros Estados, a perda do Maranhão na exportação do algodão e por fim, a “libertação dos escravos”.

Com a decadência da economia, a “libertação” dos escravos e a ausência de políticas de trabalho e renda que favorecessem os ex-escravos, muitos deles permaneceram nas fazendas após serem abandonadas por seus antigos proprietários. Permanecendo até os dias atuais e ampliando o processo de luta pela titulação como terras remanescentes de quilombos e contra o remanejamento dessas comunidades, proposto pelo CLA.

Mesmo diante das mudanças contemporâneas, as comunidades negras resistem, e esta resistência se traduz na permanência nas terras, mantendo traços identitários que demarcam fronteiras e territórios com características próprias. Nesse contexto é que se insere



peças e as vendia individualmente em suas casas ou nas comunidades e municípios circunvizinhos, como Pinheiro, Bequimão e Perimirim.

Segundo Grijó (2008) o território de Itamataiua é composto por 15 povoados, a saber: Mocajituba, Tubarão, Goiabal, Raimundo do Sul, Buritirana, Mojó, Barroso, dentre outros; engloba o total de 55 mil hectares, que fazem parte também dos municípios de Bequimão e Peri-Mirim.

Os quilombolas de Itamataiua, em especial as mulheres, atualmente vêm levantando várias bandeiras de luta, e uma delas diz respeito à titulação de seu território. Nessa empreitada um de seus maiores aliados tem sido a Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara (ATEQUILA), a qual está à frente de todos os trâmites burocráticos. Para fortalecer suas lutas, elas têm buscado fazer alianças em busca de apoio de entidades como a ATEQUILA e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara - STTR.

Assim, as mulheres têm buscado conciliar o trabalho reprodutivo (cuidados com o ambiente doméstico) e o trabalho produtivo que além da geração de renda; também se exige delas a representação política dentro e fora da comunidade, que e conforme Ferreira (2018, p. 3), a sobrecarga das mulheres, aliada à visão patriarcal, muitas vezes têm-lhes roubado o tempo, direcionando-as para pouca inserção na política e empurrando-as para a sub-representação:

Pode-se afirmar que as mulheres ainda sofrem muitos constrangimentos e sua feminilidade é constantemente invocada para marcar seu papel e seu lugar determinado pela sociedade patriarcal: a casa, a cozinha, o cuidar da família, os afazeres domésticos e os trabalhos subalternos. A sobrecarga das mulheres nos trabalhos domésticos e nos cuidados com a família aliada à visão patriarcal, explicam em grande parte a pouca inserção das mulheres na política, ou melhor, dizendo, sua sub-representação.

Apesar de terem fundado uma entidade que representa a comunidade, e de exercerem o poder político dentro dela, as mulheres abriram mão da representação política nos espaços políticos fora da comunidade ao permitirem que fosse criada uma comissão formada por três representantes do sexo masculino, eleitos dentre os membros da associação de mulheres para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados à titulação do território, como explica José de Ribamar de Jesus:

Através desta comissão marcamos uma audiência pública com o Governador Flavio Dino, para o fim do ano de 2019, para falar sobre a titulação, pois cabe ao estado em primeira instância assinar e viabilização do documento de titulação de Itamataiua, só que ninguém quer se responsabiliza, daí o processo fica sendo jogado para o INCRA, que joga para o ITERMA

e vice versa. (José de Ribamar de Jesus, Quilombola, Líder Comunitário e Vereador, setembro/2019).

Uma questão que nos leva a refletir, é que, em vez de delegar a representação política nas esferas de poder fora da comunidade, as mulheres não delegaram a esses homens parte do trabalho doméstico e cuidados com os filhos para que elas pudessem ficar mais livres e assumir a representação política nas esferas que tratam do processo de titulação da terra, promovendo, desta forma, uma divisão sexual do trabalho mais justa.

Atitudes como essa reforçam a invisibilidade da mulher nos espaços públicos e de decisão, conforme explica Ferreira (2018, p.4)

Tais invisibilidades remetem a sociedade marcada por relações de gênero que, em geral, representam as mulheres como não afetas à política e incapazes de intervir nas questões do Estado. Assim naturalizaram-se os preconceitos construídos historicamente. “Muitos deles são fundamentados em estereótipos que reforçam a natureza feminina como não preparada para os exercícios de cargos públicos, em especial cargos de decisão”.

Outro ponto de reflexão é porque elegeram um vereador do sexo masculino e não uma vereadora para a comunidade Ferreira (2018, p. 6) afirma que essa sujeição das mulheres em relação ao exercício de poder delegado aos homens tem suas bases no patriarcado que reinou historicamente em nosso país, construído a partir das relações de dominação que, segundo a autora:

Pode ser compreendido como um sistema de dominação e exploração das mulheres pelos homens desde o controle de sua sexualidade, perpassando os espaços públicos e privados a partir das estruturas de poder que coisificam a mulher, anulando sua importância no contexto social e político [...]O debate sobre patriarcado articulado com a questão de gênero vem assumindo um lugar central no debate feminista nesta última década, porém, Safioti (2004) nos chama a atenção para o fato de que muitas feministas deixaram de articular estes dois conceitos, ao não associar as relações de dominação a uma ordem patriarcal de gênero; estamos retirando a força expressiva desta categoria, para assim explicar a lógica do patriarcado como fator determinante para a submissão das mulheres.

Embora se perceba em Itamatiua certo exercício de poder político exercido pelas mulheres dentro da comunidade, a lógica dominante do patriarcado ainda é visível, e elas têm muito que avançar nesse aspecto, para buscar romper com essa lógica e extravasar sua força para além dos arredores da comunidade e mostrar todo o empenho de resistência que possuem entre si, a ponto de assumirem uma cadeira na Câmara municipal de Alcântara, pois a representação feminina nos cargos públicos é ínfima se comparadas ao número de assentos masculinos nas esferas de governo, ou seja municipal, ou estadual ou federal, reforçando-se, assim, a sub-representação das mulheres, conforme explicita Ferreira (2018, p. 9):

A sub-representação política feminina está relacionada aos números ínfimos de mulheres eleitas nos pleitos para os diversos cargos de poder e representação. É um conceito que denota a discrepância entre eleitorado feminino e número de mulheres eleitas. A sub-representação é reflexo das condições que precedem os pleitos eleitorais: está nas relações patriarcais em que convivem os partidos internamente, fator determinante para desestimular a presença das mulheres nos campos de decisão partidária; está também na cultura do silêncio que lhes foi imposta e na educação de gênero, que impõem às mulheres assim como aos homens, valores que subestimam as mulheres, desqualificam sua opinião e desestimulam seu exercício de cidadã.

O número pequeno de mulheres nos espaços legislativos brasileiro demonstra as “contradições da democracia” neste país, fruto de um conjunto de fatores que perpassa pela cultura do patriarcado reforçando a sub-representação da mulher nos espaços de decisão. No Maranhão as mulheres também são minoria nos espaços de poder tanto nas bancadas legislativas, como na representação do Poder político na instancias de decisão. Até mesmo em comunidades internamente lideradas por mulheres, a exemplo de Itamatatiua, no momento em que foi preciso eleger uma comissão para representar o território em busca da conquista do título da terra, elas permitiram que fosse eleita uma comissão formada apenas por homens sem a participação feminina.

Nessa perspectiva, foi realizada em dezembro de 2019 uma reunião para discutir o acesso ao documento de titulação de Itamatatiua, na qual estiveram presentes, além da comissão de Itamatatiua, algumas entidades que vêm acompanhando de perto o processo de titulação desse território, entre elas os representantes da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), Movimento dos Atingidos Pela Base (MABE) e Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) dentre outras, e segundo Ferreira (2012, p.78), a luta por reconhecimento dos quilombos teve seu marco em 1980, quando:

Se formou em São Luís o Centro de Cultura Negra – CCN que, após se deparar com os primeiros conflitos agrários nas terras de preto no Maranhão, decorrente da introdução de grandes projetos agropecuários e industriais, a exemplo da Margusa e o projeto espacial no Município de Alcântara passou a denunciar o desrespeito aos territórios étnicos.

As comunidades quilombolas têm pressa, pois seus problemas em relação à titulação de seu território não foram resolvidos durante a audiência pública ocorrida em dezembro de 2019, e segundo os dados divulgados pelo CCN, de 1992 a 2003 foram tituladas 16 comunidades quilombolas e outras tantas estão em processo de reconhecimento pelo INCRA, como é o caso de Itamatatiua. Conforme afirmou o senhor Jose Ribamar, vereador da comunidade, em entrevista concedida em setembro de 2019, o processo de titulação de Itamatatiua se encontra no INCRA desde 2010, sem retorno aos quilombolas.

É importante ressaltar que o a morosidade na concessão da titulação do território de Itamatatua está diretamente ligado aos interesses do Estado em relação à ampliação do CLA rumo ao litoral, que vai de encontro ao território da comunidade em questão, conforme expõe Amazônia Real (2005, p. 11). “O processo está parado desde 2010 por que há sobreposição de interesses do Estado envolvendo o CLA e seu projeto de expansão”.

Nesta perspectiva, a luta dos quilombolas e principalmente das mulheres residentes nesse território têm sido uma constante, frente ao perigo eminente, pois o CLA poderá apropriar-se dessas terras e realizar o remanejamento compulsório dessa comunidade; isto significaria destruir o território como um todo, além de sua maior fonte de renda que provém da argila encontrada nos arredores da comunidade, sua principal fonte de matéria-prima, além de atingir diretamente sua identidade, sua cultura e religiosidade; enfim, é destruí-la enquanto classe social e reduzi-la a miséria, já que desarticulária sua maior fonte de renda e resistência conforme são conhecidas mundialmente. Conforme relata Grijò (2008, p.12)

Há cerca de 300 (trezentas) famílias na comunidade de Itamatatua, estas vivem basicamente da pesca, da coleta de alimentos, do babaçu, e da agricultura familiar. A fonte de renda principal da comunidade advém principalmente da cerâmica produzida pela Associação de mulheres, sendo o produto cultural mais conhecido do local, exportado para diversas partes do país e do mundo.

A luta e resistência dessas mulheres pela sobrevivência por meio da coleta de frutos extraídos da natureza e extração da argila para o artesanato permitiram além da permanência em seu território a construção de sua própria história que tem no artesanato de cerâmica a sua marca registrada e que as tornou conhecidas em vários países do mundo. Essa história de lutas perpassa pelas questões de gênero que, segundo Saffioti (2009, p. 15) [...] o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tornando em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível, voltar a velha expressão categoria de sexo. A autora complementa que gênero é construído socialmente e que o sexo é biológico. Embora que as teorias do patriarcado tentem camuflar as mulheres numa condição de sexo frágil, para justificar a subalternidade de gênero a qual desejam direcioná-las, as mulheres de Itamatatua resistem e seguem lutando por seus ideais, para além do espaço privado do lar.

A ideia do sexo frágil para Saffioti (2009) surgiu a partir de controle do meio ambiente, da agricultura e da criação de animais para corte ou tração; a mulher era considerada como um ser mais fraco e que, portanto, não poderia desempenhar papéis que desprendessem força física, sobrando para ela o trabalho doméstico e no ambiente privado, fortalecendo, dessa forma, o controle sobre as mulheres.

Ferreira (2014) defende que a ação do movimento feminista trouxe a público o universo das mulheres, suas inquietações e bandeiras de lutas. Nesse particular os ideais pregados pelo Feminismo vieram contribuir para o despertar das mulheres, que desde os primórdios foram privadas do espaço público e sub-representadas pela cultura do patriarcado. Segundo Saffioti (1976), o Feminismo teve suas origens na França com o sufrágio, e denunciava as condições de subalternidade que reduzia a mulher a uma situação análoga a dos negros que sofriam com a escravidão

O Feminismo Francês não se deixou absorver inteiramente pela questão do sufrágio das mulheres, La Voix des femmes denuncia as miseráveis condições econômicas em que viviam as mulheres: seus baixos salários, sua jornada de trabalho excessivamente extensa [...] Só em 1944, a mulher francesa se tornaria eleitora e elegível. [...] Na França como no resto do mundo capitalista, conquistado o direito de voto, as mulheres penetraram nas assembleias políticas. Entretanto, depois de alguns anos, a escassa representação feminina tem decrescido constantemente. (SAFFIOTI, 1976, p.61).

A degradação da mulher era comum em todos os países capitalistas e o movimento que foi iniciado na França com o sufrágio proliferou alçando o Brasil em plena ditadura militar, conforme explica Ferreira (2014, p.2)

As primeiras organizações de mulheres criadas no Brasil se inserem em movimentos de esquerda que descortinavam as atrocidades cometidas pela ditadura militar e conservadorismos da sociedade brasileira. Oriundas, em grande parte, de partidos clandestinos, estas organizações, profundamente engajadas nas causas nacionais e com profundo conhecimento sobre as desigualdades de gênero, exigiam democracia e o fim do regime de exceção no país. Da ação dessas militantes emergem os primeiros grupos feministas no Brasil que se localizaram inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia no início dos anos setenta. Os acontecimentos do Ano Internacional da Mulher abrem caminhos para se refletir sobre as mulheres em variados contextos e ampliar a ação dos grupos pioneiros. Estávamos em 1975 e o mundo percebeu seus problemas a partir delas próprias.

Assim, o movimento feminista aflorou no Brasil e ganhou a cena política juntamente com os novos movimentos sociais, que compreendiam os sindicatos, partidos políticos de esquerda, movimentos de diversas categorias de profissionais, negros, homossexuais, ambientalistas e juntos defendiam suas próprias bandeiras de luta, mas também uniam forças numa luta mais geral contra a ditadura militar e a favor da Democracia, conforme enfatiza Gohn (1997, p. 229).

Os "novos" movimentos sociais de mulheres, ecológicos, de negros etc. ocorreram em toda América Latina, mas com grandes diferenças em relação aos europeus e aos norte-americanos. Embora algumas bandeiras tenham sido "importadas", como a dos ecologistas, os movimentos latino-americanos ocorreram em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias[...] Modelando tudo isto, a tradição da cultura política democrática e quase inexistente e valores como o machismo e o preconceito racial escamoteado são variáveis de longa data.

A dura realidade brasileira de exploração a qual as mulheres eram submetidas as levou a unir forças com outros movimentos que tinham em comum alguns ideais como a substituição da ditadura militar pela Democracia e a luta pelo reconhecimento de problemas da vida privada como questões políticas, além da busca por Políticas Públicas que atendessem, a suas necessidades, conforme enfatiza Ferreira (2014, p.3)

Das inúmeras bandeiras, destacamos a rediscussão sobre o sentido da política, na medida em que incluiu questões consideradas do mundo privado, que passam a ser vistas como questões políticas: aborto, violência doméstica e sexual; trabalho igual para salário igual; relações hierárquicas visíveis entre profissionais e profissões semelhantes (veja o caso médico-enfermeira); divisão das tarefas domésticas; parceria na criação dos filhos.

É notável que o Feminismo trouxesse várias contribuições, visibilidade e conquistas para as mulheres, dentre elas, na política, uma vez que, ao longo de sua história elas foram sub-representadas pelos homens nos espaços de poder legislativo e executivo. Contudo, mesmo com a reserva de cotas na política, a representação de mulheres nesses espaços ainda é muito pequena, como ressalta Ferreira (2014, p.3)

O movimento traz para o cenário da política a necessidade da rediscussão sobre o sentido da representação política, uma vez que para nós, mulheres, era, e continua sendo, inadmissível a sub-representação feminina nos espaços de poder legislativo e executivo. Dessas lutas, nascem as cotas para mulheres na política. Mesmo com sua aprovação, ainda está distante a construção da paridade na vida política, haja vista, que somente o partido dos trabalhadores aprovou a paridade. Como podemos observar, o feminismo traz um conjunto de questões que deram a esse movimento visibilidade e respeito.

Importante destacar o desrespeito dos partidos políticos em relação às cotas para mulheres, atitude que se reflete na sub-representação feminina nos espaços de poder, daí a necessidade de ampliação dessa luta por ocupar esses espaços. O que se percebe é uma certa inibição por parte das mulheres, pois em Itamatitua a comunidade elegeu um vereador e não uma vereadora, para tratar da política externa da comunidade, conforme explicou Alessiane de Jesus (Set.2019), presidenta da Associação de mulheres de Itamatitua

Elegemos um vereador morador daqui da comunidade para representar a comunidade e os nossos interesses na câmara municipal de Alcântara e também para tratar do processo de titulação da terra junto com os outros dois homens que compõe a comissão específica que acompanha o processo no INCRA e no ITERMA.

O fato das mulheres elegerem um vereador para cuidar dos interesses da comunidade e uma comissão formada por três homens para representar o poder político acabou deixando as mulheres numa posição de sub-representação, que dificultando a formulação e cobrança de Políticas Públicas que venham atender de fato às necessidades das mulheres. Segundo Butto, et al. (2014, p.8):

A constituição de políticas públicas voltadas para as mulheres se deu em um período de luta pela democratização do país, em meados dos anos 1980, e de forte atuação por parte tanto do movimento feminista, quanto do de mulheres amplamente organizadas em movimentos de base contra a carestia ou em luta por creche. A relação com o Estado, sobretudo nos anos 1980 e 1990, era um ponto de debate e mesmo de tensão no interior do feminismo brasileiro[...] As Políticas Públicas para as mulheres desenvolvidas naquela época foram marcadas pelo estabelecimento de estruturas governamentais, por ações setoriais específicas, sobretudo nas áreas de saúde e violência, conferências e tratados firmados no âmbito da Organização das Nações Unidas. As visões críticas buscavam ir além e podem ser sintetizadas na formulação de Sonia Alvarez de que o Estado não é neutro do ponto de vista de gênero.

A luta por Políticas Públicas foi iniciada pelas mulheres na década de 1980 fortalecida pelo movimento feminista perdurando até os dias atuais. Ainda que parte dessas reivindicações tenha sido incluída na Constituição Federal de 1988, há necessidade de uma luta contínua pela efetivação dessas políticas, a saber, Saúde, Educação, Creche, dentre outras.

Nessa mesma linha a luta das mulheres de Itamatatuiua tem sido por acesso a melhores condições de Educação e Saúde. No tocante à educação, as escolas da comunidade necessitam de uma reforma, carteiras novas e melhorias no sistema de ventilação. Já em relação à saúde, esta não dispõe de um posto sequer. Quando há algum incidente com as moradoras ou em caso de partos, e ou outro tipo de acidente envolvendo a população faz-se necessário que se desloquem (acidentados e parturientes) até a sede de Alcântara, Pinheiro, Bequimão ou São Luís, em busca de atendimento. Assim, o difícil acesso dessa comunidade aos serviços públicos, segundo Ferreira e Grijó (2009), fere o conceito básico de saúde contido no texto da Constituição Federal Brasileira de 1988 de que “saúde é um direito de todos e dever do estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos”. (BRASIL, 1988).

O que se percebe nas observações da pesquisa na comunidade de Itamatatuiua é exatamente o contrário daquilo que consta na Constituição Cidadã e também da garantia dos direitos humanos, em razão da ausência de saneamento básico, e por não dispor de um posto de saúde. Os quilombolas contam com a sabedoria e o conhecimento dos mais velhos, no tratamento com ervas caseiras no tratamento e cura nos mais variados casos de doença, conforme explicou dona Canuta (out. 2019):

Aqui num tem nem se quer um posto de saúde, quando alguém adocece tem que ir pra Bequimão, Pinheiro ou São Luís. Nos casos de dor de cabeça, dor de barriga ou verme nois conta com a sabedoria das mais velhas e tratamos com os chá das ervas. Mais quando é coisa mais grave aí tem que procurar hospital mesmo. Quando as muiers vão parir antigamente a gente mesmo era que pegava os minino, mas agora, com o passar dos tempos elas tão preferindo é ir mesmo para o hospital, o ruim é que é longe.

O difícil acesso a Itamatatiua afasta o quilombo dos estudos científicos ou mesmo que obtenha melhorias nas condições de vida dos moradores, providas a partir de Políticas Públicas, afirma Grijó (2008). O autor afirma ainda que a evolução das relações sociais e tecnológicas foi retardada devido ao difícil acesso ao local e à falta de melhorias por parte do Poder público.

Através dos relatos das mulheres da comunidade de Itamatatiua, constatou-se que, embora ciente dessas situações, a Prefeitura de Alcântara, quando pressionada pelos moradores, lideranças comunitárias e Associação de Mulheres de Itamatatiua, não se manifesta nem busca soluções para resolução desses problemas.

Outra insatisfação relatada pelas trabalhadoras durante as atividades em campo foi concernente à ausência de uma creche na comunidade, conforme relato:

Aqui tem muito mínimo e as mãe que trabalha no roçado ou na cerâmica não tem com quem deixar, ou leva com elas para o trabalho ou vai trabalhar na hora que eles tão na escola, se tivesse uma creche para deixar os pequeno era melhor. (DONA CANUTA, Itamatatiua, out. 2019).

Foi observado durante a pesquisa de campo que algumas mulheres têm em média de 3 a 5 filhos; estes são fonte de preocupação, embora as mulheres optem em trabalhar no horário em que as crianças estão na escola, ou em levá-los com elas para o centro de produção de cerâmica, os menores exigem mais cuidados e nem sempre se tem com quem deixar, situação que se observa na tabela a diante:

**Tabela 1** – Situação das crianças em relação ao trabalho das mulheres

<b>QUEM CUIDA DAS CRIANÇAS PEQUENAS ENQUANTO AS MULHERES TRABALHAM NA PRODUÇÃO DE CERÂMICA</b>	
Não se aplica porque não possuem filhos pequenos	2
Deixam em casa com parentes	4
Levam para o empreendimento	6
Produzem cerâmicas no turno em que o filho se encontra na escola	5
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018/2019).

As mulheres no meio rural vêm alcançando seu espaço político por meio da vinculação aos sindicatos. Através dessa participação, elas afirmam o poder da mulher no âmbito rural e reivindicam melhorias e visibilidade para suas comunidades. Butto (2014, p. 65) afirma que

A superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos. No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem-terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais.

Uma das soluções apontadas pelas mulheres de Itamatatiua para que viesse melhorar sua autonomia e elas tivessem mais tempo para atuar nas questões políticas e de trabalho dentro e fora da comunidade seria a construção de uma creche. Essa reivindicação foi levada à Associação, e esta, ao ouvi-las, elaborou um projeto e está tentando captar parceiros e recursos para transformar este sonho em realidade, já que o Estado não cumpre seu papel de garantidor de direitos. Além deste projeto a Associação está tentando levantar fundos, ao mesmo tempo em que busca apoio, para construção um ponto de venda de cerâmica para as Mulheres na entrada do ramal de acesso à comunidade, localizado na BR 222, conforme se lê com base na figura abaixo.

**Figura 4** – BR 222, entrada do ramal de acesso a Itamatatiua.



**Fonte:** Autora, 2019.

Pelo que se observa na figura 2 esse se constitui local estratégico para construção de um ponto de venda, pois a BR 222 dá acesso a diversos municípios, a exemplo de Bequimão, Pinheiro, Palmeirândia, dentre outros, e por ali passam muitos turistas que poderiam adquirir alguns itens da cerâmica, caso existisse nesse local um ponto de vendas

com esse acesso facilitado. Porém, até o momento as mulheres não conseguiram apoio para construção desse ponto comercial.

As mulheres de Itamatatua seguem esperançosas, uma vez que, por meio da Associação, já conquistaram a construção da pousada de Santa Teresa e também a sede da Associação e o centro de produção de cerâmica, além de terem conquistado também um pequeno caminhão, (para realizar o transporte da matéria-prima) por meio de projeto em parceria com a entidade de apoio ACONERUQ. Sobre o apoio estatal e das entidades de apoio, Ferreira e Grijó (2009, p.5) ressaltam que

Não deixamos de considerar a pouca intervenção do poder público no que se refere à melhoria da qualidade de vida dessa população. Por outro lado, vale destacar a atuação social das organizações não governamentais, tais como Centro de Cultura Negra - CCN, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – ACONERUQ, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e outras que, mesmo com ações tímidas, desenvolvem projetos, atividades socioeducativas e jurídicas, visando aumentar a autoestima dessas pessoas.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres quanto ao empreendimento, elas apontam o escoamento da produção, pois a entrada do ramal até a comunidade não possui asfalto, e o trajeto se faz por estrada de piçarra, situação que se agrava no período chuvoso, por aumentarem os buracos e a lama na estrada. Entretanto, mesmo enfrentando dificuldades no acesso, o Centro de Produção de Cerâmica é bastante visitado pelos turistas, diminuindo as visitas durante o período chuvoso e aumentando as vendas no período de estiagem, conforme explicou dona Canuta, artesã do empreendimento.

No inverno as vendas diminui, vem pouco turista pra cá, a estrada fica ruim, cheia de buraco e lama, eles vem mais é no festejo de Santa Luzia no mês de outubro e também no verão, ai as nossas vendas aumenta, a gente vende mais e ganha mais. Ai a gente passa o ano todo fazendo cerâmica pra vender no festejo e no verão, mas a gente também manda lá pro CRESOL em São Luís, e pra lojinha lá em Alcântara, lá também eles vende pra nois. Ai a gente junta um pouquinho daqui e outro dali e ó. (DONA CANUTA, set. 2019, comunidade de Itamatatua)

De acordo com os dados apresentados pelo projeto de mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, realizado no Estado do Maranhão, no período de 2010 a 2013, dentre as principais dificuldades apresentadas pelos empreendimentos de economia solidária, estavam a precariedade das estradas para o escoamento da produção e a ausência de creches nos empreendimentos com mulheres em seu quadro. (BRASIL, 2014).

Durante o trabalho de campo observamos o movimento dos turistas visitando a comunidade e adquirindo os artefatos de cerâmica, principalmente nos fins de semana; dentre os visitantes estavam os proprietários de pousadas e restaurantes de várias regiões, do Estado,

e entre as peças adquiridas estavam as bonecas e os vasos grandes para serem utilizados para decoração conforme se observa na figura 3, a seguir:

**Figura 5** - Exposição de artefatos de cerâmica no Centro de Produção de Itamatatua



**Fonte:** Autora (2019).

No início da produção a fabricação era caseira conforme lembrou dona Heloisa de Jesus em seu depoimento; era assado em forno próprio e o pai saía para vender as peças, pois a produção era individual. Com a criação da Associação as mulheres passaram a produzir coletivamente compartilhando o espaço de produção existente na associação. Lembrou ainda que havia muitos compradores, mas com a chegada dos baldes de plástico e a abertura de poços artesianos e água canalizada para as casas através dos potes, foram substituídos, entrando praticamente em desuso. Com a criação do Centro de Cerâmica a produção se voltou para elementos decorativos e utilitários, conforme se observa na figura 3, acima.

De acordo com Cestari et al. (2014, p. 23) historicamente o pote de barro tem-se constituído como símbolo de maior representatividade da Comunidade de Itamatatua reconhecido por designers do SEBRAE como um autêntico artefato que representa o Quilombo de Itamatatua, conforme se observa a seguir:

Historicamente o pote é o utilitário de maior representatividade na produção local. Por séculos tinha função objetiva de transportar e armazenar água, no entanto, as inovações e mudanças na infraestrutura da comunidade, como a chegada da água encanada e dos modernos produtos de alumínio e plástico, o pote perde a utilidade prática chegando ao desuso.

Segundo Noronha (2012 apud CESTARI et al., 2014), na década de 1990 o pote foi resgatado como símbolo de identidade local através de projetos de intervenção que visavam a manutenção do artesanato local. Designers consultores do SEBRAE – MA

compreenderam que este seria um autêntico produto do quilombo de Itamatatiua.

Nesse sentido, as mulheres do empreendimento têm buscado inserir as novas gerações no trabalho com a cerâmica como forma de luta e resistência para continuidade desse trabalho que é tão importante para a comunidade. A prevalência de liderança feminina proporcionou a criação da associação de mulheres, fundada por dona Neide, uma das líderes da comunidade, o que tem proporcionado o desenvolvimento local. O trabalho dessas mulheres, além de ser humilde, representa toda a força de Itamatatiua, pois cada peça confeccionada representa a história de uma mulher.

O espaço físico do centro de cerâmica não é utilizado somente para confecção das peças: é também usado para sensibilizar o valor do trabalho, da cultura e da coletividade. Segundo dona Heloísa, umas das líderes da comunidade, ensinar os jovens sobre o trabalho com a cerâmica tem-se configurado como forma de luta e resistência, visando a continuidade desse labor na comunidade. A associação das mulheres ainda é responsável pela política interna da comunidade, quando abordam em suas pautas nas reuniões mensais no centro de cerâmica essa política interna, principalmente a captação de projetos e benefícios para a comunidade; já a política externa, que trata do processo de titulação da terra, fica a cargo de uma comissão formada por três homens da comunidade. E conforme afirmou Alessiane, nova presidenta da associação, programas sociais como PRONAF, PAA, Minha Casa Minha Vida, Luz para todos, construção do centro de cerâmica e do prédio da associação, dentre outros, foram alcançados por intermédio da associação de mulheres.

Contudo, a organização política e produtiva das mulheres de Itamatatiua ainda tem muito o que avançar, principalmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres ainda se encontram sobrecarregadas conciliando o trabalho doméstico/reprodutivo com o trabalho produtivo (de geração de renda) e as relações de gênero acentuadas apontam para a continuidade e ampliação das lutas e resistência dessas mulheres.

#### **4 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE DE ITAMATATIUA**

Ao longo da história na nossa cultura machista e patriarcal o trabalho da mulher vem sendo marcado pela invisibilidade e subalternidade, o que tem contribuído para anular-lhe a importância e dimensão social. O próprio sistema capitalista favorece a exploração dessa força de trabalho, desvalorizando-a e desqualificando-a. Para Silvia Federici (2019, p. 50), “[...] para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de dona de casa em todas as suas facetas”. Portanto, é importante reafirmar que o trabalho cooperado possibilita o desenvolvimento individual e comunitário, e se contrapõe ao modelo capitalista a partir de estratégias de resistências que se constituem como formas de sobrevivência e autonomia das mulheres.

Para mudar esse quadro as mulheres do campo e da cidade têm travado uma luta constante, assumindo duas ou até três jornadas de trabalho; tal flexibilidade tem lhes permitido conciliar os cuidados com a casa, (trabalho reprodutivo) o trabalho fora do lar (trabalho produtivo) e a escolarização/capacitação, além de se organizar politicamente através do trabalho associativo nas comunidades rurais e quilombolas.

Nessa perspectiva a Associação de Mulheres de Itamatatiua desempenha um importante papel na construção da autonomia dessas mulheres, uma vez que se tem constituído espaço de busca de informações e conhecimentos para enfrentar os desafios que perpassam sua realidade. Criam, então, alternativas que facilitem o cotidiano da comunidade e viabilizem a geração de trabalho e renda.

Essas conquistas vão além dos ensinamentos deixados por seus ancestrais, como o cultivo no roçado, e a produção de cerâmica de forma individualizada. Por meio da Associação de mulheres, elas buscam apoio das entidades que lhes oferecem cursos e oficinas que lhes têm promovido o desenvolvimento local e poder político na comunidade. O Centro de Produção de Cerâmica, sede da Associação, constitui-se um importante espaço de acolhida de professores, visitantes, turistas, antropólogos, guias de turismo, pesquisadores, profissionais do direito (advogados), e demais interessados na história dessa comunidade quilombola. (PEREIRA, 2018, p. 183).

As mulheres da comunidade de Itamatatiua são detentoras de um legado expresso no seu modo de vida, declarando já ter adquirido bens materiais, a exemplo do provimento familiar, destacado pelo orgulho da criação de filhos e netos, e alcance de serviços, programas

e benefícios por meio da Associação de Mulheres e da produção da cerâmica. Esse espaço, que funciona como o centro de trabalho das ceramistas, é também ponto de troca de informações com os atores externos que visitam a comunidade. E as interações ocorridas nesse ambiente possibilitaram o desenvolvimento de habilidades que resultaram em autoconfiança para lidar com o público interessado em suas histórias, apresentar o quilombo e negociar a venda da produção de cerâmica. As trocas ocorridas no Centro de cerâmica permitem a conscientização para novos saberes, o que demanda novas informações e, conseqüentemente, novas buscas, colaborando na ampliação de aprendizados e contribuindo para a organização política e produtiva das mulheres dessa comunidade, localizada na zona rural de Alcântara.

As mulheres no meio rural vêm alcançando um espaço político cada vez maior através da participação em organização de grande visibilidade política como os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Por meio dessa participação elas afirmam o poder da mulher no âmbito rural, reivindicam melhorias e visibilidade para suas comunidades. Nessa perspectiva, Butto (2011) assinala que a superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização femininas em movimentos sociais mistos. No final dos anos 80, os movimentos de mulheres rurais ganharam mais força na luta pela afirmação dessas mulheres como agricultoras, como sujeitos políticos que questionavam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo-se aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem-terra, na base de seus direitos econômicos e sociais. (BUTTO, 2011, p. 65).

Apesar de todas as conquistas das mulheres no campo político e nos movimentos, a sociedade brasileira possui fortes traços do patriarcalismo, ou seja: as decisões da família pertencem ao homem (chefe de família), cabendo à mulher os afazeres “secundários”, como os domésticos. Desde o período colonial verifica-se privilégios aos homens, a exemplo da Lei da Sesmaria, em que o direito à terra era concedido apenas ao homem. A mulher sempre foi considerada dependente do homem, seja o pai, seja o esposo ou seja filho mais velho. Assim, por muitos séculos prevaleceram e se reproduziram as relações de dominação do sexo masculino sobre o feminino. (SILVA, 2000, p. 4).

O ingresso da mulher no trabalho fora de casa abriu espaços para a participação em sindicatos e movimentos sociais do campo e da cidade. “As mulheres participando de movimentos populares sejam urbanos ou rurais, com reivindicações em nível do atendimento das necessidades básicas começam também a perceber as relações de desigualdades a que estão submetidas” (SILVA, 2000, p. 5). Emergiram frente às condições precárias de

infraestrutura em que as trabalhadoras estavam colocadas, inseridos numa realidade de crescimento econômico em contraste com a pobreza. As mulheres sentiram-se parte do coletivo e passaram a ingressar nos movimentos, reivindicando condições básicas de vida.

Foi através do movimento sindical que as mulheres participaram de eventos públicos. Cite-se a “Assembleia Nacional Constituinte, fazendo marchas até a capital federal (Brasília) e abaixo-assinados (um deles com 100.000 assinaturas)”. (SILIPRANDI, 2011, p. 171). A luta dos movimentos de mulheres garantiu que fosse contemplada na Constituição Federal de 1988 a igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, I) e sua inclusão como beneficiárias da Previdência Social (art. 195, § 8º). “A luta pela regulamentação dos direitos adquiridos e a garantia da sua efetivação foram motivos de muitas manifestações nos anos seguintes” (SILIPRANDI, 2011, p. 172). O resultado dessas manifestações foi a regulamentação desses direitos pelo governo: “as leis complementares 8.212 (Plano de Custeio) e 8.213 (Planos de Benefícios), de 1991, passou a prever o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial” (BRUMER, 2002, p. 57).

Dessa forma, e consolidou-se o acesso das mulheres aos benefícios previdenciários, porém esse direito ainda não foi regulamentado para todas as mulheres. Por entenderem que suas demandas não eram priorizadas nos movimentos e até mesmo por existirem especificidades regionais, lideranças femininas criaram movimentos autônomos. Na década de 1990, identificou-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e a articulação das quebradeiras de coco babaçu Norte-Nordeste. Na década de 2000, o Movimento das mulheres camponesas e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas surgiram (indígenas, pescadoras, quilombolas). Grande parte das militantes rurais permaneceu em suas organizações mistas, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, disputando espaços internos e pautando as suas demandas. (SILIPRANDI, 2011, p. 172).

Contudo, foi no interior desses processos de luta pela terra que nasceu o MST, porém, antes de seu nascimento coexistiram vários outros movimentos, conforme expressa Oliveira, (2001),

[...] É importante frisar que o MST não foi o único movimento social na história do Brasil, [...] Bastaria lembrar, a luta dos povos indígenas; a luta dos posseiros ocorrendo em vários pontos do país; a luta dos peões contra a peonagem ("escravidão branca"). [...] A luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a execução das grandes obras do Estado. [...] Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB) [...] dos camponeses contra a subordinação praticada pela indústria no setor avícola; dos produtores de fumo, [...] os movimentos dos brasiguaios e dos brasilianos, mais de 250 mil brasileiros estão no Paraguai e mais de 40 mil na Bolívia. Parte destes brasileiros - os brasiguaios sobretudo - alinham-se e articulam-se com o MST no Mato Grosso do Sul e já há, inclusive, acampamentos e assentamentos produtos desta articulação. [...] movimento dos boias-frias, [...] Movimento Grito da Terra Brasil, além de os seringueiros na Amazônia. (OLIVEIRA, 2001, p. 4).

O século XX foi marcado por intensos processos de luta pela terra em todo o território nacional. Essas lutas alcançaram os posseiros representados pelos camponeses sem terra, que, segundo Oliveira (2001), vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, "gendarmes de plantão" dos latifundiários especuladores e grileiros. Alguns desses movimentos atravessaram as décadas de 30 e 40 e muitas dessas histórias de luta pela terra no cenário brasileiro representam as formas de resistência desses expropriados na busca por acesso a uma fatia do território.

Já nos anos 50 e 60 do século XX, o campo nordestino apareceu no cenário nacional com a ação das ligas camponesas, porém, durante os conflitos muitas de suas lideranças foram assassinadas, período em que foi criada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o governo João Goulart iniciou um processo de Reforma Agrária. (OLIVEIRA, 2001)

No entanto, o golpe militar e a crise do café que culminaram com o início da industrialização no país sufocaram o anseio de liberdade dos camponeses sem terra. Apesar dos militares terem criado o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA) nunca realizaram nenhuma reforma agrária, nem mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra em 1964. A década de 1970 foi marcada pela luta dos posseiros na Amazônia, a de 1980 pelo nascimento do MST e pela união dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral pelas eleições diretas para Presidente da República denominado de diretas já. Em 1990 o MST e os outros movimentos sociais, mistos e também aqueles liderados por mulheres, se fortaleceram, a exemplo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e a articulação das quebradeiras de coco babaçu Norte-Nordeste.

Segundo Aguiar (2016), tal atuação assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam, evidenciando diferentes configurações e tendências assumidas por eles ao longo da sua história, das quais derivam diferentes formas organizadas de ação coletiva, envolvendo ocupações, pressões, negociações e alianças. Nesse processo, as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se afirmando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re) inventar formas de fazer política.

Desse modo as mulheres rurais alcançam poder político, participando de movimentos que representam sua identidade e sua cultura, onde elas reivindicam direitos, principalmente a atuação sindical, pois é o local onde elas programam melhorias e debatem estratégias, além de se organizarem para a participação em eventos políticos. Aguiar (2016, p. 277) salienta que

É inegável, entretanto, que as mulheres rurais inauguraram um novo tempo no sindicalismo. Como vimos, desde a década de 1980, a sua participação no movimento sindical não somente foi ampliada, como sua organização veio se fortalecendo por meio das comissões e da realização de encontros, seminários e plenárias nacionais de mulheres. No entanto, “[...] seguiram encontrando diversas barreiras no espaço sindical que passavam pela discriminação e desqualificação, pelo desempenho de tarefas auxiliares e falta de recursos para viabilizar o seu trabalho organizativo e de participação política” e esse foi um dos fatores que motivaram a organização de uma grande marcha entre as mulheres trabalhadoras rurais em agosto de 2000.

O movimento de maior visibilidade política de mulheres do campo foi a Marcha das Margaridas, uma ação coletiva protagonizada por mulheres do campo e da floresta, como se nomeiam, que ocorre a cada quatro anos quando se dirigem à capital federal. De acordo com Aguiar (2016), a Marcha das Margaridas se expressa numa manifestação pública, um ritual político que assume a forma de uma marcha, caminhada, expressão ativa desse movimento, que busca dar visibilidade às demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado.

Para Silva (2015), as mulheres participantes da Marcha pautam novas questões para o Estado, para a sociedade e para os próprios movimentos sociais em si, além de romper fronteiras e estabelecer novas alianças políticas em rede de movimentos de mulheres. A autora afirma ainda que a autodenominação “mulheres trabalhadoras rurais” demarca uma identidade política que implica na relação entre as categorias de gênero, poder e identidade. Ainda na concepção de Silva (2015), um aspecto que contribuiu para as conquistas dos movimentos de mulheres foi o fortalecimento de organizações autônomas e a forte atuação dos movimentos de mulheres e feministas nos anos 1980. Essa década foi marcada pelo processo de luta das mulheres pela igualdade, contra a violência e por acesso a direitos.

Durante a década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região. (AGUIAR, 2016).

Silva (2015) afirma que o período de 1990 representou a fase de elaboração de Políticas Públicas e da proliferação de organizações não governamentais, características do período neoliberal. Surgiram diversos movimentos cujos protagonistas afirmaram suas

identidades políticas e também as suas diferenças identitárias: gênero, raça/etnia, geração, sexualidade, religiosidade. Segundo Dantas; Nobre e Faria (2014), as Políticas Públicas para as mulheres rurais se situam no percurso das ações para reverter as desigualdades entre mulheres e homens, entre campo e cidade e, dentro do campo, entre os grandes empresários do agronegócio e a agricultura familiar e camponesa. Esses movimentos de mulheres rurais, principalmente o da Marcha das Margaridas, se reinventaram no decorrer dos anos, elevando o poder político da mulher e lhe garantindo seus direitos. Assim, a partir dessa percepção de possibilidades de acesso a direitos, as mulheres rurais começaram a se organizar no campo político e produtivo, por meio de entidades que as representem como os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e também, clubes de mães, Associações de Mulheres, dentre outras.

Na Comunidade de Itamatatiua as mulheres fundaram a Associação de Mulheres para organizarem suas lutas no campo político e o Centro de Produção de Cerâmica para a geração de trabalho e renda para as mulheres da comunidade. Conforme refere Pereira, (2018, p. 120), o espírito de união é a característica que marca a história de luta, resistência e sobrevivência dessas mulheres, o que se reforça na produção de cerâmica

A cerâmica é o produto mais conhecido da localidade e atrai admiradores de diversos locais, do país e do mundo, conquistados pela possibilidade de adquirirem peças produzidas manualmente pelas mulheres de um quilombo, herdeiras de conhecimentos cultivados e mantidos por mais de três séculos, remontando ao Brasil Colônia.

Segundo a autora, a comunidade de Itamatatiua faz da cerâmica a atividade mais importante da região, e o trabalho é a principal fonte de renda da comunidade. As artesãs conquistaram o centro de cerâmica por meio da associação de mulheres, criada por elas, para reivindicar melhorias para a comunidade. Antes da existência do centro de cerâmica, cada mulher produzia o artefato em sua casa e o vendia. A produção tornou-se mais ampla, a partir de um curso oferecido pelo SEBRAE, em que as mulheres se especializaram na confecção de bonecas. Em concordância com os dados da pesquisa foi o que se observou no depoimento de dona Maria Raimunda:

Antigamente cada uma trabalhava nas suas casas, porque a fonte de renda daqui era a cerâmica, roça, como eu tô te dizendo, roça, pesca e as mulheres eram mais de cerâmica, todo mundo. Aí eu me lembro que tinha nove fornos, nesse tempo, aí todo mundo fazia muito pote, porque nesse tempo não tinha água encanada, plástico, aí vinha muita gente comprar, vendemos pra São Bento, Guimarães. Aí depois que o plástico chegou, caiu os potes, aí a gente começou a fazer outras coisas, mas sempre fizemos panelas, frigideiras, essas coisas. Aí depois a gente conseguiu um curso do SEBRAE, aí a gente começou a fazer as bonecas, a única coisa que não fazíamos era as bonequinhas (MARIA RAIMUNDA, mar. 2019, Comunidade Itamatatiua/Alcântara).

Antes da criação da associação de mulheres o trabalho era realizado de forma individual, e cada mulher confeccionava suas peças e vendia individualmente. Diante das dificuldades de produzir separadamente e da falta de um lugar para produção e para os fornos, as mulheres se organizaram e criaram a associação de mulheres de Itamatatiua. Segundo depoimentos de uma das líderes da comunidade, a Associação de Mulheres de Itamatatiua nasceu da iniciativa de três mulheres (D. Neide, D. Maria de Lourdes de Jesus, e D. Maria José de Jesus) e demais ceramistas apoiadoras da causa, que diante da realidade que vivenciavam, percebiam as dificuldades que enfrentavam para produzir e comercializar de forma individualizada. Além disso, alimentavam o desejo de obter melhorias para a comunidade, o que também motivou a criação desse espaço. Assim, a Associação de Mulheres de Itamatatiua foi criada em 7 de maio de 1989, entidade que marcaria uma importante etapa no processo de liderança dessas mulheres e de conquistas visando o desenvolvimento local e também para buscar a melhor forma de confeccionar as peças.

Na associação, as mulheres discutem pautas que visam melhorias para o centro de cerâmica e para a comunidade:

Assim, nós mesmos fizemos um casebre quando fundou a associação, aí a gente ainda trabalhava assim, nas casas, aí depois a Neide fundou a associação junto com a gente, aí a gente resolveu unir e trabalhar junto. Em 2004, a gente tem uma amiga jornalista, que veio fazer um convite pra gente ir no Rio Poty Hotel, que ela queria que a gente participasse, ia ter um grande seminário lá, aí eu fui representando a cerâmica e uma menina de Alcântara foi representando os doce de espécie, aí quando chegou lá, a gente conversou com a Conceição Andrade, fez os pedido pra ela, que aqui em Itamatatiua não tinha nada, aí ela disse que ia trazer o governador, aí ele disse que ia mandar fazer as coisas que a gente pediu, a gente pediu esse centro, água e pediu a estrada, só que a estrada quando ia fazer, veio a prefeitura de Alcântara e entrou pra fazer, aí num fez e não deixou os outros fazer, aí quando foi uns 20 dias ele chegou aqui, a gente não acreditou, mas ele mandou fazer, ele veio aqui, inaugurou e a gente tá trabalhando até hoje” (MARIA RAIMUNDA, Jan. 2019, Comunidade Itamatatiua/Alcântara).

Com a criação da associação, elas experimentaram uma nova forma de produzir e comercializar, atendendo aos princípios de autogestão e cooperação, caracterizando-se, portanto, o trabalho coletivo e associativo por meio da economia solidária. A partir de então, começaram a participar de feiras de exposição, capacitação, oficinas, palestras que abordassem essa temática, além de receberem apoio das entidades e políticas de Economia Solidária; a título de exemplo, o apoio oferecido pelo SEBRAE, com a confecção de bonecas, acima mencionado. Dentre as entidades de apoio mapeadas pelo projeto de mapeamento da economia solidária realizado no maranhão no período de 2010 a 2013, estavam o SEBRAE, ACONERUQ, CCN, MABE, SMDH, dentre outros. (BRASIL, 2014).

É importante ressaltar que a comunidade de Itamatatiua se constitui uma comunidade quilombola, contudo, não foi fundada por negros fugidos, como a maioria dos quilombos que se formaram no Brasil e em outros países. Segundo relato de uma das participantes da pesquisa, dona Eloisa, a comunidade foi habitada por negros que construíram uma relação de mãe e filhos com a santa espanhola, Teresa D'Ávila de Jesus. Os itamatatiuenses, como são designadas as pessoas que nascem lá, afirmam ser descendentes de um casal de escravos doados à Santa. Os quilombolas acreditam que são protegidos pela santa, pelo fato da comunidade ter sido escolhida como a sede da administração dos povoados que compõe essas terras, local em que foi edificada sua Igreja. Segundo Pereira (2018, p. 65), essas terras, que hoje compõem o território e a designação de Itamatatiua como sede das comunidades, por meio da construção da igreja que comemora um festejo em homenagem a santa espanhola, pertenciam a uma antiga fazenda de propriedade dos padres da ordem Carmelita, conforme a autora explicitou:

O nome Itamatatiua advém da língua indígena e significa pedra (ita), peixe (mata) e rio (Tiua). Sua origem tem relação com um espaço que antes pertencia à Fazenda Carmelita. [...] uma das versões apresentadas pelos moradores para a nomeação de Tamatatiua é oriunda de uma enchente que acontecera em outrora. O rio dessa localidade transbordou e apareceram muitos peixes, denominados de “tamata”, que se espalharam para todas as direções. Esse acontecimento teria designado essa outra denominação para a Comunidade, tal como se conhece hoje. Dentre outras qualificações, Itamatatiua pode ser Conforme Pereira Júnior (2012), as Terras de Santa Teresa, que pertenciam à ordem religiosa do Carmo, são compostas por mais de 40 povoados com 55 mil hectares, situados nos municípios de Alcântara e Bequimão, caracterizada como Terra de Preto.

Assim, o território de Santa Teresa compõe cerca de 40 povoados que abrangem os municípios de Bequimão e Alcântara e juntos formam uma extensão de 55 mil hectares que também recebem a denominação de terras de preto. Possui como sede a comunidade de Itamatatiua. Em relação ao conceito e terminologia daquilo que viria a ser uma comunidade, Pereira (2018, p. 66) afirma:

O conceito da terminologia “comunidade” está associado, de acordo com Buber (2008, p. 50), à “[...] ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns, fé comum [...]”. Dessa forma, entende-se por Comunidade Quilombola de Itamatatiua aquela que traz elementos da tradição africana no seu modo de organização política, econômica e social, centrados em uma relação de propriedade comum, trabalho comum e fé comum, onde resistem práticas culturais da ancestralidade africana. A Comunidade Quilombola de Itamatatiua, conforme o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, a partir de documentos do século XVII, originou-se de uma antiga fazenda da Ordem Carmelita, ofertada a Santa Teresa. Em 1797, o Reverendo Prior João Alves Serrão descreveu os bens referentes à Ordem do Carmo em Alcântara, no qual faz referência à [...] fazenda dedicada a Santa Theresa, com 135 escravos[...]. A povoação desta fazenda teve princípio de um casal de escravos que deixou ao convento em verba de seu testamento, Dona Maria Pestana, de esmola e

sem pensão alguma, e os mais escravos que não descendem desse casal foram comprados pelo decurso do tempo, por vários prelados que tem havido no dito convento.

A formação da comunidade quilombola ocorreu em decorrência da saída da Ordem Carmelita, Pereira (2018, p. 66). E com a permanência dos grupos étnicos já residentes no local, conseguiram organizar um sistema próprio de sobrevivência, baseado no uso comum dos recursos naturais e das Terras da Santa, com regras particulares que alimentam a existência dessa população. Essa herança permanece até os dias atuais como Terra de Santa Teresa D'Ávila de Jesus, ficando conhecida como Terra de Santo. Um dos recursos naturais muito utilizados para a geração de renda e trabalho pelos moradores de Itamatatiua é a argila-matéria- prima *in natura* que é extraída dos campos existentes nos arredores da comunidade e utilizada pelos homens na confecção de telhas e pelas mulheres na confecção de artefatos de cerâmica de forma associada, conforme já discorrido.

Contudo, a luta das mulheres quilombolas de Itamatatiua e de outras comunidades não se restringe ao trabalho associativo e de geração de renda: essa luta se iniciou no Brasil ao final da década de 1980 e ganhou visibilidade a partir de sua participação em movimentos sociais como o Feminismo e de combate ao racismo que trouxeram à cena política demandas específicas das mulheres negras, ampliando a luta no campo político, para posteriormente se organizarem e fundarem o movimento negro.

A organização política das mulheres negras como movimento social teve início no Brasil, no final da década de 1980. Ferreira et al. (2019) descrevem que a temática ganhou visibilidade das demandas e necessidades específicas das mulheres negras, inclusive o combate ao racismo. E foi a partir da participação dessas mulheres no movimento feminista que veio a percepção de que as pautas discutidas pelo movimento não atendiam as suas necessidades na íntegra e então decidiram organizar um movimento próprio, contudo, sem se afastar ou negar o movimento feminista, mas, sim, ampliando sua luta contra o racismo, entendendo que essa seria uma bandeira de luta que deveriam travar paralelo ao movimento feminista.

Conforme observa Ferreira et al. (2019, p. 1), a atuação das mulheres negras em espaços públicos vem de longe. Teve início lá na colonização brasileira, quando elas se organizavam e buscavam meios para repassar informações aos homens escravizados e também à população escrava nas fazendas, e isto muito contribuiu para fugas, formação dos quilombos e resistência ao regime escravocrata. Esta atuação deu abertura às campanhas abolicionistas e pequenas atividades no comércio permitindo-lhes, portanto, relação com o

espaço público e informações sobre a política local.

Em relação à resistência ao racismo, apesar de um número pequeno, algumas mulheres conseguiram inserir-se e participar de partidos políticos, e foram eleitas para o executivo e legislativo, protagonizando, desta forma, a luta das mulheres negras nos cenários nacional e internacional, na busca por Políticas Públicas que atendam de fato, a suas reivindicações e necessidades. Outra forma de organização das mulheres negras é a formação de Associações comunitárias como um meio formal de busca por acesso a direitos sociais, e também geração de trabalho e renda, conforme se observa na comunidade de Itamatatiua, com a produção de cerâmica.

Segundo Werneck (2010, p. 14), a luta das mulheres, à frente da organização da Associação de Produção de Cerâmica, assemelha-se à resistência que impregna a história das mulheres africanas. No centro de cerâmica de Itamatatiua, percebeu-se uma aproximação mais consistente dessas mulheres com a Política. É por meio da Associação de mulheres que elas conseguem projetos para a comunidade e pautam novos projetos visando o desenvolvimento desta e da população, principalmente das mulheres. Durante as entrevistas foi relatado pela participante da pesquisa Maria Raimunda uma forma de eleição criada pela associação de mulheres de Itamatatiua, além de criação de cargos, que são distribuídos a partir da experiência de cada mulher:

Assim, quase todo mês, dia 30 parece que tem as reunião sabe, agora vai ter eleição dia 17 de março, que vai ser outra presidente, vai mudar. Muda de quatro em quatro anos, porque antes era de dois em dois anos, agora tá de quatro em quatro anos. A gente escolhe assim, elas se candidato, aí quem tem mais experiência a gente escolhe. Agora é a Neide, mas ela que fundou a associação, ela já tá com 70 anos, aí ela disse que tá muito cansada e quer caçar o cantinho dela, aí também ela tem pouca leitura e agora tem que ter pessoas com muita leitura, muita coisa, quem tem mais experiência nisso. (MARIA RAIMUNDA, jan. 2019, Comunidade Itamatatiua/Alcântara).

Conforme mencionado no relato de dona Maria Raimunda, a presidenta eleita da associação Alessiane de Jesus (set. 2019), desde muito jovem possui uma história de lutas na comunidade:

Passei 05 anos fora da comunidade para estudar, durante esse período residi no município de Paço do Lumiar, bairro Maiobão, Graduei em Química licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Desde pequena sempre participei da comunidade, na minha juventude me associei e como tinha conhecimento de informática participava da parte administrativa da associação, depois passei 04 anos na vice-presidência. Sempre saía para participar de eventos como feiras, fóruns, palestras sobre a economia solidária. Os nossos atuais e permanentes processos de lutas é a busca por projetos de qualificação para os nossos jovens e adultos da comunidade, a inclusão tecnológica, e também o processo de titulação da terra.

Conforme observado na fala de dona Maria Raimunda, era desejo das mulheres da comunidade eleger alguém que tivesse certo grau de instrução e conhecimento, características da Alessiane que possui curso de graduação e sempre esteve envolvida nos processos de lutas e exerce atuação política dentro e fora da comunidade. Contudo, apesar de ser a nova presidenta da associação conhecer muito bem o ofício da produção de cerâmica, por ter nascido e crescido na comunidade, sempre esteve mais presente nos assuntos administrativos e políticos da Associação de mulheres. Ela afirma que as mulheres têm feito desse ofício uma tradição que permanece há mais de três séculos na comunidade, e que têm promovido visibilidade do trabalho das mulheres para outros países, valorizando, assim, a história do povoado por agregar valor material e simbólico, além de possibilitar conquistas como a própria organização da Associação de Mulheres de Itamatatua. Ao se referir à jornada de trabalho, Werneck (2010, p. 14) deixa claro o quanto é exaustivo o cotidiano dessas mulheres, pois elas têm assumido a responsabilidade não somente do lar e de cuidados com filhos, mas também são responsáveis pela fabricação do principal produto da economia local, além de estarem à frente das questões religiosas, socioculturais e políticas na comunidade. A sobrecarga de trabalho compromete o tempo dedicado dessas mulheres à política externa voltada ao processo de titulação da terra, o que pode ter ensejado às mulheres abdicar<sup>15</sup> dessa representação nessa esfera de poder, a ponto de elegerem uma comissão formada por três associados do sexo masculino para participarem das reuniões e acompanhar o processo junto ao INCRA e o ITERMA.

A política externa voltada para a titulação da terra e a representação da comunidade em reuniões com o governador do Estado para esse fim é representada pela figura masculina, a saber: o vereador José Ribamar e de outros dois homens, mencionados nas entrevistas.

É importante ressaltar que, ao nomear uma comissão formada por três homens para representar a comunidade, as mulheres abrem mão desse poder de representação, pois, quando tiveram a oportunidade de mostrar sua força e voz fora dos arredores da comunidade, elas delegaram aos homens esse poder político exercido fora da comunidade. Isso demonstra certa fragilidade na emancipação política das mulheres e receio na participação e representação em espaços decisórios, que exijam certo posicionamento.

Conforme relatado pelo vereador, a existência da comissão se constitui em um importante instrumento de articulação e mobilização das comunidades circunvizinhas que

---

<sup>15</sup> Expressão inequívoca da “submissão” feminina ante a “figura máscula” dos homens.

fazem parte do território de Santa Teresa, para tratarem de assuntos relacionados à titulação da terra.

A Comunidade de Itamatatiua foi certificada em 2006, mas até agora as terras não foram tituladas; encontra-se, pois, na etapa final do processo de regularização – por sinal, nenhum dos 39 títulos já expedidos no Maranhão foi para Alcântara. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o responsável pela titulação das comunidades quilombolas. (HEBMÜLLER. 2017). Assim, a comunidade de Itamatatiua segue lutando por seu direito sobre as terras, e, segundo as entrevistadas, está sendo um processo lento e cansativo.

O processo das terras ainda tamo planejando isso, aí eles sempre vão lá pras reuniões, aí diz que vai não sei o que, que esse governo que tá aí, não sei como é que vai ser. Tá tendo muita dificuldade, tem o Ribinha, Cleuto, Chico, que são os representantes e tão indo pra lá pro ITERMA, eles já vieram aqui o pessoal do ITERMA, fizeram reunião, aí tá pra lá, mas até agora ainda não resolveram. (MARIA RAIMUNDA, Mar. 2019, Comunidade Itamatatiua/Alcântara).

Ainda sobre o processo de titulação das terras de Santa Teresa que constituem o território de Itamatatiua, a Presidenta eleita, Alessiane de Jesus, explicou que as mulheres não acompanham os homens nas reuniões, porém a comissão que trata desse processo é formada por três membros do sexo masculino que são associados na associação de mulheres, e que, portanto, fazem parte da associação e que esta comissão não está medindo esforços para o alcance dessa conquista, conforme se observa abaixo:

A associação possui uma comissão formada por três membros do sexo masculino associados, dentre eles, o vereador da comunidade, senhor José Ribamar de Jesus Barbosa, e os outros dois, senhor Cleiton de Jesus e Francisco de Jesus, exclusivamente para tratar do processo de titulação. Essa comissão é responsável por mobilizar e reunir com os representantes dos outros povoados que compõe o território de Santa Tereza, para discutir sobre o processo de titulação. A comissão está participando de reuniões com o ITERMA e também com o governador do estado, para tratar do tema. A associação está realizando o processo de troca do nome da presidenta, e também com o apoio da assessoria jurídica do CCN estão buscando marcar uma audiência pública com o governador até o final desse ano (2019) para tratar desse assunto. (ALESSIANE DE JESUS, Set. 2019, quilombola e Presidenta da Associação de Mulheres da Comunidade Itamatatiua/Alcântara)

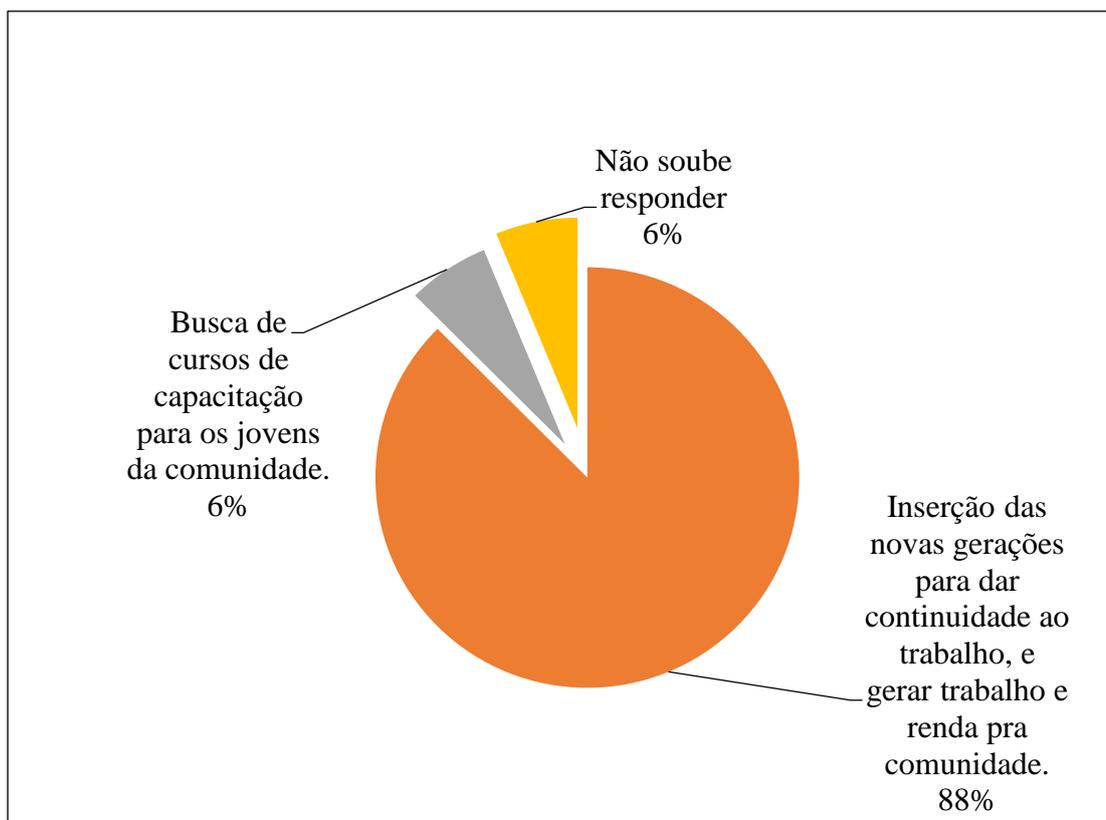
Conforme referido acima, nenhum dos 39 títulos já expedidos no Maranhão foram para Alcântara, por isso as comunidades seguem na luta. Desde a implementação do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) no município, em 1984, as comunidades vêm lutando pela garantia de seu direito à moradia adequada e da livre autodeterminação. Para garantir a construção da base, 312 famílias pertencentes a 32 comunidades quilombolas tiveram suas terras expropriadas pelas Forças Armadas. Foram deslocadas e reassentadas nas chamadas

agrovilas. Anos depois, esses locais se mostraram totalmente inadequados às necessidades de sobrevivência dessas populações. Além dessas comunidades serem afastadas da costa litorânea, fonte tradicional de pesca e de alimentos da população, o solo das agrovilas não oferece condições férteis para o plantio. (BARBOSA, 2004).

No caso da comunidade de Itamatatuiua sua principal fonte de trabalho e renda provém da argila que é a matéria-prima utilizada na produção dos artefatos de cerâmica e é encontrada nos arredores da comunidade e extraída cuidadosamente pelas mulheres mais experientes; elas controlam a extração demonstrando em sua ação um consumo consciente e com respeito ao meio ambiente, conforme explica a senhora Neide de Jesus:

Nós tiramos a argila de várias partes do campo e não somente de um lugar só. Depois a gente deixa o campo se refazer, descansar, para poder se recuperar e não faltar o barro pra gente trabalhar. Só as mais experientes é que escolhem o lugar aonde vai tirar a argila, pois elas é que sabem qual é o melhor barro para a feitura das peças. (NEIDE DE JESUS, set. 2019, Comunidade Itamatatuiua/Alcântara).

Enquanto o processo de titulação das terras não avança, a comunidade enfrenta o êxodo, principalmente dos mais jovens que se mudam para São Luís, em busca de melhoria de vida. Segundo as mulheres que participaram da pesquisa, a saída dos jovens da comunidade é grande prejuízo, pois o trabalho com a cerâmica, que é a principal fonte de renda, é passado de geração em geração, com o êxodo e a falta de interesse do público jovem, isto se revela preocupante na comunidade. Nesse sentido, as principais estratégias encontradas pelas artesãs para evitar o êxodo rural é a inserção das novas gerações no trabalho com a cerâmica e a busca por cursos de capacitação para os jovens da comunidade, conforme se observa no gráfico adiante:

**Gráfico 2** - Estratégia de luta e resistência para continuidade do trabalho com a cerâmica.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018/2019)

Alessiane de Jesus relatou em seu depoimento que, além da inserção das novas gerações no trabalho com a cerâmica, a associação conta com as entidades de apoio à Economia Solidária em relação à elaboração de projetos (CCN, ACONERUC) e outras. E dentre os projetos alcançados por meio da Associação estão a aquisição de um telecentro - Centro de telecomunicações que possui 10 computadores e 01 impressora. Para realização de cursos de Informática.

Outra conquista alcançada por meio da associação de mulheres, mencionada por Alessiane, foi o “Projeto sala solta”, que trouxe para uma comunidade vizinha – Raimundo Su, que também faz parte do território de Santa Teresa e que se localiza acerca de 5 km da comunidade de Itamatatua, uma escola que oferece ensino médio para Itamatatua e as comunidades circunvizinhas, evitando-se, desta forma, o deslocamento de adolescentes, jovens e adultos para outro município para cursar o ensino médio.

Segundo a Presidenta, após essa conquista houve uma ascensão na escolaridade das mulheres artesãs conforme se observa com base na tabela a seguir:

**Tabela 2** – Relação idade e escolaridade das mulheres do empreendimento

<b>Faixa etária</b>	<b>Não alfabetizados</b>	<b>Educação infantil</b>	<b>Fundamental incompleto</b>	<b>Fundamental completo</b>	<b>Médio incompleto</b>	<b>Médio completo</b>	<b>Superior</b>	<b>TOTAL GERAL</b>
11 a 15	-	-	2	-	-	-	-	-
16 a 20	-	-	-	-	-	-	-	-
21 a 25	-	-	-	-	-	1	-	-
26 a 30	-	-	-	-	-	1	-	-
31 a 40	1	-	1	-	-	2	-	-
41 a 50	-	-	-	1	-	-	-	-
51 a 60	-	-	1	-	-	-	-	-
61 a 75	1	-	2	4	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>17</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2018/2019)

Assim, a Associação de Mulheres de Itamatatua desempenha um importante papel no processo de liderança dessas mulheres e de conquistas para a Comunidade. D. Neide (Comunidade de Itamatatua, set. 2019) descreveu a fase que antecedeu a fundação da entidade:

Não tinha nada aqui na Comunidade, só uma casinha de taipa, tinha só duas casinha de telha, não tinha estrada, era só caminho mesmo comum; não vinha ninguém assim de fora pra dentro da Comunidade. [...] Porque aqui não tinha nada! [...] Eu só vejo os mais velho dizendo que aqui não tinha nada, não tinha movimento de nada, era só o fazimento de louça, a cerâmica, mas cada qual fazia nas suas casas, ai a gente fundou essa associação com a ajuda de uma moça de São Luís e do Pedro, um amigo nosso.

Nesse sentido, a união, que já existia entre as mulheres, foi fortalecida, por meio do trabalho associativo, visando a conquistas de direitos, que beneficiasse a coletividade. Conforme Pereira (2018, p. 114 apud FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014), a união entre as populações quilombolas mostra-se como necessidade para assegurar a própria sobrevivência do grupo.

É importante ressaltar que a criação dessa entidade trouxe para as mulheres uma consciência de que o coletivo pode efetivar conquistas, conforme se observa no relato de dona Maria José de Jesus, explicando por que elas se motivaram a criar a associação:

O motivo da gente fundar essa Associação foi porque a gente via que em outros lugares para conseguir uma coisa era só através de Associação. Se a gente não tiver uma Associação não tem como trazer nenhum projeto pra Comunidade da gente! Com a Associação a gente é mais unido, tá discutindo os problemas da nossa

Comunidade. Sei lá, a gente tem mais tempo de se reunir, discutir o que que tá faltando na Comunidade porque a gente só, sabe, mas sozinho não resolve o problema, as coisas! A gente só resolve através da união, de um órgão, algum órgão! E assim é mais dipressa pra gente chegar a algum órgão, ficar mais visto também! E a pessoa sozinho, isolado não dá, tem que tá junto com as outras pessoas! (MARIA JOSÉ DE JESUS/comunidade de Itamatatiua, set. 2019).

De acordo com o relato das mulheres durante as entrevistas, são inegáveis as mudanças promovidas na comunidade e também na vida delas por meio da associação. Essas mudanças vão desde a troca de experiências na utilização de um espaço coletivo durante a produção dos artefatos de cerâmica à busca de parcerias e recursos financeiros, que foram alcançados por meio dessa entidade político-social, conforme relatou,

Aí começou a vir os recursos pra dentro da Comunidade, a gente começou a fazer projeto, [...] aí veio o Sebrae e organizou a gente pra fazer só num local [a cerâmica] porque antes cada qual fazia ni suas casas, aí a gente até hoje faz assim junto. Aí até hoje a gente tem esses projetinhos pela Associação: energia, esse poço, o Centro de Produção, aquela pousada, tudo pela Associação, casa de farinha; é a Associação mais velha daqui da região.! (HELOISA DE JESUS/comunidade de Itamatatiua, set. 2019)

Federici (2019) afirma que a união e a solidariedade entre as mulheres se constitui uma característica marcante na história de lutas e resistência das mulheres, o que pode ser reforçada pela associação, exemplo que pode ser observado na Associação das mulheres de Itamatatiua, o que tem refletido e se materializado em benefícios e conquistas para a comunidade, sendo promovido o desenvolvimento local.

De acordo com o Estatuto da Associação (ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE ITAMATATIUA, 1989), essa é uma organização que tem por objetivo inserir as mulheres ceramistas na tomada de decisões da comunidade, bem como favorecer seu desenvolvimento por meio de projetos que beneficiem a todos e melhorem o modo de vida no quilombo. A Associação busca: a) promover o desenvolvimento comunitário, através da realização de obras e melhorias com recursos próprios ou obtidos por doações ou empréstimos; b) proporcionar a melhoria do convívio entre habitantes do lugar, através da integração de seus membros; e c) proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas e educativas, culturais, lazer e de assistência.

É notável o esforço e flexibilidade dessas mulheres nas atividades de geração de renda e atuação política na comunidade por meio do trabalho no empreendimento econômico solidário e a busca por projetos que beneficiem a coletividade. O desenvolvimento do trabalho produtivo e o reprodutivo somado à lida na agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais apontam para uma acentuada divisão sexual do trabalho, observada em Itamatatiua.

#### 4.1 A divisão sexual do trabalho na economia solidária

A dupla jornada de trabalho é uma dura realidade enfrentada pelas mulheres de Itamatatua. Isso se dá em razão da flexibilidade que possuem em conciliar o trabalho doméstico, cuidados com as crianças e idosos, a lida na roça, criação de pequenos animais e ainda o trabalho coletivo por meio da economia solidária na produção de cerâmica.

Para Federici (2019, p. 226), as mulheres ainda fazem a maior parte do trabalho doméstico não remunerado em todos os países, contudo, devido aos cortes nos serviços sociais e a descentralização da produção industrial, a quantidade de trabalho doméstico que as mulheres realizam, pago ou não, aumentou, mesmo quando elas realizam um trabalho fora de casa.

Nessa perspectiva, em sua grande maioria, o trabalho doméstico e de cuidados, realizado pelas mulheres continua sendo sem pagamento, e o que é pior: além de não ser reconhecido monetariamente ele também não é visto! é portanto, um trabalho invisível. Em Itamatatua as mulheres conciliam o trabalho doméstico e de cuidados com a família com o trabalho produtivo no centro de produção de cerâmica nos moldes da Economia Solidária, e tudo isto sem contar com o apoio dos companheiros, uma vez que eles dificilmente se disponibilizam a dividir essas tarefas com elas.

Em relação à contribuição dos homens no trabalho doméstico, Nascimento (2011), reforça que a relação de dominação e opressão dos homens sobre as mulheres nas diversas sociedades ocidentais deve-se à divisão sexual do trabalho “[...] Em que a cultura machista e patriarcal tem impregnado nos homens uma diferenciação entre trabalho masculino e feminino, destinando o trabalho doméstico e reprodutivo às mulheres, e ainda valoriza o trabalho do homem e inferioriza o da mulher”. Segundo Kergoat (1998), essa divisão sexual do trabalho parte de dois princípios: o da separação, que explica que existe trabalho de homens e de mulheres; e o da hierarquização, que declara valer o trabalho do homem mais do que o labor da mulher.

A divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. (CARDOSO; PINTO, 2020). Em consonância com as autoras podemos observar o desenvolvimento do trabalho produtivo e reprodutivo relatado no depoimento de dona Heloisa:

É muito cansativo conciliar o trabalho doméstico com a produção de cerâmica e o trabalho de produção nos quintais, o tempo dedicado para o trabalho na cerâmica é muito grande, assim a rotina do trabalho doméstico é cortada e sempre falta algo

para fazer, e dentro de casa a gente não tem nenhum apoio, porque a gente trabalha muito dentro de casa, o dia inteiro, aí o homem vem e vai é se sentar. (DONA HELOÍSA, Jul. 2019. Comunidade Itamatatiua/Alcântara).

A fala de dona Heloisa deixou claro o quanto é cansativo para as mulheres de Itamatatiua conciliar o trabalho doméstico com o labor na produção de cerâmica, isso porque elas não contam com a participação dos homens na divisão sexual do trabalho dentro dos lares.

O termo “divisão sexual do trabalho” teve sua gênese na França no início dos anos de 1970, sob o impulso do Movimento Feminista, que, segundo Hirata e Kergoat (2005) surgiu numa onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas de seu conceito, primeiro na etimologia, Mathien, (1991); Tabet, (1998), depois na Sociologia e na História. As autoras defendem que essa nomenclatura (divisão sexual do trabalho) recobre duas acepções de conteúdos distintos na França, a saber:

A primeira: trata-se de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda a divisão a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no espaço dessa distribuição, analisa como ela se associa a repetição desigual do trabalho doméstico entre os sexos [...] E a segunda é mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e articula essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto os sexos; em suma para criar um sistema de gênero. (HIRATA; KERGOAT, 2005, p. 263).

De acordo com as autoras supracitadas, a França deu início aos estudos que envolvem a divisão sexual do trabalho impulsionada pelo movimento feminista e que trouxe também à tona o trabalho doméstico e a divisão desigual da prática dessas tarefas entre os sexos, o que favoreceu a criação de uma discussão sobre um sistema de gênero, que também envolve trabalho. Sobre esse balizamento Bourdieu (2014, p. 24) afirma que

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando - a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizadas na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, como a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.

A sociedade machista e patriarcal historicamente tem utilizado esse viés biológico para justificar diferenças entre os sexos e definir a mulher como sexo frágil<sup>16</sup> destinando-a ao ambiente doméstico, privando-a de assumir papéis na esfera pública e buscando inibir sua luta por acesso a direitos iguais na sociedade capitalista, no Brasil e no mundo.

No Brasil, a divisão sexual do trabalho ganhou visibilidade com a adoção e posteriormente a consolidação do sistema capitalista, refletido nas mudanças nas relações sociais e no trabalho e expresso na reestruturação produtiva na década de 1980. Porém, segundo Guiraldelli (2007), a participação da mulher no mercado de trabalho se remete ao ano de 1932, quando elas passaram a constituir um segmento especial da força de trabalho.

Desde a sociedade colonial brasileira as mulheres vêm enfrentando lutas e quebrando paradigmas objetivando garantir seu lugar no mercado de trabalho, afirma Fonseca (2015). As discriminações construídas histórica e culturalmente arraigadas no seio da sociedade tornando o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho um verdadeiro enfrentamento de preconceitos, discriminações e desafios constantes, situação que se agravou com o processo de globalização, conforme expressa Hirata (2001, p.6).

Trata-se de um dos paradoxos da globalização, este aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes. Pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram, e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres.

Dessa forma, a mulher enfrenta um duplo desafio ao se inserir no mercado de trabalho, pois precisou ser muito mais flexível ao conciliar o trabalho doméstico invisível ao trabalho produtivo fora do espaço do lar. Enfrentam também a precarização nas condições de trabalho e desigualdades salariais, e toda essa sobrecarga vem afetar diretamente a saúde das trabalhadoras, uma vez que, dentro dos lares, não houve uma distribuição das tarefas domésticas entre os homens e elas, recaindo a maior responsabilidade sobre os ombros das companheiras, esposas etc.

Historicamente a mulher foi destinada a desenvolver suas atividades no ambiente doméstico restrito aos cuidados com a casa, a educação dos filhos e com dependência financeira ao marido, que se configurava como único provedor e detentor do poder político e que poderia exercer atividades nos espaços públicos. (SOUSA, 2017).

---

<sup>16</sup> Em plena Contemporaneidade a mulher continua “um objeto” sujeito a agressões, pressões, feminicídio etc. neste particular, dos tempos bíblicos até hoje não houve mudança: a mulher é um objeto.

De outro lado, Fonseca (2015) defende que, com o processo brasileiro de industrialização e expansão do Capitalismo, a mulher precisou deixar sua função exclusiva de “rainha do lar”, para exercer outras funções concomitantes a estas, dando origem, portanto, a dupla, tripla ou múltipla jornada de trabalho da mulher. Para Dias, (2004, p. 49) o encargo do serviço doméstico continuou sobre os ombros da mulher:

O ingresso da mulher no mercado de trabalho ocorreu com a revolução industrial, que buscou na mão de obra feminina a forma de baratear os custos. A baixa autoestima a fez aceitar remuneração inferior, ainda quando no desempenho da mesma função. Se tal fato levou a mulher pra fora do lar, começando a contribuir para o sustento da família, os encargos domésticos continuaram sob sua exclusiva responsabilidade.

Um fato importante, pontuado por Pereira; Santos e Barreira (2016), é que normalmente se vê a mulher assumir o trabalho como provedora e coprovedora do lar em localidade de emigração masculina, quando na ausência do companheiro a mulher se vê obrigada a assumir os papéis que eram desempenhadas pelo companheiro, como cuidar das propriedades e negociar sem eles. No caso das mulheres supracitadas, foi necessária a ausência dos homens para que elas tivessem participação nas decisões da esfera pública como negociar a produção, comprar e vender ou seja: reinventarem-se e descobriram suas potencialidades e empoderamento.

Diferente dos territórios de emigração masculina, na comunidade de Itamatatiua, foi observado e registrado no DC que, embora os homens permaneçam com as mulheres, são elas quem detêm o poder de decisão na esfera pública e política dentro da comunidade e buscam, por meio da Associação de mulheres projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda, evitar o êxodo rural, além da inserção das novas gerações no trabalho com a cerâmica, segundo foi registrado no trabalho de campo.

Conforme verificado na comunidade de Itamatatiua, das 17 mulheres que trabalham ativamente no empreendimento somente 04 delas deixam as crianças em casa aos cuidados de outros parentes e aí se incluem aquelas que ficam aos cuidados do pai. Um número pequeno, pois 06 mulheres levam suas crianças para o empreendimento, e 05 delas trabalham na produção, enquanto os filhos pequenos estão na escola.

Diante desses dados fica clara a divisão sexual do trabalho diferenciada na comunidade de Itamatatiua. O que se percebe é a dupla e tripla jornada de trabalho das mulheres expressas no trabalho da roça, na criação de animais de pequeno porte, no trabalho com a cerâmica, além do trabalho nos quintais que elas realizam como forma de ganhar uma renda extra, mas ainda encontram dificuldades na realização do trabalho, visto que a

hierarquização de gênero ainda é bastante presente.

As mulheres da comunidade de Itamatatuiá vêm lutando arduamente e buscam mudar esse quadro quando se colocam à frente dos homens nas atividades políticas e produtivas na comunidade. Isso ocorreu após a morte do patriarca, Sr. Eurico, em 1992. (AMAZONIA REAL, 2015). E segundo se observa com base na fala de Alessiane de Jesus (set. 2019, Presidenta da Associação de Mulheres da Comunidade Itamatatuiá/Alcântara):

O território de Santa Tereza engloba quinze povoados que abriga atualmente cerca de 400 famílias, e a nossa associação apesar de ter sido fundada por mulheres não possui somente mulheres associadas, tem homens associados também. Atualmente possui 60 mulheres associadas e 20 homens, um total de 80 famílias associadas. Participam ativamente do processo produtivo da cerâmica 17 mulheres, porém alguns homens as auxiliam na extração e transporte da argila in natura e também na queima da cerâmica.

Não é comum dentre as comunidades quilombolas de Alcântara e do Maranhão ter mulheres como lideranças e com protagonismo político e econômico. Nas outras regiões o domínio dos quilombos encontra-se nas mãos dos homens Itamatatuiá foi liderada inicialmente também por homens, dentre eles, o sr. Eurico de Jesus, último líder do sexo masculino. Sua morte marcou o fim da liderança masculina e o início do matriarcado na comunidade. Com a morte desse patriarca, em 1992, as mulheres de Itamatatuiá passaram a assumir a liderança da comunidade. Para Nascimento (2008 apud PEREIRA; SANTOS; BARREIRA, 2016, p. 14), o matriarcado consiste em:

Um sistema de poder político incorporado pelas personagens femininas, originário eminentemente da cultura africana. Essas mulheres são encarregadas da liderança e começam a sua atuação como líderes em suas próprias casas. Liderança que se tornou um diferencial em termos de organização social na localidade.

Conforme observado e descrito no DC, algumas mulheres da comunidade possuem até tripla jornada. Estas acordam muito cedo e dividem o seu tempo em cuidar do roçado pela manhã enquanto o sol ainda está frio, depois retornam para casa para cuidar das crianças, realizar as tarefas domésticas e ainda preparar o almoço e à tarde se dirigem para o centro de produção para laborar na cerâmica.

Em relação ao exercício da profissão de cerâmica, a participação masculina nessa produção, de acordo com Pereira (2018), se resume ao transporte do barreiro, área do campo onde buscam a argila para elaborar a cerâmica, até o Centro e na etapa da queima. Além disso, há um dos homens que trabalha na olaria, única da localidade, produzindo telhas e tijolos em pouca quantidade.

Conforme observado durante a pesquisa de campo, os homens não se envolvem em todo o processo de produção da cerâmica. Dizem ser “coisa de mulher”, tampouco se

disponibilizam a realizar outros tipos de trabalho existentes na comunidade, como o roçado, criação de animais ou até mesmo dividir o trabalho doméstico com as mulheres, o que tem ensejado aos homens ócio, sendo comum observá-los em bares, ainda pela manhã bem cedo, jogando baralho, dominó, ouvindo reggae e bebendo. Esse contexto de ociosidade e acomodação dos homens tem permitido às mulheres a assumir diversos papéis dentro da comunidade, conforme explica Pereira (2018, p. 87):

[...] as mulheres quilombolas, a fim de assegurar a sobrevivência de seu povo, sua cultura e da própria subsistência de seus descendentes, desempenham diversos papéis. [...] elas costumeiramente levantam-se às cinco da manhã e até às oito horas cuidam das criações, molham as plantas, realizam os primeiros afazeres domésticos, vão buscar água [...], quando possuem filhos em idade escolar, arrumam as crianças. A partir das oito horas se direcionam para o Centro de Produção, local em que trabalham com cerâmica e onde permanecem até às 11h, quando retornam para preparar o almoço. Após a refeição, regressam para o Centro, onde ficam até às 17h. Ao contrário, revezam com a roça que, a depender da área escolhida, levam em média uma hora de caminhada, só de ida. Ao voltar para casa, assumem a terceira jornada: afazeres domésticos, jantar; quando não conseguiram reservar água suficiente para o consumo, voltam ao poço pela segunda vez, cuidam dos filhos e ainda fazem a fumaça para espantar insetos. Após essa jornada, deitam-se, em geral, às 21h.

Ao serem questionadas em relação à participação dos homens no desenvolvimento do trabalho produtivo e reprodutivo na comunidade, a maioria das entrevistadas falou por uma só voz, que também foi reforçada por dona Canuta (set. 2019, Itamatatiua/Alcantara):

Nós é que somos da garra, levantamos cedo, vamos lidar na roça, depois cuidar dos pequenos, fazer a comida, deixar os meninos na escola e ir para a cerâmica. Os homens apenas ajudam em algumas tarefas, como cuidar do roçado e no transporte e queima da cerâmica.

A fala de dona Canuta retrata a acomodação dos homens e a sobrecarga das mulheres quando ela relatou que “eles apenas ajudam” e que elas é que são do “garra”, fato observado também no depoimento das outras mulheres entrevistadas.

Dentre as principais demandas que geralmente são encaminhadas para a associação de mulheres, Alessiane de Jesus, presidenta da entidade, apontou em seu depoimento em setembro de (2019), a organização e funcionalidade dos bens da própria comunidade, a saber: um instrutor ou instrutora para o telecentro para dar continuidade aos cursos de Informática, uma pessoa responsável para gerenciar a pousada; também de solicitarem uma creche, um posto de saúde e ainda um ponto de venda na BR, ramal de acesso à comunidade. Destas, ela mencionou que a mais urgente é um administrador (a) para a pousada, justificando que sempre estão recebendo visitantes na comunidade, conforme se observa na figura abaixo:

**Figura 6** – Pousada Santa Tereza, Itamatatiua.



**Fonte:** Organização NEGESF. 2018.

Segundo Bonumá (2015), as mulheres que desenvolvem a Economia Solidária em comunidades ou territórios não estão preocupadas somente com a geração de renda, mas com todo um conjunto que envolve desde a administração dos bens da comunidade à busca por projetos e parceiros que contribuam para o desenvolvimento local. Conforme afirma a autora “as mulheres trazem para a economia solidária um conjunto de reivindicações que contemplam a preocupação não só com as demandas do processo produtivo, mas também com equipamentos e ações para dar conta de necessidades comunitárias e de fomento ao desenvolvimento”. (BONUMÁ, 2015, p. 86).

Assim, o entrelaçamento das dimensões acima aponta para uma qualificação da economia solidária no sentido de se aproximar das reais necessidades e as potencialidades desses territórios e comunidades, colocando-se, dessa forma, em sintonia com a construção de alternativas para o seu desenvolvimento.

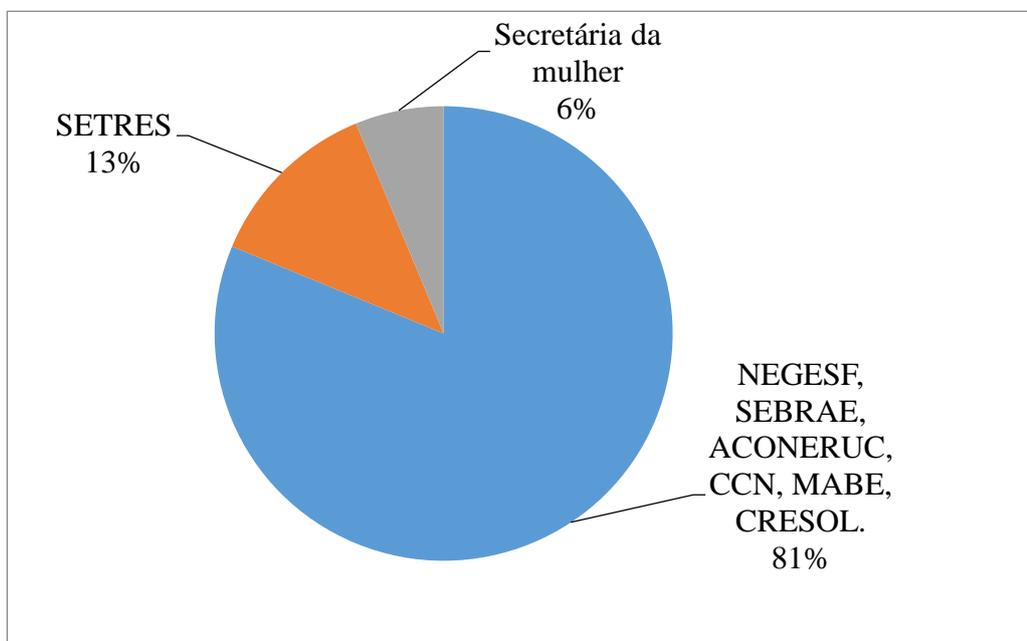
No entanto, o que se observou durante a pesquisa de campo é que os homens não têm um envolvimento com os trabalhos no que diz respeito à Economia Solidária, tampouco estão preocupados em administrar os bens da comunidade, ficando tudo a cargo das mulheres. Elas é que se responsabilizam em recepcionar os visitantes e administrar a pousada durante a estadia dos visitantes.

Dentre os visitantes estão os pesquisadores e turistas que vêm em busca de conhecer a comunidade e também para adquirir alguma peça da cerâmica para levar de lembrança. Com o intuito de melhorar e aperfeiçoar a produção e apresentação do produto final, as ceramistas de Itamatatiua buscaram apoio junto ao SEBRAE que também é uma entidade de apoio e fomento a Economia Solidária, conforme Cestari (2014, p. 10) descreve:

Partindo dessa compreensão como mulheres que lutam e travam embates por seu espaço, a organização da Associação das Ceramistas, buscam parcerias com o SEBRAE e outros órgãos, com vistas a melhoria na confecção do artesanato Itamatatiuense, atraindo públicos nacionais e internacionais para a aquisição dessa produção.

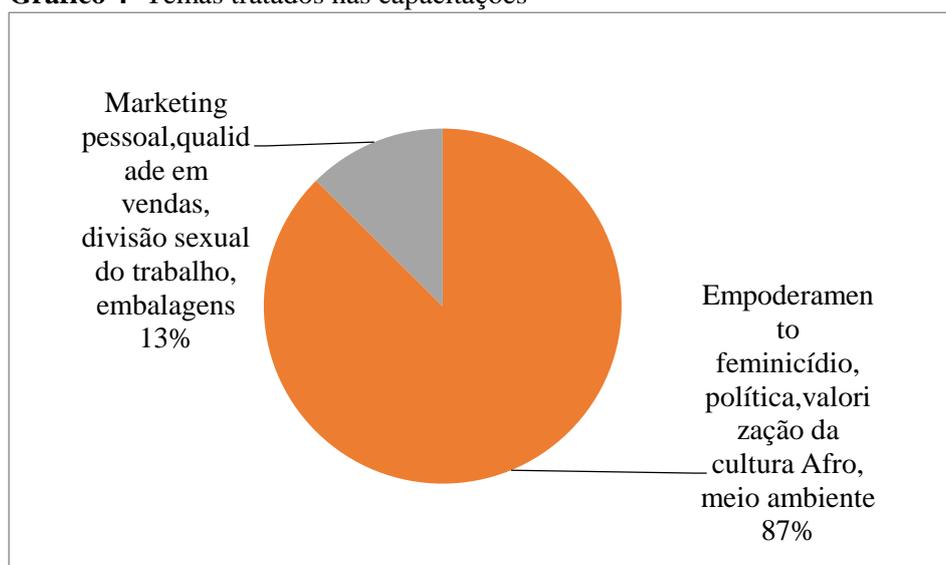
As mulheres da comunidade de Itamatatiua seguem na luta em busca de parceiros que possam oferecer-lhes capacitações com o intuito de tornar os seus produtos mais atrativos. Em relação à capacitação oferecida pelas entidades de apoio a Economia Solidária, as mulheres entrevistadas relataram que já receberam algum tipo de capacitação do SEBRAE, CCN, SETRES, dentre outros conforme demonstra o gráfico abaixo.

**Gráfico 3** - Entidades de apoio que ofereceram capacitação as mulheres do empreendimento



**Fonte:** Dados da pesquisa (2018/2019)

Dentre os temas tratados nas capacitações, oficinas e palestras oferecidas pelas entidades de apoio representadas no gráfico acima, as mulheres entrevistadas mencionaram qualidade em vendas, identificação dos produtos, embalagem, empoderamento, feminicídio, divisão sexual do trabalho e outros, conforme demonstra o gráfico abaixo.

**Gráfico 4-** Temas tratados nas capacitações

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018/2019)

O tema divisão sexual do trabalho aparece em apenas 13% dos depoimentos das mulheres entrevistadas, como tema trabalhado nas capacitações oferecidas pelas entidades de apoio. O que se observa segundo os dados da pesquisa é uma divisão sexual<sup>17</sup> do trabalho desigual e diferenciada, principalmente no que diz respeito ao trabalho doméstico, conforme já mencionado. Isto demanda uma ação mais fortalecida por parte das entidades para conscientizar os homens em relação à aplicação prática dessa temática, tão necessária para o desenvolvimento do trabalho das mulheres, principalmente o da economia solidária, em razão delas receberem encomendas de outros Estados e até de outros países.

Segundo dados de Pereira Junior (2011 apud CESTARI et al., 2014), atualmente as artesãs recebem encomendas de outros Estados e até de outros países. No entanto, observou-se que apesar do fato de ter ou não haver encomenda das peças de cerâmica, não é possível definir o quantitativo da produção. A produção é diária e o ritmo se modifica conforme a existência de encomendas, e até mesmo em razão da exposição no festejo de Santa Teresa, ou em feiras de economia solidária, ou seja, a encomenda não é obrigatoriamente o início do processo. Dessa forma, foi observado durante a pesquisa de campo, que as mulheres artesãs têm buscado melhorar e aperfeiçoar seus artefatos de cerâmica, atribuindo a marca da comunidade e retratando a cultura local em seus produtos, por meio da pintura na cerâmica. Para tanto, buscaram parceria junto à artista plástica maranhense Amanda Lutiere, de 22 anos, que esteve presente na comunidade e ouviu o desejo

<sup>17</sup> Quanto à sexualidade, as mulheres na ruralidade, infelizmente, são “objeto” do desejo masculino, é frequente o número exagerado de filhos.

das mulheres. Submeteu ela um projeto de oficinas de pintura em cerâmica para o Banco do Nordeste, que também se constitui como uma entidade de apoio e fomento a economia solidária. O referido projeto foi aprovado e as oficinas aconteceram em dezembro de 2019, conforme se observa com base na figura 5:

**Figura 7** – Oficina de pintura em cerâmica no Centro de Produção de Itamatatiua



**Fonte:** Gabriel Araújo (2019)

As mulheres da comunidade de Itamatatiua também buscam apoio de parceiros para a aquisição de bens e serviços para a associação e para a comunidade, e dentre as parcerias e projetos alcançados por meio da associação, está a aquisição de um pequeno caminhão com o apoio da ACONERUQ, o qual era utilizado para realizar o transporte da argila do seu local de extração até o centro de produção de cerâmica. Conforme explicou dona Heloisa de Jesus (set. 2019, Comunidade Itamatatiua/Alcântara):

Antigamente o transporte era feito num caminhãozinho adquirido através da entidade de apoio a Economia Solidária ACONERUC em parceria com a empresa Petrobrás. E quando esse caminhãozinho deu defeito foi trocado por um automóvel Fiat estada que também apresentou problemas de manutenção e encontra-se parado.

Pelo que podemos observar, vários problemas são enfrentados pela comunidade, tais como: a dificuldade de transporte da matéria prima, do local de coleta até o centro de produção, além das dificuldades com a manutenção de veículos e o escoamento da produção, conforme relatou dona Heloisa (set. 2019, Comunidade Itamatatiua/Alcântara):

Atualmente três jovens da comunidade encontram-se fazendo curso de mecânica de automóvel no município de Bequimão, para poder fazer a manutenção nos automóveis da comunidade e do EES. Como o carro está parado, nós alugamos um transporte para transportar a argila que precisamos para a produção de cerâmica, o problema é que também não temos transporte para levar a cerâmica para os pontos de venda em Alcântara, São Luís e também para as feiras de exposição que participamos.

De acordo com o relatado acima por dona Heloisa, aqui se registra a participação dos homens da comunidade, quando três jovens, incentivados pelas mulheres, se dispuseram a realizar um curso de mecânica para garantir a manutenção dos automóveis da comunidade e também aqueles utilizados pela associação no trabalho com a cerâmica, quer seja no transporte da argila para a produção, quer no escoamento para a comercialização. Tal fato demonstra que, apesar das dificuldades enfrentadas, as mulheres da comunidade de Itamatatua não desistem de seus ideais, unem forças e buscam soluções conjuntamente e são essas características que demonstram que o Centro de Produção de Cerâmica se enquadra nos princípios da Economia Solidária, sendo um autêntico Empreendimento Econômico Solidário. Nessa perspectiva, a associação de mulheres tem-se constituído um importante aliado nessa busca por projetos e conquistas para a comunidade, conforme descreveu Alessiane de Jesus (set. 2019, Presidenta da Associação de Mulheres da Comunidade Itamatatua/Alcântara):

A associação é uma entidade que identifica e representa a comunidade, além de ser um meio de interação; Funciona como um instrumento de busca e conquistas para a comunidade, através de projetos que possam trazer atividades que gerem uma complementação de renda para os moradores; Reunimos uma vez por mês, e também sempre que chega alguém querendo reunir com as mulheres.

No que diz respeito à organização política das mulheres na associação, Alessiane de Jesus relatou que a coordenação define junto com as associadas o que será implantado ou aplicado. As decisões são tomadas durante as reuniões com as sócias e participação dos outros membros, inclusive os homens associados. Realizam assembleia, elaboram ata e fica tudo registrado com as assinaturas de todos os participantes.

Durante o trabalho de campo foi possível observar uma acentuada divisão sexual do trabalho expresso na pequena participação dos homens nas atividades produtivas e reprodutivas da comunidade, uma vez que a maior parte do trabalho fica a cargo das mulheres conforme já discorrido. Além disso, elas são responsáveis pela política interna, quando, então, abordam em suas pautas nas reuniões mensais no centro de cerâmica, essa política interna, que dentre os temas tratados está a captação de serviços, programas, projetos e benefícios para a comunidade e a eleição para escolha de uma nova presidenta para a associação.

No que diz respeito ao trabalho reprodutivo, e de cuidados com o ambiente doméstico e com os filhos pequenos, quase não foi observado nos depoimentos das mulheres a participação dos homens, e, sim, o relato da dupla ou tripla jornada de trabalho, o que deixa transparecer a flexibilidade da mulher em conciliar o trabalho reprodutivo com o trabalho produtivo na cerâmica que se tem tornado muito cansativo e prejudicando as mulheres.<sup>18</sup>

Na produção de cerâmica a divisão sexual do trabalho se expressa no tipo de artefato produzido, pois, de acordo com Cestari et al. (2014), após a coleta da argila, esta é armazenada em dois locais de produção: no espaço de produção de tijolos e telhas, organizado pelos homens, Pereira (2018, p.87) explicou que

A participação masculina nessa produção se resume ao transporte do barro, área do campo onde buscam a argila para elaborar a cerâmica, até o Centro e na etapa da queima. Além disso, há um dos homens que trabalha na olaria, única da localidade, produzindo telhas e tijolos em pouca quantidade. [...] a ausência de trabalho tem conduzido os homens à ociosidade, sendo comum encontrá-los nos bares[...]. Na Comunidade, é possível registrar número expressivo de homens envolvidos com o alcoolismo e jovens envolvidos com drogas.

Ao longo da construção dessa pesquisa foi possível observar que não se trata de ociosidade dos homens por falta de trabalho, mas, sim, por eles não se disporem a contribuir com as mulheres nas tarefas existentes dentro da comunidade, tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo. Já no centro de produção de cerâmica conduzido pelas mulheres, criam-se potes, vasos, bonecas, placas decorativas, etc.

Segundo Cestari et al. (2014) e Pereira (2018) os processos produtivos após o transporte da matéria prima são realizados de forma independente e em locais distintos acima citados, tijolos e telhas confeccionados por homem na única olaria existente na comunidade, e vasos, potes, bonecas, pelas mulheres no centro de produção de cerâmica ligado à associação de mulheres.

Fica claro na exposição dos autores supracitados Cestari et al. (2014) e Pereira (2018) a discriminação nas relações de gênero, expressa na especificação do tipo de trabalho realizado pelo homem e o trabalho da mulher, e que a comunidade ainda preserva no seu cotidiano as relações machistas e patriarcais enraizadas na sociedade. Foi observado também durante a pesquisa de campo que as mães e as avós ensinam a arte de produzir cerâmica para suas filhas e netas, já que os meninos não têm interesse em aprender por julgarem ser atividades de mulheres, perpetuando, dessa forma, a divisão sexual do trabalho e fortalecendo as relações de gênero de forma diferenciada.

---

<sup>18</sup> A sutileza do machismo pervade estar a cargo das mulheres todas as tarefas, praticamente. Provavelmente, a parte que cabe aos homens é a sexual.

Assim, a busca pelo rompimento desses preconceitos se constitui desafio constante na vida dessas mulheres, pois a continuidade da sobrecarga tem lhes roubado o tempo para se dedicar ao avanço de sua escolaridade, profissionalização e conseqüentemente a ampliação da luta por ocupar os espaços políticos de poder e postos de trabalho com instrução adequada conforme Federici (2019, p.136):

O patriarcado e a acumulação em escala mundial constituem o quadro estrutural e ideológico dentro do qual deve ser entendida a realidade das mulheres hoje, o movimento feminista no mundo não pode deixar de desafiar esse quadro, juntamente com a divisão sexual e internacional do trabalho intimamente ligada a ele.

Portanto, a maior dificuldade enfrentada pelas mulheres é a cultura machista e patriarcal enraizada na comunidade desde os primórdios; esta questão, portanto, cultural só pode ser mudada com a sensibilização dos homens e o empoderamento das mulheres. Enquanto isto não acontecer, as mulheres de Itamatatua seguirão na luta, buscando o empoderamento por meio do Feminismo no intuito de alcançar a igualdade nas relações de gênero na comunidade.

#### **4.2 O feminismo e a pauta da igualdade nas relações de gênero e trabalho**

As lutas pela igualdade nas relações de gênero são construídas historicamente à medida que as relações sociais vão sendo estruturadas nas sociedades, e se expressam na forma como os indivíduos se relacionam, bem como sua maneira de agir e pensar. São as múltiplas determinações socioestruturais que definem os papéis que homens e mulheres assumem na sociedade tornando visíveis as desigualdades nas relações de gênero. As formas de opressão geradas nas sociedades capitalistas atingem diretamente as mulheres e se materializam num movimento contraditório entre a sociedade e a individualidade entrelaçadas nas relações de gênero e na vida social, que só podem ser entendidas no contexto sócio-histórico e cultural. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Nessa luta por igualdade nas relações de gênero, as mulheres encontraram no feminismo grande aliado, o qual teve sua gênese na França em razão de uma parcela considerável das mulheres não consentirem no processo de marginalização política e social ao qual eram submetidas. Então resolveram participar da revolução francesa com o intuito de conquistar para si as liberdades que a nova sociedade conferiria aos homens conforme explicita Saffioti (1996, p. 58):

Em 1789, Olympe de Gouges imprime às reivindicações femininas um caráter eminentemente político: propõe a Declaração dos Direitos da Mulher análoga à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembleia Constituinte francesa no mesmo ano. É a abolição dos privilégios masculinos que ela pretende. Todavia, a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão[...] cujos interesses residiam em privilégios feudais e na manutenção das regalias masculinas[...] a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina. Outras mulheres tentariam romper as barreiras que se lhes opunham, combatendo através de jornais e clubes. Os primeiros, porém, têm existência efêmera e os segundos são absorvidos pelos clubes masculinos, consolidando-se uma ordem social na qual as mulheres continuariam marginalizadas da vida política, inferiorizadas socialmente, em posição subalterna no grupo familiar e teriam de competir em desigualdade de condições com os homens pelas oportunidades econômicas.

Mesmo com as decepções sofridas pelas mulheres durante a Revolução Francesa, o Feminismo não morreu, silenciado por cerca de três décadas. As feministas reagiram e o movimento ressurgiu aliado ao socialismo utópico estimulado pelas ideias de Saint-Simon, Fourier e Cabet. A primeira expressão de apoio do socialismo utópico à causa das mulheres ocorreu por meio do jornal *La Femme Libre*, surgido em 1832, que lançou em seu primeiro número um apelo de inspiração saint-simoniana às mulheres, incitando-as a reivindicar seus direitos, aproveitando o momento histórico em que o proletariado reclamava sua libertação.

Assim, foi percebido pelas feministas que a causa das mulheres em parte se assemelhava aos problemas vivenciados pelo proletariado no que concerne à exploração, a baixos salários, à jornada de trabalho exaustiva, dentre outros, conforme explica Saffioti (1976, p. 59)

Flora Tristan vinculou, teórica e praticamente, a libertação da mulher à causa do proletariado. Não vê outra maneira de promover a unidade da humanidade senão em proclamando a igualdade dos direitos de homens e mulheres. E, sobretudo, não oferece proteção nem ao proletariado, nem à mulher, [...] entende que a obra de libertação dos trabalhadores e das mulheres deva ser realizada pelos próprios interessados. [...]O feminismo francês não se deixou absorver inteiramente pela questão do sufrágio das mulheres. *La Voix des femmes* denuncia as miseráveis condições econômicas em que vivem as mulheres: seus baixos salários, sua jornada de trabalho excessivamente extensa. A exemplo das Oficinas Nacionais preconizadas por Louis Blanc em Luxemburgo, se organizam as oficinas nacionais, sobretudo municipais (Paris), para combater o desemprego feminino. Pela primeira vez surgiam organizações operárias dirigidas pelas próprias mulheres.

Embora tenha havido inicialmente uma aproximação sobre o entendimento das problemáticas enfrentadas pelas mulheres com as do proletariado, Saffioti (1976) posteriormente as feministas entenderam que cada categoria deveria organizar-se e defender suas próprias causas, pois juntos não estavam logrando o êxito que desejavam. E mesmo tendo conquistado o sufrágio, as feministas francesas não se deram por satisfeitas e seguiram na luta denunciando as miseráveis condições econômicas vivenciadas pelas mulheres, a saber:

baixos salários e longas jornadas. Um dos resultados dessas lutas foi a conquista de organizações operárias dirigidas pelas próprias mulheres no combate ao desemprego feminino.

O desenvolvimento e divulgação dessas e outras experiências exitosas alcançadas pelas mulheres atravessaram os continentes alcançando diversos países. No Brasil, de acordo com Ferreira (2014, p. 12):

As primeiras organizações de mulheres criadas no Brasil se inserem em movimentos de esquerda que descortinavam as atrocidades cometidas pela ditadura militar e conservadorismos da sociedade brasileira. Oriundas, em grande parte, de partidos clandestinos, estas organizações, profundamente engajadas nas causas nacionais e com profundo conhecimento sobre as desigualdades de gênero, exigiam democracia e o fim do regime de exceção no país.

No Brasil, o movimento feminista nasceu engajado às causas nacionais, e se inseriram em movimentos de esquerda, engrossando a luta a favor da Democracia e contra o regime militar. As comemorações alusivas ao Ano Internacional da Mulher trouxeram visibilidade à causa da mulher ensejando a reflexão para a mulher e seus variados contextos.

Segundo Santos e Oliveira (2010, p.6), a atuação do Feminismo em diversos Estados do Brasil também expressa:

Diversidade de manifestação e de fundamentação teórica, embora apresente suas particularidades histórico-culturais, aparece inicialmente – na segunda metade do século 20 – como reivindicação pelo direito ao voto, mesmo que, de maneira muito pontual, tivessem iniciativas nesse sentido, “por uma ou outra mulher de ideias mais avançadas, como foi o caso de Nísia Floresta (1810-1885)” [...]. Somente na década de 1970 é que o movimento feminista no Brasil ganha forças, aliado às comemorações do Ano Internacional da Mulher, 1975, e ao contexto de resistência ao Regime Militar, adentrando no processo de reabertura política, o que desencadeia uma série de mudanças e conquistas, relacionadas à luta por uma nova condição da mulher no país.

Os primeiros grupos feministas surgiram inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia no início dos anos de 1970, impulsionados pelos acontecimentos do ano internacional da mulher. Esse evento trouxe visibilidade para as mulheres e para os problemas enfrentados por elas, segundo enfatiza Ferreira (2014, p. 42):

Os acontecimentos do Ano Internacional da Mulher abrem caminhos para refletir sobre a mulher em variados contextos e ampliar a ação dos grupos pioneiros. Estávamos em 1975 e o mundo percebeu a presença das mulheres e a necessidade de refletir seus problemas a partir delas próprias. [...] das pioneiras sufragistas da qual se destaca Bertha Lutz, em São Paulo, Leolinda Dalton na Bahia, Eneida de Moraes no Pará e Violeta Campos, no Maranhão, muitas mulheres no início do Século XX deram um novo sentido à história ao mostrar os acontecimentos a partir de suas vivências, lutas, e que estas vivências traduzem uma forma de retratar os fatos de cada momento do presente.[...]O que caracterizou e caracteriza a dimensão social e política do movimento feminista e sua capacidade de transgredir, de trazer fatos políticos, de recompôr momentos que dão novo sentido à realidade.

O movimento que iniciou em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, avançou rumo ao Norte e Nordeste e chegou ao Maranhão em 1980, nasceu com o grupo de Mulheres da Ilha, constituindo-se um espaço de reflexões conforme ressalta Ferreira (1999, p. 93):

No Maranhão, o movimento feminista nasce com o grupo de Mulheres da Ilha, que se constituiu em 1980 como um espaço de reflexão e aprofundamento das questões levantadas no Curso de Extensão Mulher na Sociedade Brasileira, promovido pela Universidade Federal do Maranhão, ministrado pela Prof<sup>a</sup> Marisa Corrêa, da UNICAMP.” Às reflexões desse curso se aliaram várias outras mulheres, em busca de espaço em que pudessem exprimir mais livremente suas ideias.

A experiência vivida no grupo Mulheres da Ilha, inspirou outras mulheres e contribuiu para a emergência de novos grupos ainda na década de 1980, a saber: o Grupo de Mulheres 8 de Março, Grupo de Mulheres Mãe Andresa, União de Mulheres, Espaço Mulher, Grupo Viva Maria, Mulheres do PDT. Já na década de 1990, surgiram a Pastoral da Mulher, o Grupo Maria Firmina, os Grupos de Estudos nas Universidades, os Departamentos da Mulher nos sindicatos e nos partidos, o coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais (FERREIRA, 2014).

Nessa perspectiva, o Feminismo nasceu no Maranhão como um movimento social, não homogêneo, autônomo em relação a partidos, igrejas e sindicatos (embora alguns deles tenham- se organizado inicialmente dentro dessas entidades/instituições) que questiona a política, o poder, as relações patriarcais e traz para o centro da discussão a mulher como sujeito de direitos na sociedade. Dentre as discussões desses grupos, está a geração de trabalho e renda para as mulheres, uma vez que alguns deles, a exemplo dos grupos Mãe Andresa e Maria Firmina, se constituem como Empreendimentos Econômicos Solidários e constam na base de dados do Sistema Nacional de Economia Solidária – SIES.

Assim, os significados de uma abordagem de gênero e feminismo na Economia Solidária partem da consideração da posição das mulheres na sociedade e vão até a contribuição do pensamento feminista na construção de outro paradigma de economia. (NOBRE, 2003).

Nessa perspectiva, a inserção do pensamento feminista numa comunidade quilombola, que desenvolve suas atividades produtivas num modo de produção alternativo ao Capitalismo, se faz necessário, pela pouca ou nenhuma compreensão das propostas e objetivos feministas, uma vez que a mulher pela flexibilidade que possui de conciliar o trabalho reprodutivo (cuidados com filhos e com o ambiente doméstico) e produtivo geração de renda, acaba por gerar uma sobrecarga para a mulher, reforçando, dessa forma, a exploração da mulher que é típico do sistema capitalista. Ficando parte do seu trabalho

invisível ou pouco reconhecido, já que o trabalho na economia solidária é desenvolvido quase sempre no ambiente doméstico ou nos arredores da comunidade. (NOBRE, 2003).

Na comunidade de Itamatatiua as mulheres têm acesso a oficinas e palestras, conhecimento levado por pesquisadores e extencionistas que desenvolvem seu trabalho e têm a comunidade como campo de pesquisa e atuação. O NEGESF – Núcleo de Estudo sobre Gênero, Sexualidade e Família, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ao qual a presente pesquisa está vinculada promoveu como atividade parte deste trabalho atividades em que foram desenvolvidas noções sobre empoderamento, feminismo, feminicídio, divisão sexual do trabalho, questões de gênero, dentre outros. Tal intervenção produziu nas mulheres conhecimentos sobre seus direitos, formas de defesa e proteção, além do conhecimento de legislação específica e de órgãos de defesa da mulher. O contato das mulheres dessa comunidade com o Feminismo desmistificou a má impressão repassada pela cultura machista e patriarcal, uma vez que, desde quando surgiu o conceito de Feminismo, foi ele deturpado por uma série de preconceitos e aspectos negativos que não correspondem à realidade. Santos (2015), afirma que o objetivo do movimento feminista é simples: alcançar uma sociedade em que homens e mulheres tenham direitos iguais, ou seja: sem hierarquia de gênero. “O feminismo é necessário, não apenas para que as mulheres tenham direitos iguais, mas também para que possam ser respeitadas em sua humanidade”.

Vivemos em um país machista e com herança do patriarcalismo, no qual as mulheres<sup>19</sup> são oprimidas em todas as esferas sociais e estão em desvantagem em relação aos homens. Os indicadores são irrefutáveis. Santos (2015) afirma que basta citar, por exemplo, o Relatório Global de Desigualdade de Gênero, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial no final de 2015, que aponta a disparidade salarial entre homens e mulheres no Brasil. Para cumprir o mesmo trabalho, com as mesmas funções e qualificações, as mulheres ganham 41% a menos.

Outro dado relevante apontado por Santos (2015) é a violência contra a mulher que também é uma realidade. De acordo com o Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, construído com base em informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, a agressão doméstica e familiar é a principal forma de violência letal praticada contra as mulheres no país. Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, comprovou-se que 50,3% foram cometidos por familiares, sendo a maioria desses crimes (33,2%) atribuída a parceiros ou ex-parceiros.

---

<sup>19</sup> Em plena contemporaneidade ainda tratadas como objeto, “posse” do homem. Aliás, no mundo urbano também.

De acordo com Santos (2015, p.42), o movimento feminista existe para reduzir as desigualdades que resultam de uma mentalidade machista:

Ainda assim, é um desafio pensar que somos mulheres, mas – apesar disso – não somos iguais. Uma mulher negra, por exemplo, além de ser vítima do machismo, sofre com o racismo<sup>20</sup>. Não é possível falar de gênero, sem incluir classe e cor de pele, já que o próprio racismo cria uma hierarquia de gênero, colocando a mulher negra em situação de maior vulnerabilidade social. O racismo indica classe, coloca a população negra em desvantagem. Não é possível lutar contra um tipo de opressão e fomentar outro. É alimentar a mesma estrutura.

Além de tratar das questões relativas às mulheres, Santos (2015) aponta para uma questão central da desigualdade social e de gênero: o reconhecimento das condições de existência e de resistência da mulher negra em um país ainda racista ao extremo. Essa realidade foi retratada no depoimento de dona Neide de Jesus (comunidade de Itamatatiua, set. 2019):

Houveram alguns casos de violência doméstica na comunidade, mas após as mulheres assistirem as palestras ministradas pelo grupo NEGESF da UEMA, as mulheres aprenderam a se defender dos homens e denunciar as agressões e então, já não se ouviu mais falar de homem batendo em mulher na comunidade.

O que observamos no depoimento descrito a cima pode estar relacionado à naturalização da violência contra a mulher, já que durante as atividades de pesquisa na comunidade foram dados vários depoimentos de violência e até mesmo feminicídio envolvendo as mulheres e familiares da comunidade de Itamatatiua. Para Santos e Oliveira (2010, p. 2), historicamente tem se identificado uma apropriação e poder de dominação dos homens sobre as mulheres<sup>20</sup>, conforme as autoras afirmam:

Historicamente, identifica-se uma maior apropriação pelos homens do poder político, do poder de escolha e de decisão sobre sua vida afetivo-sexual e da visibilidade social no exercício das atividades profissionais. Este é um processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos. Poder e visibilidade são construtos históricos, determinados na e pelas relações sociais.

Destarte, as relações de gênero na comunidade perpassam por relações de dominação, violência e opressão sofridas pelas mulheres, podendo chegar até ao feminicídio. As mulheres ainda não possuem clareza suficiente sobre os tipos de violência doméstica e intrafamiliar ou que até mesmo tenham sido naturalizados. Pois precisam entender que puxar cabelo, xingar ou danificar algo que pertença à mulher caracterizam violência física, psicológica e patrimonial respectivamente.

---

<sup>20</sup> Parece que, na ruralidade, esse “domínio” é total.

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre mas também as relações em que se constrói e efetua. A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados(as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados. (BRASIL, 2001, p. 15)

Assim a violência intrafamiliar pode ocorrer dentro ou fora do ambiente familiar praticado por pessoas com grau de parentesco ou que assumam lugar de parente, como padrasto /madrasta/enteado, enquanto que a violência doméstica engloba outros membros sem função parental, como cuidadores, empregados, agregados que convivem ou visitam o ambiente familiar, assume tipos diversos, a saber:

A violência intrafamiliar pode se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade. Estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de um sequência crescente de episódios, do qual o homicídio e a manifestação mais extrema. Violência física pode ser manifestada de várias formas: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos[...]Violência sexual é toda a ação na qual uma pessoa em relação de poder e por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga uma outra ao ato sexual, ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual. Violência psicológica, omissão que causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização[...]Violência patrimonial são atos destrutivos ou omissões do (a) agressor(a) que afetam a saúde emocional e a sobrevivência dos membros da família. Inclui: roubo, destruição de bens pessoais ou conjugal (residência, móveis e utensílios domésticos) recusa de pagar a pensão alimentícia ou de participar nos gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar. (BRASIL, 2001, p. 19-21).

Apesar de toda essa realidade de violência que perpassa a vida das mulheres da comunidade de Itamatatua, elas ainda representam uma forte liderança, e se tornaram um referencial em termos de organização e resistência, conforme observado por Reis (2010, p.134):

Há de se ressaltar que o comando do gênero feminino em Itamatatua não é recorrente em outras comunidades quilombolas de Alcântara e do Maranhão. Em diversas regiões do estado, ao contrário de Itamatatua, são os homens que coordenam os sítios quilombolas, organizando-se social e politicamente.

Em relação a atuação dessas mulheres, dona Canuta moradora da comunidade e membro da associação de mulheres relatou em seu depoimento que “Nós é que somos do garra, e os homens fica tudo ôh... e nós ôh é que tem que enfrentar!”. Assim, nesta fala esta Senhora reforçou as atitudes de enfrentamento que as mulheres precisam assumir em relação

aos homens, que em geral se acomodam, diante dos problemas e necessidades cotidianas dessas famílias e da própria Comunidade.

A atuação de liderança e participação das mulheres da comunidade de Itamatatua que demarcam os espaços de conquistas é verificado na fala da entrevista dona Neide que relatou a associação de mulheres da comunidade como uma importante aliada no sentido de fortalecer o processo produtivo e acesso a conquistas para a comunidade. E ainda que a sede da Associação da Produção de Cerâmica foi construída com ajuda de entidades públicas e privadas, inaugurando uma fase que marcou a fabricação coletiva da cerâmica na vida das mulheres, que deixam o espaço privado, onde era produzida a cerâmica de forma individual, para se reunirem em um espaço coletivo que atrai públicos nacionais e internacionais para aquisição desses produtos, conforme já mencionado nesse trabalho. Em seu depoimento dona Neide descreveu a fase anterior à fundação e construção da sede da Associação:

Não tinha nada aqui na Comunidade, só uma casinha de taipa, tinha só duas casinha de telha, não tinha estrada, era só caminho, tipo caminho da roça mesmo, sabe? não vinha ninguém assim de fora pra cá[...] Eu só escuto os mais velho dizendo que aqui não tinha nada, não tinha movimento de nada, era só o fazimento de louça, a cerâmica, mas cada qual fazia nas suas casas. Aí teve uma moça de São Luís que veio e disse pra gente fundar uma Associação, aí a gente não sabia como, aí a gente convidou Pedro, aí a gente fundou essa Associação. (DONA NEIDE DE JESUS, Comunidade de Itamatatua, set. 2019)

Conforme se observa com base no relato de dona Neide a criação da associação nasceu da união das mulheres e contribuição de pessoas externas a comunidade e dentre as principais razões que motivaram essas mulheres a criar essa associação dona Maria José relata:

A gente fundou essa Associação porque a gente via que em outros lugares para conseguir uma coisa era só através de Associação. Se a gente não tiver uma Associação não tem como trazer nenhum projeto pra Comunidade da gente. Com a Associação a gente é mais unido, tá discutindo os problemas da nossa Comunidade. A gente arranja tempo pra se reunir, discutir o que tá faltando na Comunidade porque a gente só, até sabe, mas sozinho não se resolve nada. Com a associação é mais dipressa pra gente levar os problemas da comunidade a algum órgão, ficar mais visto também. (DONA MARIA JOSÉ, comunidade de Itamatatua, set. 2019).

Conforme se observa com base na fala dessas mulheres, foi relatado com grande entusiasmo a importância da criação dessa associação em suas próprias vidas e para a comunidade. As mulheres da comunidade de Itamatatua lutam e resistem frente a inúmeras necessidades inerentes ao seu cotidiano, conciliam em grande parte suas atividades frente à Associação com os labores domésticos, da roça, e como chefe de suas famílias. A luta dessas mulheres assemelha-se à resistência que impregna a história das mulheres africanas. Segundo Werneck (2010, p. 14):

[...] a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e pouco considerado.

Dessa forma, as práticas associativas são inerentes ao contexto e cotidiano das mulheres da comunidade de Itamatatiua, além do espaço físico servir para elas se reunirem para discutir, refletir e buscar soluções conjuntamente para os problemas enfrentados pela comunidade e pelas próprias mulheres. Cada mulher já consegue perceber a importância de seu trabalho com a cerâmica e a satisfação gerada nas pessoas que adquirem suas peças, além de se sentirem valorizadas, como se percebe na fala da dona Neide (Comunidade de Itamatatiua, set. 2019):

É bom porque antes nós só trabalhava na roça, e não dava pra gente se manter e depois que começamos a trabalhar com a cerâmica, a roça é só pra ajudar na alimentação da família, nossa maior renda vem dos trabalhos com a cerâmica, aí eu me sinto valorizada, tenho uma profissão, sou artesã.

Nesse contexto, dona Neide expressou em seu depoimento a satisfação de seu trabalho realizado por meio da cerâmica como forma de geração de renda em detrimento da agricultura familiar, quando ela informou que a roça somente contribui para a alimentação da família.

De acordo com Pereira; Santos e Barreira (2016), esses recursos são derivados da luta diária das mulheres da comunidade de Itamatatiua frente a inúmeras necessidades inerentes ao seu cotidiano. As mulheres, em grande parte, conciliam suas atividades frente à Associação com os labores domésticos, da roça, e como chefe de suas famílias. Cabe ressaltar que, conforme observado nas entrevistas durante o trabalho de campo e também na observação direta, a comunidade não possui creche, o que dificulta ainda mais o trabalho das mulheres.

Nesse sentido, dentre as demandas que são encaminhadas à presidenta da Associação está a busca por projeto de construção de uma creche na comunidade e que se constitui uma bandeira de luta das mulheres, conforme referiu Alessiane de Jesus (mar. 2019, Comunidade de Itamatatiua/Alcântara) presidenta da Associação de mulheres de Itamatatiua:

As principais demandas que geralmente são encaminhadas para a associação são: a organização e funcionalidade dos bens da própria comunidade, tais como: um instrutor para o telecentro que possui dez computadores; uma pessoa responsável para gerenciar a pousada; Além de solicitarem uma creche, um posto de saúde e também um ponto de venda na BR, ramal de acesso a comunidade.

A produção de peças de cerâmicas, caracterizado como trabalho produtivo desenvolvido por essas mulheres, empreendimento da economia solidária, funciona como uma importante estratégia de geração de trabalho e renda e de inclusão social, frente à realidade atual de divisão sexual de trabalho desigual que essas mulheres vivenciam. As

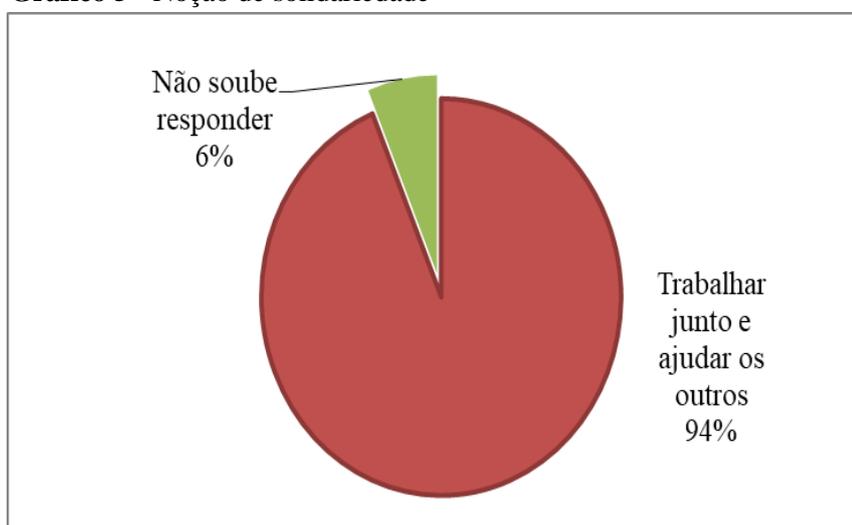
mulheres buscam desta forma a emancipação na construção de uma alternativa economia social e solidária, diante das desigualdades apresentadas na divisão sexual do trabalho.

As mulheres da comunidade de Itamatatuiua, mesmo sem entender formalmente a que se propõe a economia solidária, já atendiam aos princípios desse novo formato de fazer economia, no desenvolvimento de suas atividades, uma vez que, antes de terem conhecimento desse conceito, já lançavam mão da solidariedade, cooperação, troca de experiência e de serviços, conforme afirma Ferreira e Grijó (2009, p. 28):

Itamatatuiua parece ainda estar distante desta vida pós-moderna. As relações sociais estão baseadas no coletivo, na cooperação e, com a instalação da energia [...] Por conta do baixo poder aquisitivo da população, cerca de 38% das famílias possuem aparelho de televisão e isso faz com que se estabeleça o hábito solidário de assistir à televisão, criando grupos para discutirem os acontecimentos veiculados.

Conforme afirma Ferreira e Grijó (2009), a solidariedade e a cooperação entre os moradores da comunidade vão além dos assuntos relacionados ao trabalho, alcançando também o entretenimento. Pois, mesmo tendo conquistado a energia elétrica para a comunidade, nem todos os moradores puderam adquirir um aparelho de televisão, por esta razão, conforme observado durante o trabalho de campo, até os dias atuais, é comum ver-se na comunidade grupinhos formados em algumas casas assistindo juntos à televisão e aproveitando para discutir os temas tratados nos programas e telejornais. Para as mulheres do empreendimento, solidariedade é trabalhar junto, um ajudando o outro, hábito muito utilizado não somente no trabalho com a cerâmica, mas, também na agricultura de subsistência com a troca de serviços e o compartilhamento de experiências, conforme se observa com base no gráfico 5:

**Gráfico 5** - Noção de solidariedade



**Fonte:** Dados da pesquisa (2018/2019)

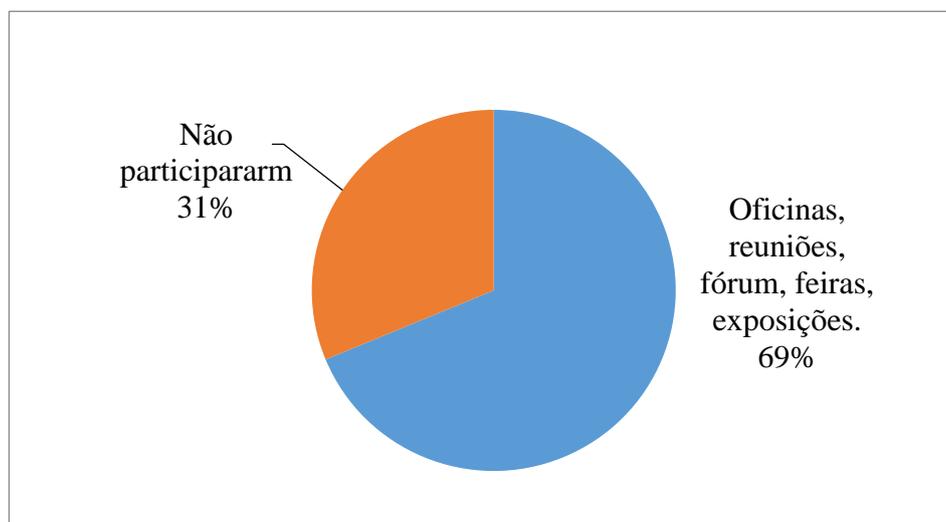
Dessa forma, pode-se depreender que o conceito surgiu a partir das práticas já desenvolvidas pelas comunidades tradicionais e rurais. Nesse contexto a Comunidade de Itamatatiua desenvolve suas atividades no ramo do artesanato, utilizando a argila como matéria prima na confecção de cerâmica. Segundo Pereira (2018, p.86), o valor recebido pelas ceramistas é insuficiente para o sustento das famílias, precisando ser complementado com benefícios sociais e produtos provenientes da agricultura familiar. Contudo, é por meio da associação que as mulheres tiveram acesso a Programas, serviços e benefícios governamentais para a comunidade, conforme se observa no depoimento de D. Ângela (comunidade de Itamatatiua, set. 2019):

Essa cerâmica é muito importante pra gente, minha avó criou todos os filhos fazendo cerâmica, minha mãe também, eu já criei os meus. Com essa cerâmica a gente já tem a associação, a casa de farinha, a pousada, o poço, então a gente entende que é uma coisa muito boa pra gente.

De acordo com Pereira (2018, p. 87), as mulheres têm feito desse ofício uma tradição que remonta há mais de três séculos na localidade, como um insigne elemento que as projeta para o mundo, valoriza a história do povoado por agregar valor material e simbólico e possibilita conquistas por meio da organização da Associação de Mulheres de Itamatatiua.

Através do centro de cerâmica elas são convidadas a participar de eventos que envolvem palestras e oficinas que visam orientar e capacitar as mulheres com temas voltados para a economia solidária, entretanto, foi percebido durante o trabalho de campo que nem todas tiveram a oportunidade de participar, conforme demonstra o gráfico a seguir.

**Gráfico 6** - Participação das mulheres em eventos da Economia Solidária



**Fonte:** Dados da pesquisa (2018/2019)

Dentre os temas discutidos nesses eventos está a preocupação em preservar o meio ambiente, que é outra luta defendida pelas mulheres de Itamatatiua, pois esta se constitui uma característica marcante da Economia Solidária observada no trabalho com a cerâmica, a responsabilidade e preocupação com o meio ambiente e com a renovação dos recursos naturais, presentes no uso consciente dessa importante fonte de matéria-prima, conforme explicou dona Heloisa (Quilombola, e artesã, set. 2019, Comunidade de Itamatatiua):

Com o período chuvoso intenso o campo encheu e dificultou a extração da argila, a última coleta foi realizada em dezembro de 2017. Para a argila se refazer, realiza-se a extração uma vez por ano, e armazena. Com a extração realizada em 2017, trabalhou-se em 2018, a extração de 2019, ainda não foi realizada, devido ao período chuvoso. Como o campo encheu, em 2019 a extração da argila, está sendo realizada nas extremidades do lago, para não parar com a produção de cerâmica. A previsão para extração de uma maior quantidade é no mês de novembro de 2019, quando as chuvas diminuïrem e o lago secar.

Dessa forma observam-se claramente os cuidados e preocupação do empreendimento em manter essa fonte de matéria prima tão importante para essa atividade. Cabe reiterar que a coleta é realizada cuidadosamente pelas mulheres mais experientes e em pontos estratégicos do lago. Conforme Amazonia Real (2015, p. 2), a extração do barro nessa comunidade é controlada pelas mulheres, que o retiram de diferentes partes do campo e fazem uma espécie de “rodízio “para dar tempo de descanso e recuperação às áreas de uso recente”.

É importante ressaltar que, após a criação e registro formal da associação, o centro de produção de cerâmica foi reconhecido e mapeado como empreendimento econômico solidário formal, o que facilitou o acesso ao apoio das diferentes entidades de apoio e política pública de Economia Solidária. No que diz respeito à geração de renda, seus produtos são comercializados em vários pontos de vendas conquistados através da luta e busca realizada pelas mulheres: na cidade de Alcântara, exposições em feiras, dentre outros, conforme relatou dona Heloisa (comunidade de Itamatatiua, set. 2019) em seu depoimento

Antes da associação e do centro de cerâmica, cada mulher fazia as peças sozinhas e vendia em casa mesmo ou saia pra vender nas comunidades vizinhas. Aí depois que registramos a associação e construímos a sede e o centro de cerâmica, tivemos um lugar pra fazer a cerâmica junto e uma ensinar o que sabia para as outras. Também tivemos um lugar pra colocar a nossa cerâmica pra venda. Daí veio o SEBRAE, professoras da UFMA e da UEMA, e sempre tava vindo gente ensinar algumas coisa pra nós aqui. Ai o SEBRAE ensinou a gente a botar preço na cerâmica, a gente tinha vergonha de oferecer nossos produtos, o SEBRAE ensinou a gente a vender as peças, o que dizer sobre as peças [...] E hoje nos tem uma lojinha lá em Alcântara, tem também o nosso espaço de venda lá no CRESOL em São Luís e a gente vende também nas feiras que a gente é convidada.

O relato de dona Heloisa deixou clara a importância da criação do centro de cerâmica e da associação para a vida dessas mulheres, que deixaram de produzir em suas

próprias casas para se organizarem em um espaço coletivo de troca de saberes, fato confirmado também por Cestari et al. (2014, p. ??):

A venda dos produtos que antes eram feitas nas próprias casas, na tradicional festa de santa Tereza e também eram levadas através de barco ou animais à outras comunidades. Hoje, além de haver a possibilidade de escoamento dos produtos por variados meios de transporte (carro e ferry boat), a venda ocorre no centro de produção, em loja existentes no Município de Alcântara e em feiras de artesanatos.

Com a fundação da Associação e o apoio de entidades públicas e privadas as mulheres conquistaram a construção do centro de produção de cerâmica que atraem turistas e outros visitantes durante todo o decorrer do ano, porém o maior volume de vendas acontece durante o festejo de Santa Teresa no mês de outubro, razão pela qual as produtoras aumentam a produção para aguardar a clientela que frequenta o festejo e que sempre aproveita para levar uma lembrança da comunidade, conforme a figura a seguir:

**Figura 8** – Fachada do Ponto de Venda – Centro de Produção de Cerâmica



**Fonte:** autora, 2019

Outro espaço de comercialização conquistado pelas artesãs de Itamatatiua é o Centro de Referência Estadual de Economia Solidária – CRESOL, localizado no Centro Histórico de São Luís, conforme mostra a figura adiante:

**Figura 9** – Fachada dos Pontos de Venda - CRESOL



**Fonte:** Autora (2019)

Com os mapeamentos dos empreendimentos econômicos solidários ocorridos em cada Estado da federação, os grupos produtivos além de ficarem visíveis na base de dados do sistema nacional de economia solidária, eles também são publicados em cartilha que faz a divulgação não somente dos empreendimentos, mas também dos produtos produzidos por eles. (BRASIL, 2014).

Além da cartilha lançada em 2014 pela Universidade Federal do Maranhão, que traz os resultados da pesquisa de mapeamento realizada de 2009 a 2013, o Centro de Referência Estadual de Economia Solidária é mais uma ação pública fruto da reivindicação dos trabalhadores (as) e que nasceu com a missão de expor a produção dos diversos tipos de empreendimentos para venda, abrir espaços para discussão, capacitação, negociação com a clientela e articular encomendas para os empreendimentos.

Os artefatos de cerâmica da comunidade de Itamatatua também são repassados para eventos acadêmicos e exportados para alguns países da Europa, para isso, as produtoras contam com apoio de assessoria das entidades de apoio e fomento a Economia Solidária, nesse aspecto o CRESOL foi criado por reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras de ECOSOL conforme relata a representante do poder público no comitê gestor do CRESOL, Maria Luísa Mendes (Jun. 2019, São Luís/MA):

O CRESOL existe há um ano, e se concretizou a partir de uma demanda do movimento da Economia Solidária. Desde 2012, já havia esta reivindicação da criação de um centro de referência e foram conquistados os equipamentos a partir do projeto Maranhão Mais Justo, em que o estado deveria garantir o espaço físico. (Maria Luísa, representante do poder público no comitê gestor do CRESOL.

Dessa forma observamos que o CRESOL foi criado a partir da luta dos trabalhadores e trabalhadoras da ECOSOL por um espaço para expor seus produtos para comercialização, conforme expõe Maria Luísa (jun. 2019 São Luís/MA):

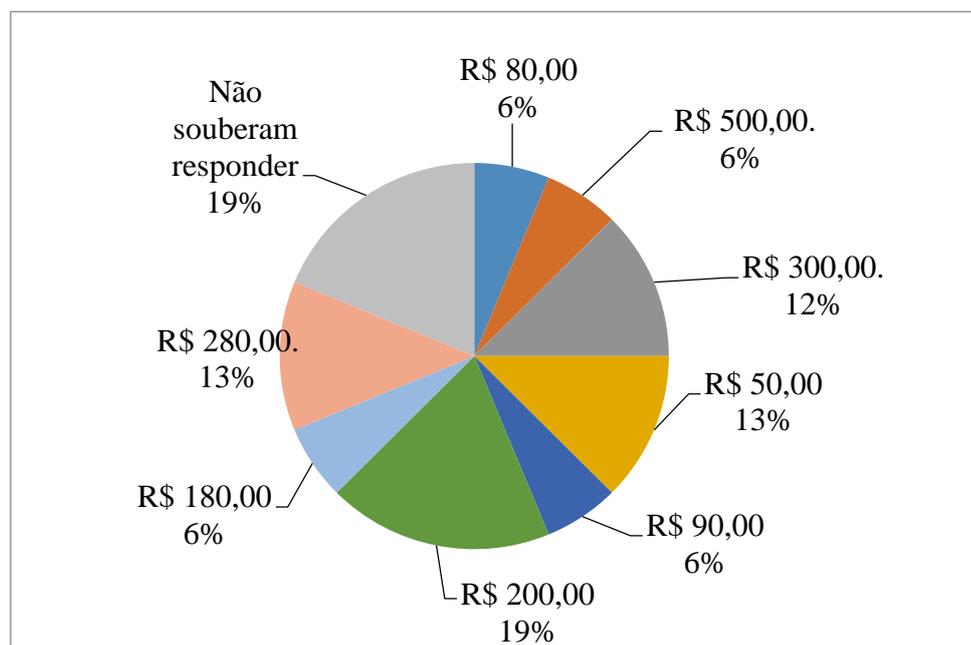
Na escuta territorial de São Luís o movimento da Economia Solidária conseguiu conquistar o Centro de Referência territorial, porém, como já tínhamos o projeto para equipar o centro estadual entramos em negociação para pegar o que seria metropolitano que era o espaço e juntar com os equipamentos e transformar tudo em um centro estadual, mas que não se limita somente ao espaço físico, é também um instrumento de convergência e interação dos vários territórios.

Para a coordenadora Maria Luísa Mendes, o CRESOL representa muito mais que um espaço de comercialização, uma vez que o EES tem um espaço de representação, exposição e comercialização na capital, para fazer articulação fechar contratos e encomendas.

Em relação ao escoamento da produção, a principal clientela são os turistas, os proprietários de hotéis, pousadas e resorts, decoradores, pessoas envolvidas com trabalhos em jardinagem e paisagismo.

A luta das artesãs de Itamatatiua não se limita somente à produção e comercialização dos artefatos de cerâmica, uma vez que as integrantes do empreendimento participam de diversos eventos como: feiras de economia solidária, inclusive com exposição dos produtos para venda, Fórum de Economia Solidária, Marcha das Margaridas, Movimentos Sociais e feministas, Conferências de Políticas Públicas, Movimentos dos atingidos por Barragem, dentre outros. De acordo com as mulheres entrevistadas tais participações lhes permitem o acesso a informações, capacitação e empoderamento.

Segundo a presidenta da associação, Alessiane de Jesus, hoje as famílias, que residem na comunidade de Itamatatiua, sobrevivem da pesca, da agricultura, do extrativismo e da produção artesanal da cerâmica, sendo esta última considerada a atividade de geração de renda mais importante da comunidade. No entanto, de acordo com o gráfico 7, a renda obtida mensalmente pelas mulheres é insuficiente para o sustento das famílias.

**Gráfico 7** - Demonstrativo de renda mensal das mulheres do empreendimento

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018/2019)

Segundo a participante da pesquisa, dona Canuta, há uma redução das vendas no período chuvoso, devido diminuir a visitação dos turistas e visitantes à comunidade e que durante o festejo realizado anualmente em outubro as vendas aumentam e também no período de estiagem, por esta razão os valores recebidos entre as produtoras de cerâmica oscilam, conforme observado no gráfico a cima.

Outro fato observado durante o trabalho de campo é que a produção e a comercialização dos artefatos de cerâmica são realizadas de forma individual, ou seja: cada mulher produz as suas peças e recebe o valor referente às suas peças comercializadas. Porém compartilham os espaços de produção, comercialização e queima da cerâmica no forno de barro.

Foi observado também que a produção de cerâmica, o tambor de crioula, e outros hábitos e costumes como o festejo católico são considerados como manifestações de expressão, resistência e lutas que refletem as experiências da realidade de Itamatatua.

É importante ressaltar que a produção da cerâmica é realizada de forma comunitária e familiar, organizada exclusivamente pelas mulheres do empreendimento. A argila é coletada cuidadosamente pelas mais experientes no entorno da comunidade, em seguida é transportada até o centro de produção. Durante o processamento o barro é peneirado, molhado e misturado a areia branca para ser amassado, Ferreira e Grijó (2009). Conforme demonstra a figura adiante.

**Figura 10** – Processo de produção da cerâmica

Fonte: Autora, 2019

As mulheres têm papel predominante desde a coleta de matéria prima até a confecção do produto final, conforme exposto pela participante Heloisa e finalmente se transformar em potes, panelas, pratos, bilhas, canecas, jarros, farinheiras e muitos outros produtos, de acordo, com a figura adiante.

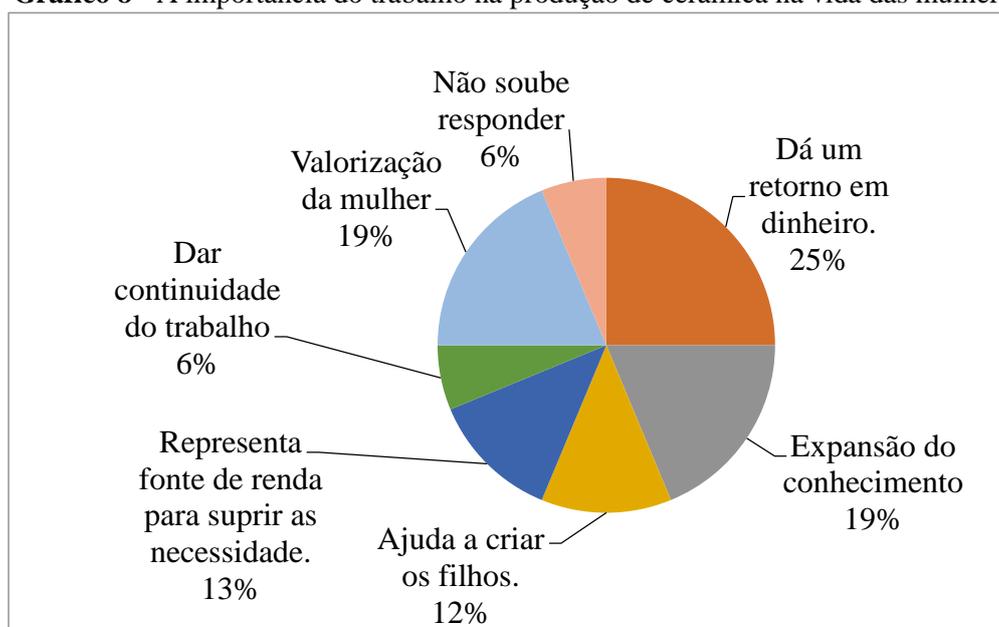
**Figura 11** – Artefatos de Cerâmica

Fonte: Autora, 2019

A produção é comunitária e as mulheres da Associação já conseguem perceber a importância da organização desse trabalho e as consequências que este trás para a melhoria da

qualidade de vida da comunidade. A sede da Associação serve, ainda, como ambiente para a transmissão das tradições locais, como as histórias, lendas e anedotas que são ensinadas de geração em geração, caracterizando, portanto, um autêntico EES, conforme se observa no gráfico abaixo. (GRIJÒ, 2008).

**Gráfico 8** - A importância do trabalho na produção de cerâmica na vida das mulheres



**Fonte:** Dados da pesquisa (2018/2019)

Importa ressaltar que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a luta e desejo dessas mulheres é de permanecer na comunidade juntamente com suas famílias, desenvolvendo suas atividades produtivas, para tanto necessitam de apoio das políticas voltadas a esse segmento. A luta pela continuidade do trabalho, igualdade de gênero e na divisão sexual do trabalho, bem como seu protagonismo no poder político local, fazem parte de sua identidade e cultura que herdaram de seus ancestrais.

Portanto, a bravura dessas mulheres está pautada no acesso ao título da terra que compõe o território de Santa Teresa, para poder continuar tendo acesso a argila, principal matéria prima de seu trabalho para a geração de renda da comunidade, O acesso às Políticas Públicas como a construção de uma creche, em razão do trabalho por meio da economia solidária, pois as mulhres não possuem um espaço na comunidade para deixarem as crianças enquanto trabalham na produção de cerâmica, a construção de um posto de saúde, projetos de capacitação e geração de renda, acesso ao crédito e assistência técnica, além da melhoria no transporte e na estrada do ramal de acesso à comunidade para o escoamento da produção, são, portanto, pleitos legítimos. Assim, a construção de Políticas Públicas voltadas a esse segmento é uma necessidade e dever do Estado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir Economia Solidária em uma sociedade capitalista, marcada pela exclusão sócio-política, cultural e ambiental, em um ambiente onde as relações sociais são caracterizadas pelo individualismo, em que a riqueza se concentra nas mãos de uma minoria, em detrimento da pobreza e miséria de milhões de pessoas, as quais se encontram abaixo da linha da pobreza, não se constitui tarefa fácil, uma vez que envolve fatores econômicos, políticos, culturais, sociais dentre outros.

Entretanto, esse contexto de exploração pode ser alterado quando os trabalhadores e trabalhadoras tomam consciência do processo ao qual estão submetidos; ao reconhecerem o papel de sujeito de suas histórias, e resolvem buscar juntos alternativas a esse quadro de precarização do mundo do trabalho.

Nesse sentido, historicamente foram observados inúmeros movimentos da classe trabalhadora que uniram forças para lutar contra as mazelas causadas pelo modo de produção capitalista, ao mundo do trabalho.

Uma das respostas à crise do trabalho, encontrada pelos trabalhadores (as) atingidos, foi a formação de cooperativas, associações, grupos informais de trabalho, dentre outros, para, mediante o trabalho coletivo, gerar renda para seus sócios.

Dessa forma, as expressões da Economia Solidária são vistas numa perspectiva de resistência, por se situar no universo das lutas sociais, contra as imposições do modo de produção vigente, buscando-se através da organização dos trabalhadores e trabalhadoras, a apropriação coletiva dos seus meios de produção.

É importante destacar que, ao serem analisadas as lutas e resistências das mulheres da comunidade de Itamatatua, no contexto da Economia Solidária, nos foi permitido alcançar relevantes constatações acerca do efeito que essas mulheres produzem para o desenvolvimento local por meio do trabalho de produção de cerâmica e sua organização associativa em área rural, marcadas por deficiências em políticas públicas. A revisão da literatura, também permitiu ampliar o conhecimento sobre o objeto investigado, abrangendo conceitos e históricos sobre dessa comunidade quilombola e suas necessidades cotidianas. Nesse levantamento, constatou-se, ainda, que as ações públicas direcionadas a esse segmento não são suficientes para o atendimento de suas necessidades.

No que se refere aos objetivos traçados para o alcance dessa empreitada, considera-se que foram eles atendidos, na medida em que as formas de lutas e resistências das mulheres da comunidade de Itamatatua no contexto da Economia Solidária foram

identificadas, (primeiro objetivo). Podendo-se afirmar, em síntese, que, de acordo com as mulheres entrevistadas, se constitui bandeira de luta a busca pela titulação da terra, a inserção das novas gerações no trabalho com a cerâmica, a busca por projetos e cursos de capacitação para os jovens da comunidade, e a luta por acesso a serviços e programas sociais por meio da associação para a comunidade.

Quanto ao segundo objetivo, caracterizar a hegemonia do atual modelo socioeconômico e a inserção das mulheres da comunidade no mundo do trabalho via Economia Solidária: foi observado durante a pesquisa que o modo de produção capitalista é excludente e marginaliza grande parte da população e principalmente as mulheres, e quando se fala de mulheres negras a situação se agrava ainda mais. Assim, as mulheres de Itamatatua buscaram a inserção no mercado de trabalho por meio do modo alternativo ao Capitalismo, a saber, a Economia Solidária, através do trabalho associativo.

Em resposta ao terceiro objetivo, analisar as formas de organização política das mulheres da comunidade de Itamatatua e sua contribuição para o desenvolvimento local, durante a pesquisa de campo, observação sensível e as entrevistas realizadas, foi possível perceber que as mulheres que trabalham ativamente no trabalho com a cerâmica e que são vinculadas à associação de mulheres formam a liderança e detêm o poder político local, porém a política externa, voltada para o processo de titulação da terra, elas delegam a uma comissão formada por três homens que também são membros associados na associação de mulheres.

É notório que a sobrecarga de trabalho, a qual essas mulheres estão submetidas dentro da comunidade, pode estar impossibilitando-as de se envolver com a política externa, a qual exige poder de decisão nas questões envolvendo o processo de titulação da terra.

Contudo, é importante destacar que a criação da associação de mulheres se constitui um importante instrumento de conquistas para o desenvolvimento local, pois é por meio dela que a comunidade alcança os Programas governamentais e o acesso às Políticas Públicas, como PAA, MCMV, acesso à água potável e energia elétrica, além de projetos como a construção da sede da associação e do centro de produção de cerâmica, construção da pousada de Santa Teresa, projeto de instalação de um centro de Informática na comunidade, dentre outros.

No entanto, as necessidades dessa comunidade vão além, pois demandam serviço de educação, como creche, um posto de saúde na comunidade, além da construção da estrada para melhorar o acesso à comunidade e ao escoamento da produção, dentre outras reivindicações.

Atualmente, o Empreendimento Econômico Solidário, constituído, pelas mulheres da Comunidade de Itamatatiua, denominado de grupo produtivo desenvolve suas atividades com a cerâmica, atendendo aos princípios da Economia Solidária. Ao analisá-lo, conclui-se que suas práticas são desenvolvidas com autogestão, solidariedade, respeito ao meio ambiente, e não foi observada a exploração do homem pelo homem. Tais práticas, então, a diferenciam de uma empresa capitalista e ao caracterizam como sendo um autêntico empreendimento econômico solidário. Embora que a atividade com a cerâmica se constitua principal fonte de trabalho e renda da comunidade, percebeu-se que os valores recebidos pelas artesãs ainda são mínimos e insuficientes, para o sustento de suas famílias, necessitando ser complementado com benefícios governamentais, aposentadorias rurais e agricultura familiar.

Entretanto, o volume de trabalho ao qual as mulheres da comunidade estão submetidas expressa desigualdades nas relações de gênero e na divisão sexual do labor, em razão da flexibilidade que a mulher possui de desenvolver dupla ou tripla jornada, materializadas no trabalho reprodutivo (cuidados com a família e com o ambiente doméstico) e produtivo (geração de renda no trabalho com a cerâmica, criação de animais e agricultura familiar), e isto tem causado uma sobrecarga para elas.

Detectou-se, ainda, a existência do poder político local exercido pelas mulheres, no qual a comunidade de Itamatatiua, em Alcântara, possui uma prevalência de liderança feminina, que é responsável pela principal renda da comunidade, o trabalho com a cerâmica, assim como a manutenção da pousada da comunidade. A criação da associação de mulheres, fundada por dona Neide, uma das líderes da comunidade, tem proporcionado o desenvolvimento local, possibilitando por meio dela o acesso a serviços e benefícios sociais. O trabalho dessas mulheres, além de ser humilde, representa a comunidade dentro e fora do país, em razão desses artefatos levarem a marca da comunidade e traduzir a história de luta e resistência dessas artesãs.

Dentro do centro de cerâmica há uma divisão social de cargos para facilitar a autogestão do empreendimento, como tesoureira, fiscal, presidente, vice-presidente etc. Segundo as líderes, essa divisão proporciona a melhor gestão do trabalho associativo, e no trabalho produtivo cada mulher tem sua especialidade; as mais novas são responsáveis pelas peças pequenas e as mais velhas, por peças mais difíceis de produzir.

A pesquisa de campo demonstrou também que a comunidade de Itamatatiua enfrenta não somente os problemas políticos externos, mas também problemas que ameaçam sua principal fonte de renda com as cerâmicas, além do êxodo que atinge a comunidade, a dificuldade no transporte da matéria-prima *in natura* e também no escoamento da produção,

em razão da precariedade das estradas e a falta de um ponto de venda na BR 222, local privilegiado de passagem de turistas, além da demora do governo em atender às demandas pautadas pela associação, e também a morosidade na aprovação dos projetos.

Ao final desta investigação, em que não se teve a pretensão de ser conclusiva, deseja-se poder contribuir com reflexões e construções acerca da temática de lutas e resistência das mulheres no contexto da economia solidária. Além disto, sensibilizar nas mulheres de comunidades tradicionais noções sobre divisão sexual do trabalho e empoderamento feminino para que possam utilizar os espaços de poder e denunciar suas condições de sobrevivência que ferem a dignidade humana, além de compartilhar sua história de luta.

Ressalte-se que as Políticas Públicas, sobretudo de Saúde, Educação, infraestrutura e de apoio na geração de trabalho e renda, destinadas a essas comunidades, são em geral insuficientes para atender a suas necessidades. Portanto, faz-se necessária uma atuação mais fortalecida do Estado para atendimento desse segmento da classe trabalhadora para que venha fortalecer a participação e inclusão das mulheres de comunidades tradicionais em suas atividades rurais e de artesanato.

Urge, também, a continuidade das contribuições das diversas categorias de profissionais, Universidades e entidades de apoio a economia solidária, órgãos de classe, Conselhos, Sindicatos, para refletirem e buscarem estratégias, com vistas a atuarem junto a esses grupos, quanto ao empoderamento de comunidades, uma vez que as discussões em torno da questão mostram que a nossa sociedade só se tornará “democrática de verdade” quando essas populações com dificuldades de acesso aos serviços públicos tiverem consciência de sua condição de excluídos e puderem lutar em favor da sua própria autonomia.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 15, Edição Especial, 2016.
- ALENCAR, M. M. T. de. **As políticas públicas de emprego e renda no Brasil**: nova modalidade de intervenção sobre a questão do desemprego no Brasil. 2007.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis editorial, 2007.
- ALVES, Maria do Socorro Valois. **O FUNDEF e a valorização do magistério**: uma análise em municípios pernambucanos. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002 (Dissertação de Mestrado).
- AMAZÔNIA REAL A luta dos remanescentes de quilombos em Alcântara. 2005. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-luta-dos-remanescentes-de-quilombos-em-alcantara>. Acesso em:
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da pré-amazônica maranhense. São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA, 1987.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá.; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: alavancada para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DEITAMATATIUA (Alcântara, Maranhão). **Estatuto**. Alcântara, 1989.
- BARBOSA, Bia. Quilombolas ameaçados por expansão da base de Alcântara. **Carta maior**, São Paulo, 20 jul. 2004. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Quilombolas-ameacados-por-expansao-da-base-de-Alcantara/5/2076>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- BARBOSA, R. N. C. Economia Solidária: estratégia de governo no contexto de desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK. M. C. (org) **Políticas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto editora, 1994.
- BONUMÁ, Helena. **As mulheres e a economia solidária**: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. Trabalho de conclusão de curso Bacharel em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. Atlas da economia solidária no Brasil 2005-2007. Organização da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Seção II da Saúde, Art. 196. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_06.06.2017/art\\_196\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_196_.asp). Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm). Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informação Solidária-SIES. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Organização das cooperativas brasileiras. Lei Nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Brasília, DF, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9867.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9867.htm). Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm). Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. SENAES. **Economia Solidária, outra economia acontece**: cartilha da campanha nacional de mobilização social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. 36p. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/cartilha-32pg-economia-solidaria-fbes-cecip-web-071002.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Sistema de Informações em Economia Solidária-SIES. 2009/2010. v. 1. Guia de Orientações e Procedimentos do SIES. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Financiadora de Estudos e Projetos. Mapeamento da Economia Solidária Maranhão - 2010/2013. São Luís: Gráfica e Editora Linceu, 2014.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BURGESS, R. G. **In the field**: an introduction to field research. London: Allen & Unwin, 1984.

BUTTO, Andréa.; DANTAS, Conceição.; HORA, Karla.; NOBRE, Miriam.; FARIA, Nalu.

(orgs). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. São Paulo: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2014. 132 p.

BUTTO, Andrea.;DANTAS, Isolda. **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA 1. ed. Brasília, 2011, p. 14.

CARDOSO, Andrezza Ethyenne Rocha.; PINTO, Neuzeli Maria De Almeida. Movimento de mulheres rurais: participação política, trabalho e grupos produtivos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 57724-57741 ago. 2020.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Cooperativismo**: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho. Belo Horizonte: Fundec, 1981.

CASIMIRO, I. M. **Empoderamento econômico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local**. Maputo: Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane, 2010.

CATTANI, A. D. (org.). **A Outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CESTARI, Glauba Alves do Vale.; GUIMARÃES, Marcio J. Soares.; CARACAS, Luciana Bugarin.; SANTOS, Denilson Moreira. **Saberes tradicionais e interações na produção de artefatos cerâmicos na comunidade quilombola de Itamatatiua – MA**. 11 Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFEES. **Revista Inscrita** (ISSN 1415 – 0921) Ano VIII – Nº XII - novembro de 2009.

CHOARY, Antônio César Costa. **Alcântara vai para o espaço**: dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. São Luís. Ed. UFMA-PROIN. 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. **Anais**. Brasília: 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. **Anais**. 2010.

COSTA, Cândida da. **Relatório de mapeamento dos empreendimentos econômicos e solidários do Estado do Maranhão**. Unitrabalho/UFMA 2007.

DANTAS, Andrea Butto Conceição.; NOBRE, Karla Hora Miriam.; FARIA, Nalu (orgs.) **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar Políticas Públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre a mulher e seus direitos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

DOMINGUES, Joao Carlos F. **Cooperativas de trabalho**: mitos e realidades. São Paulo: STS, 2002.

DRUCK, Maria das Graças. **Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo**. Revista de Economia Política, v. 19, n.2, p. 31-48, 1999.

FEDERICI, Silvia **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p.

FERREIRA, M. M.; NASCIMENTO, S. M. V.; DIAS, M. de J. S.; PINTO, N. M. de A.; MATOS, E. J. S.; NUNES, P. K. B.; SOARES, F. M. M. Mulheres negras e ação política: processos que vem de longe. In. **Mulheres, Protagonismos e Sub-representação: dados para pensar e transformar as relações de gênero na política no Maranhão**. NIEPEM, São Luís. 2019, p. 53-65.

FERREIRA, Maria Mary. Movimento de Mulheres e Feministas e Sua Ação Anticapitalista no Brasil e Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, Número Especial, p. 359-367, julho de 2014.

FERREIRA, Maria Mary. Sub-representação das mulheres no brasil: um debate sob a ótica do feminismo. **Revista de Políticas Públicas – UFMA**; Mesas temáticas coordenadas; Feminismo em tempos de barbárie, 2018.

FERREIRA, Rosinete de Jesus Silva.; GRIJÓ, Wesley Pereira. Eu e tu em Itamatatiua: traços de uma identidade cultural. In: **Intercon-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste-Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio de 2009**.

FONSECA, Maria Fernanda Soares. A inserção das mulheres no mercado de trabalho como uma exigência do capital e a divisão sexual do trabalho. **Extraprensa (USP)**. Ano IX – nº 17 – jul. a dez. 2015.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. 2006. Disponível em: <http://freepages.military.rootsweb.ancestry.com/~otranto/fab/clbi.htm>. Acesso em: 25 fev. 2020.

FURQUIM, Maria Cecília de Araújo. **A cooperativa como alternativa de trabalho**. São Paulo: LTR, 2001.

FURTADO, Marcella Brasil.; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira.; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, 2014. v. 26, n. 1, p. 106-115.

GAIGER, L. I. Significados e tendências da economia solidária. In: **Sindicalismo e economia solidária**. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999.

GAIGER, Luis Inácio. **Sentidos e experiência no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.  
GAIGER, Luis Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção Capitalista**. 2002. Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br). Acesso em: 25 jun. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Revista Raega o espaço geográfico em análise**, v. 21, p. 51-77, 2011.

GRIJÓ, Wesley Pereira. **Comunicação e cultura**: o processo de comunicação oral na construção da identidade negra em Itamatatua. Monografia. Graduação em Comunicação Social – Rádio e TV. Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil. 2008.

GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

GUILHON, M.V.M.; LIMA, V.F.S. de A. **A política de trabalho e renda no Brasil**: uma avaliação de resultados da experiência do Maranhão. In: [Org.] SILVA, Maria Ozanira Silva. 2007.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Presença feminina no Mundo do Trabalho: história e atualidade. **Revista de Estudos do Trabalho**. Ano I, Número I, 2007. Disponível em: [http://www.estudosdo.trabalho.org/Guiraldelli\\_RET01.pdf](http://www.estudosdo.trabalho.org/Guiraldelli_RET01.pdf). Acesso em: 13 dez. 2019.

HEBMÜLLER; Paulo. **A luta dos remanescentes de quilombos em Alcântara (MA)**. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/05/alutadosremanescentes-de-quilombos-em-alcantara/>. Acesso em: 25 dez. 2019.

HILLENKAMP, Isabelle.; GUERÍN, Isabelle.; VERSCHUUR, Christine. **A economia solidária e as teorias feministas**: possíveis caminhos para uma convergência necessária. 2016. Disponível em: <https://www.sof.org.br/aeconomia-solidariaeasteoriasfeministas-possiveis-caminhos-para-uma-convergencia-necessaria/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

HIRATA, Helena, Globalização e divisão sexual do trabalho. núcleo de pesquisa GERS (Genre et rapports sociaux), Centre National de la Recherche Scientifique, França. **Cadernos pagu** (17/18) 2001, n. 02: p.139-156.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho profissional e Doméstico: Brasil, França, Japão. **Sociologia**, GTM – CNRS – 2005.

HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. Editora Unesp, 1998.

MARANHÃO. **Setres promove feira de economia solidária na baixada Maranhense**, 29 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.folhadobico.com.br/maranhao-setrespromove-feira-territorial-de-economia-solidaria-na-baixada/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito**: conceito, objeto, método. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K. **O capital**. v. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTHAEI, Julie. Por que os/as economistas feministas/marxistas/antirracistas devem ser economistas feministas-marxistas-antirracistas. In: FARIA, Nalu.; NOBRE, Miriam (Orgs.). **Economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

MATTOSO, Jorge. **A descoberta do trabalho**. Editora Scritta, 1996.

MEIRA, Thiago Augusto Veloso.; OLIVEIRA, Daniel Coelho de.; RUAS, Rosana Franciele Botelho. Economia solidária e cooperativismo: política de trabalho e renda. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 17, nº 175, Diciembre de 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de.; SILVA, Renata Valéria Pereira da.; ARAÚJO, Maria dos Reis Santos. **V Jornada Internacional de políticas Públicas: Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários nos estados do Maranhão, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte**. Universidade Federal do Maranhão - São Luís, 2011.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. A política territorial da baixada ocidental maranhense: limites e desafios na implementação das políticas Públicas. **VIII Jornada Internacional de políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão – São Luís, 2017.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Trabalhadoras rurais, políticas públicas e serviço social em tempos neoliberais: demandas e desafios a pratica profissional **Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 1, enero-junio, 2011, pp. 109-119.

NEVES, Magda de Almeida.; PEDROSA Célia Maria. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Soc. Estado**. v. 22, n. 1 Brasília Jan/Abril. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SO102-69922007000100002>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças e desafios**. São Paulo: ed. 34, 2000. p. 171-185

NOBRE, Miriam. **Mulheres na economia solidária**. 2003. Disponível em: <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/mulheres-na-economia-solidaria-Miriam-Nobre.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2019.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos. Avançados**, v. 15 n. 43 São Paulo Sept./Dec.2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>. Acesso em: 17 jan.2021.

OLIVEIRA. Jaqueline Pereira de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e cultura**, v. 11, n.2, jul/dez. 2008. p. 325 a 332.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. **Necessidades informacionais das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatua – Maranhão** / Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. Orientadora: Profa. Dra. M<sup>a</sup> Isabel de Jesus Sousa Barreira. - Salvador, 2018.

PEREIRA, Gleyciane Cássia Moreira.; SANTOS, Jaires Oliveira.; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na ciência da informação. Rio Grande do Sul. **Em Questão**, v. 22, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4656/465646674006/html/index.html>. Acesso em: 18 abr. 2020.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Direito sindical e coletivo do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

POCHMANN, Márcio. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: [Org.] SILVA, Maria Ozanira Silva.; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo** São Paulo: Cortez, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed.: Editora Brasiliense, 1963.

PRADO, Viviane Muller. **Conflito de interesses nos grupos societários**. São Paulo, Quartier Latin, 2006.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **15 Anos de luta pelo reconhecimento dos territórios quilombolas**, São Luís, dez. 2003.

RAZETO, Luís. Economia de Solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

REIS, Cinthia Regina Nunes. **Cooperativismo e cooperativas de trabalho: o caso dos “Grupos de trabalhadores em confecções de Lima Campos” Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2003. Recife, 2003. 115 p.

REIS, M. G. O. **Filhos da santa, terras de negro numa arqueologia quilombola: as dinâmicas de um território chamado Itamatatiua**. 190 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) - Instituto Politécnico de Tomar, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2010.

RUBIO, J. M. I.; DEVILLARD, M. J. **Prácticas de antropología social**. Material didáctico. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2001.

SÁ, Cinara Barbosa Franco de. **Cooperativas de trabalho no contexto da reestruturação produtiva: dinâmica e estrutura em São Luís do Maranhão**. 111 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **FLASCO-Brasil**, jun.2009, p. 1-44. Série Estudos/Ciências Sociais. Disponível em: [http://flasco.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://flasco.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf). Acesso em: 25 abr. 2020.

SAFFIOTI, Heleiete Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio [de] Antônio Candido de Melo e Souza. Petrópolis: Vozes, 1976, 384 p. 21.

SALANEK FILHO, P. 2007. **Capital Social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da área de atuação da Cooperativa Copacol**. Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Franciscano do Paraná, Curitiba. 2007.

SANTOS, Djamila Taís Ribeiro dos. **Simone de beauvoire judith butler**: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos (SP).

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos.; OLIVEIRA Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katál**. Florianópolis v. 13, n. I p. 11-19 jan/jun, 2010.

SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca – Unesp) Franca, SP. Brasil. 1993. 1993 – 2011, 20.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: Sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Revista Pensamiento Iberoamericano**. Campinas, n. 9, 2011.

SILVA, Suzana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 262, 2000.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (org). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, A. **A Outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidaria**. Ed. Perseu Abramo. Brasil. 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, João Paulo Lara et al. Evolução e organização de redes de cooperação: análise crítica de uma cooperativa habitacional. **RAD**. v.16, n.3, set/out/nov/dez. 2014, p. 94-120.

SOUSA, D. N. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2008.

SOUSA. Francisca Thamires Lima de. **Agrovilas quilombolas**: o caso do remanejamento da autonomia produtiva e a resistência das mulheres em Marudá Novo. Dissertação submetida ao processo de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. 2019.

SOUZA, André Ricardo de.; CUNHA, Gabriela Cavalcanti.; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo, Contexto, 2003.

TABET, Paola. La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps, Paris, L'Harmattan "**Bibliothèque du féminisme**", 1998, 206p. [Textos de 1979 e 1985.].

THOMÉ, Candy Florencio.; SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Desigualdade em razão de gênero e Divisão Sexual do trabalho: suas consequências sobre a saúde das trabalhadoras. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco, jul-dez./2015, ano 15, n. 2, pp. 187-202.

VALADÃO JUNIOR. Valdir Machado.; HERK. Andrea Costa Van.; MEDEIROS. Cintia, Rodrigues de Oliveira. Gênero e economia solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do terceiro setor em Uberlândia/MG. **Gestão e Planejamento, Salvador**, v.15, n.2, p.321-340, maio/agosto. 2014.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, [Florianópolis], v. 1, n. 1, p. 18-27, mar./jun. 2010. Disponível em: <https://abpn1.websiteseuro.com/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>. Acesso em: 28 dez. 2019.

XAVIER, Eudes. **Economia solidária no Brasil**: uma outra economia acontece. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2008.

## **APÊNDICES**

**Apêndice A – Roteiro de entrevista com a presidenta da associação de mulheres**

**\*ITAMATATIUA – (Aspectos relativos a atuação da Associação na comunidade).**

1. Qual o seu nome completo?
2. Desde quando você assumiu a presidência da associação?
3. O que é a associação de mulheres de Itamatatiua? Qual o papel dessa associação dentro da comunidade? Com que frequência vocês reúnem com as mulheres associadas?
4. Conte um pouco da sua história de lutas dentro da Associação. E quais os atuais processos de lutas da comunidade?
5. Como é a organização das mulheres na associação?
6. Quais os últimos temas tratados nessas reuniões?
7. Quais são as demandas que geralmente são encaminhadas pra essa associação?
8. Quantas famílias residem atualmente na comunidade?
9. Quantas mulheres atualmente estão associadas?
10. Quantas mulheres participam ativamente do processo produtivo da cerâmica?
11. Como está o processo de titulação da terra?
12. Qual a participação da associação nesse processo?
13. Como se dá a busca por Projetos, Serviços e benefícios para a comunidade por meio da associação?
14. Quais Projetos, Serviços e Benefícios a comunidade já alcançou por intermédio da associação?

**Apêndice B – Roteiro de entrevista / lideranças****\*ITAMATATIUA – (Aspectos relativos à participação das lideranças na comunidade)****Vereador, Agente de saúde, professores.**

1. Qual o seu nome completo?
2. Quais as atividades que você desenvolve? (Trabalho remunerado, doméstico e atividades associativas).
3. Qual sua participação política na comunidade?
4. Participa da Associação de mulheres? Qual a sua função?
5. Já participou de mobilizações para acesso a projetos para a comunidade? Quais?
6. Como está o processo de titulação da terra?
7. Quais ações / mobilizações tem ocorrido no sentido de agilizar o processo?
8. A comunidade possui uma comissão para tratar de assuntos referentes ao processo de titulação da terra?
9. Quais Programas, Serviços e Benefícios a comunidade já teve acesso?
10. Qual foi a sua participação para que estes Programas, Serviços e Benefícios chegassem até a comunidade?



**Apendice D – Roteiro de entrevista trabalho e economia solidária**

1. Você já ouviu falar em Economia Solidária?
2. O que é solidariedade pra você?
3. Você já participou de algum evento da Economia Solidária? Qual?
4. Você reconhece o Centro de Produção de Cerâmica como sendo um Empreendimento Econômico Solidário? Por quê?
5. Qual a importância do trabalho na produção de cerâmica pra sua vida?
6. Quanto você consegue receber por mês com o trabalho realizado na produção de cerâmica? O valor varia entre as associadas?
7. A comunidade possui creche? Quem cuida das crianças pequenas, enquanto as mulheres trabalham na produção de cerâmica?
8. Quantas mulheres efetivamente trabalham na produção de cerâmica?
9. Já recebeu capacitação de alguma Entidade de Apoio à Economia Solidária? Qual?
10. Quais temas foram trabalhados?
11. A comunidade participa, ou já teve apoio de algum Programa ou política de apoio à Economia Solidária?
12. Quais as formas de lutas da comunidade contra o desemprego e o êxodo rural na atualidade?
13. Quais as formas de resistência contra a ameaça de remanejamento de Comunidades Quilombolas frente à necessidade de expansão da Base de Alcântara rumo ao litoral?

Resposta:

Apêndice E – Termo de autorização para utilização das entrevistas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SOCIOESPACIAL E REGIONAL- PPDSR**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Pelo \_\_\_\_\_ presente \_\_\_\_\_ instrumento, eu,  
\_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ domiciliado em \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, autorizo a pesquisadora Maria dos Reis Araújo Souza, RG 051982142014-2, CPF: 45198330353 a utilizar, divulgar, e publicar para fins acadêmicos e culturais, no todo ou em partes, editado ou não, o depoimento que prestei no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, na cidade de São Luis- MA e comunidade de Itamatatua-Alcântara-MA, como subsidio à construção de sua dissertação do mestrado acima citado, observando os princípios éticos norteadores da pesquisa.

Declaro ainda, que fui devidamente esclarecido pela pesquisadora a respeito do assunto o qual é tratado na referida pesquisa. Por ser verdade dato e assino o presente termo,